



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA PARCERIA COM ORGANIZAÇÃO
SOCIAL E A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO GONÇALO**
CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 001/2020

Gestão dos Serviços de Saúde, com Gerenciamento, Operacionalização e Execução das ações e serviços de saúde, por meio de Contrato de Gestão, no âmbito do Pronto Socorro Dr. Armando Gomes de Sá Couto (PSC), por pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social pelo Município de São Gonçalo.

Município de São Gonçalo Fundação Municipal de Saúde



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

DO EDITAL E ANEXOS

EDITAL:

ANEXO I – Projeto Básico

Anexo Técnico A – Identificação do Município

Anexo Técnico B– Gestão da Unidade

Anexo Técnico C – Acompanhamento do Contrato de Gestão, Avaliação, Metas e prestação de contas

Anexo Técnico D – Destinação dos Recursos Orçamentários, Cronograma de Desembolso e Metas Físicas

Anexo Técnico E – Grade de medicamentos

Anexo Técnico F - Roteiro para elaboração do Programa de Trabalho

Anexo Técnico G – Lista de Patrimônio

Anexo Técnico H – Lei Municipal n.º 370/2011

Anexo Técnico I – Decreto Municipal nº 008/2018

Anexo Técnico J – Planta Baixa Unidade Municipal Pronto-Socorro Central Dr.º Armando Gomes de Sá Couto (PSC).

ANEXO II – Modelo de Carta de Credenciamento;

ANEXO III – Modelo de Atestado de Visita Técnica;

ANEXO IV – Modelo de Declaração de Fato Superveniente;

ANEXO V – Modelo de Declaração de que a Organização Social não possui em sua Diretoria pessoa que participe da Diretoria de outra Fundação Privada ou Associação;

ANEXO VI – Modelo de Declaração de que a Organização Social não possui em seus quadros funcionais, profissionais que tenham ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da estrutura da Administração Pública Municipal nos últimos 12 meses;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO VII – Modelo de declaração de que a Organização Social não possui em sua Diretoria pessoa que participe da Diretoria de outra Organização Social e de que não é controlada por grupo de pessoas físicas ou jurídicas que controla outra organização social;

ANEXO VIII – Modelo de Declaração de que a Organização Social não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de que não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos;

ANEXO IX – Termo de Permissão de Uso;

ANEXO X – Minuta do Contrato de Gestão.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2020

PROCESSO Nº 487/2020

SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARA OPERACIONALIZAÇÃO, GERENCIAMENTO E EXECUÇÃO DE ATIVIDADES, AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE NO PRONTO SOCORRO CENTRAL DOUTOR ARMANDO GOMES DE SÁ COUTO (PSC).

A Prefeitura Municipal de São Gonçalo - RJ, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, Secretaria de Saúde e da Comissão de Seleção de Edital, devidamente constituída pela Portaria nº 010/FMS/2020, faz saber que se encontra aberta a CHAMADA PÚBLICA nº 001/2020, cujo objeto, vem a ser a formalização de CONTRATO DE GESTÃO, com Organização Social na área da Saúde, previamente qualificada no âmbito deste município, visando o gerenciamento, operacionalização, e execução de atividades, ações e serviços de saúde, no PRONTO SOCORRO CENTRAL DOUTOR ARMANDO GOMES DE SÁ COUTO (PSC), de modo a assegurar assistência universal e gratuita à população, em conformidade com a descrição técnica constante neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O presente EDITAL tem por objetivo a contratação de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada pelo Município de São Gonçalo, como Organização Social para atuação no âmbito da saúde, para a GESTÃO, GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE, bem como a administração de toda infra estrutura hospitalar, inclusive sua manutenção, por meio de CONTRATO DE GESTÃO, nos termos deste instrumento, que



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

assegure a prestação de assistência universal e gratuita à população, unicamente para o Sistema Único de Saúde (SUS), no âmbito do Pronto-Socorro Central Doutor Armando Gomes de Sá Couto (PSC), devendo ainda ser observado:

- 1.1.1.** Aquisição, gestão e logística de suprimentos farmacêuticos, médicos e hospitalares;
- 1.1.2.** Gestão, conservação, guarda e manutenção do prédio, do terreno e dos bens inventariados pelo Município, incluindo os mobiliários e os equipamentos médico-hospitalares;
- 1.1.3** Contratação e gestão de profissionais de todas as áreas concernentes à operação da unidade hospitalar;
- 1.1.4** Execução direta ou subcontratação e gestão, em qualquer caso, dos serviços acessórios necessários ao funcionamento das unidades ambulatoriais e hospitalares, tais como lavanderia, alimentação de pacientes, acompanhantes e funcionários, higienização, segurança privada, manejo e destinação de resíduos hospitalares, despesas com energia, telefonia, água/esgoto, serviços auxiliares de diagnose e terapia (SADT);

12 DO OBJETIVO

Oferecer à população da região, a execução de atividades, ações e serviços de saúde, no pronto socorro Doutor Armando Gomes de Sá Couto (PSC), de modo a atender às especificações que se fizerem necessárias para a sustentabilidade da integralidade da Rede Municipal de Saúde, contempladas no (ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA), cujos termos integram o presente Edital.

13. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente chamamento público tem por base legal a Lei Federal nº 9.637/1998; Lei Federal nº 8.666/1993; Lei Municipal nº 370/2011; Decreto Municipal nº 008/2018 e demais normas regulamentadoras, e regras inerentes ao Sistema Único de Saúde, expedidas pelo Ministério da Saúde.

14. DA DIVULGAÇÃO, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

- 1.4.1.** As entidades que tiverem interesse em participar do Chamamento Público nº



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

001/2020, deverão retirar o presente edital e seus anexos na Presidência da Fundação Municipal de Saúde, na Avenida São Gonçalo, nº100, Boa Vista, a partir da data de publicação do presente edital, das 9:00 às 17:00 horas

1.4.2. Os pedidos de esclarecimentos relativos ao presente procedimento deverão ser enviados ao Presidente da Comissão Técnica de Elaboração de Edital, até 02 (dois) dias úteis, antes da data fixada para abertura da sessão pública, através do protocolo da Fundação Municipal.

1.4.3. Os esclarecimentos serão respondidos até o dia anterior daquele designado para realização da sessão pública e divulgados, para conhecimento dos demais interessados, no Diário Oficial do Município.

1.4.4. Em caso de impugnação do Edital, a mesma poderá ser promovida, por qualquer cidadão, dentro do prazo legal de até 05 (cinco) dias úteis, antes da data estabelecida para apresentação dos envelopes. Caso a impugnação seja apresentada por interessado, este prazo se amplia para 02 (dois) dias úteis anteriores à data limite de apresentação das propostas.

1.4.5. A impugnação do edital deverá ser dirigida ao Presidente da Comissão Técnica de Elaboração de Edital, indicando o número do Chamamento Público e do Processo Administrativo, assim como o telefone e o e-mail do impugnante, e responsável para contato.

1.4.6. O Presidente da Comissão de Técnica de Elaboração de Edital decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 horas, informando ao interessado sobre a sua decisão.

2. DA DATA, DO LOCAL E DO HORÁRIO

Os envelopes deverão ser entregues no auditório da Secretaria Municipal de Saúde, no dia 21/08/2020 das 09 h até as 10 h. Após o recebimento dos envelopes, a Comissão de Análise e Seleção realizará a abertura dos referidos envelopes.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar do presente processo, as entidades interessadas, sem fins lucrativos, qualificadas como Organização Social na área da saúde no Município de São



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Gonçalo - RJ e, desde que atendam às exigências contidas neste Edital e seus respectivos Anexos, e atuem em área compatível com a do objeto desta seleção;

32. As Organizações Sociais interessadas, antes da elaboração de suas propostas, deverão proceder à verificação e comparação minuciosa de todos os elementos técnicos fornecidos pelo Termo de Referência.

33. As Organizações Sociais deverão assumir todos os custos associados à elaboração de suas propostas, não cabendo nenhuma indenização pela aquisição dos elementos necessários à apresentação destas.

34. Não poderão participar da presente seleção:

35. Entidades que não estejam qualificadas como Organização Social na área da Saúde no âmbito do Município de São Gonçalo - RJ.

36. Entidades consorciadas.

37. Entidades declaradas inidôneas por ato do Poder Público (Federal, Estadual e Municipal) e que não tenham sido reabilitadas;

38. Entidades que estejam impedidas ou suspensas de licitar ou contratar com o Município de São Gonçalo - RJ.

4. DAS REPRESENTAÇÕES DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

4.1 As Organizações Sociais, que desejarem credenciar representantes deverão fazê-lo por escrito, conforme disposto no (ANEXO II – MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO DO REPRESENTANTE LEGAL), conferindo-lhes amplos poderes para atuação em todas as fases da seleção, devendo ainda estar incluso, poder específico para receber intimação e recursos ou deles desistir.

4.2 Serão impedidos de quaisquer manifestações a fatos relacionados com a presente seleção, o representante de Organização Social participante que não apresentar a respectiva Carta de Credenciamento ou instrumento de procuração na sessão pública de entrega dos envelopes.

4.3 Caso a Organização Social, na sessão pública, se faça representar por dirigente, o



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

mesmo deverá exibir na oportunidade, a respectiva Ata de Eleição da Diretoria vigente, juntamente com seus documentos pessoais.

4.4 São vedadas, a qualquer pessoa física ou jurídica, a representação de mais de uma Organização Social na presente seleção.

5 DA VISITA TÉCNICA

As Organizações Sociais interessadas em participarem do Processo de Chamamento Público nº 001/2020, poderão realizar visita técnica mediante prévio agendamento, sendo este realizado de forma presencial por intermédio da Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo, sendo responsável pelo agendamento Cristiane Feitosa Mendes, Matrícula: 16.417 (Exercendo a função de Secretária do Secretário Municipal de Saúde), sendo acompanhadas no dia da visita pelas seguintes profissionais, Marcelle Guimarães Gonçalves e Mirella Monteiro Martins (enfermeiras da FMS).

As visitas técnicas poderão ser realizadas de segunda a sexta-feira, nos horários compreendidos entre 09h00minh à 12h00minh e 13h00minh À 17h00minh, até o último dia útil anterior à data designada para sessão pública de abertura dos envelopes.

5.1 Na ocasião da visita, o representante deverá estar munido de Procuração , documento pessoal de identificação original e cópia autenticada em serviço notarial, bem como, o comprovante de marcação de visita técnica .

5.2 A visita técnica NÃO É OBRIGATÓRIA, mas tem a finalidade de garantir o pleno conhecimento do local onde os serviços serão prestados, a fim de conferir as condições gerais do imóvel, quanto dos materiais, móveis e demais equipamentos que integrarão o presente contrato de gestão.

5.3 A comprovação da visita técnica, será feita através de Atestado de Visita Técnica, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme disposto no (ANEXO III – MODELO DE ATESTADO DE VISITA TÉCNICA).

5.4 Caso a concorrente não realize a visita técnica, seu representante legal deverá assinar uma declaração renunciando o direito à visita técnica e emitir DECLARAÇÃO QUE CONHECEU AS CONDIÇÕES LOCAIS DO OBJETO, indicando expressamente, que



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

tomou conhecimento de todas as informações técnicas referentes ao(s) objeto(s) do Chamamento Público.

6. DOS PRAZOS

6.1 O prazo do referido Contrato de Gestão, será de 12 (doze) meses, tendo como seu marco inicial, a data de sua assinatura.

6.2 O prazo do Contrato de Gestão poderá ser prorrogado, na forma descrita no artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8666/1993, depois de serem, demonstrada a consecução dos objetivos contratuais e das metas estabelecidas, mediante a aprovação da Gestão, pela Comissão Técnica de Fiscalização de Contratos de Gestão (CTF) e pela Autoridade Administrativa supervisora do contrato, devendo ainda, constar a indicação, a garantia e aprovação dos recursos orçamentários necessários para as despesas.

6.3 O Contrato de Gestão poderá ser alterado na forma do artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/1993, que deverá ser aplicado subsidiariamente.

7. DA VALIDADE DAS PROPOSTAS

7.1 Os concorrentes ficam obrigados a manter a validade das propostas por 60 (sessenta) dias, a contar da data da entrega da mesma;

7.2 Decorrido o prazo consignado no subitem anterior, sem que tenha havido convocação para assinatura do contrato de gestão, a Organização Social vencedora ficará liberada de quaisquer compromissos assumidos.

8. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

8.1- A documentação de habilitação e a proposta técnica e econômica deverão ser entregues no endereço, dia e horário estabelecidos neste instrumento, em 02 (dois) envelopes distintos, indevassáveis, devidamente lacrados e rotulados da seguinte forma; **“ENVELOPE A” e “ENVELOPE B”**, conforme disposto nas indicações expressas abaixo.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

ENVELOPE A

HABILITAÇÃO

Chamamento Público nº 001/2020.

Gerenciamento, Operacionalização e Execução de Atividades, Ações e Serviços de Saúde no Pronto socorro Central Dr. Armando Gomes de Sá Couto(PSC).

Razão Social

CNPJ/MF nº

Endereço da Instituição

ENVELOPE B

PROPOSTA TÉCNICA E ECONÔMICA

Chamamento Público nº 001/2020.

Gerenciamento, Operacionalização e Execução de Atividades, Ações e Serviços de Saúde no Pronto socorro Central Dr. Armando Gomes de Sá Couto(PSC).

Razão

Social

9. DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

O envelope correspondente deverá conter os documentos a seguir relacionados, os quais deverão ser apresentados em via original, cópia autenticada em serviço notarial, ou publicação em órgão de Imprensa Oficial.

9.1- HABILITAÇÃO JURÍDICA – Comprovar através da apresentação de cópia autenticada em serviço notarial, o registro de seu ato constitutivo ou estatuto, com certidão narrativa do cartório competente das últimas alterações ou qualquer outro documento oficial apto a comprovar que o ato constitutivo/estatuto social apresentado é o registrado, emitidos, no máximo, 60 dias antes da data de apresentação dos envelopes, dispondo sobre:

9.1.1- Natureza social de seus objetos, relativos à respectiva área de atuação;

9.1.2- Finalidade não lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;

9.1.3- Previsão expressa de a entidade ter, como órgãos de deliberação superior e de direção, um Conselho de Administração e uma Diretoria definida nos termos do estatuto, asseguradas a composição e atribuições normativas e de controle, básicas previstas em lei;

9.1.4- Previsão de participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de representantes, e membros da comunidade, de notória capacidade profissional e ilibada idoneidade moral;

9.1.5- Relação Nominal de todos os dirigentes da Organização Social, devidamente acompanhados de cópia autenticada do CPF, RG e endereço completo dos membros;

9.1.6- Comprovante de domicílio da entidade, mediante a contrato de locação ou registro geral de imóveis.

9.1.7- No caso de associação civil, a aceitação de novos associados, na forma do estatuto em vigência;

9.1.8- Proibição de distribuição de bens ou parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento do associado ou membro da entidade;

9.1.9- Previsão de incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinadas, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extinção ou desqualificação, ao patrimônio de outra Organização Social qualificada no âmbito da União, na mesma área de atuação, ou ao patrimônio da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, na proporção dos recursos e bens por este alocados;

9.1.10- Ata de eleição da atual diretoria devidamente registrada em serviço notarial.

10. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

10.1. Inscrição atualizada perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

10.2. Inscrição atualizada perante a Secretaria de Fazenda (Estadual/Municipal) caso seja



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

previsto em lei, relativo ao domicílio ou sede da concorrente;

10.3. Prova de Regularidade Fiscal, com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede da Organização Social, ou outra equivalente na forma da lei, mediante apresentação das certidões abaixo listadas dentro do prazo de validade.

10.4. Certidão Conjunta Negativa de Débitos, ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativo aos Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;

10.5- Certidão Negativa de Débitos ou Certidão conjunta positiva com efeitos de negativa, relativos a Tributos Mobiliários e Dívida Ativa do Município do domicílio ou sede da Organização Social, ou outra equivalente, na forma da Lei;

10.6- Certidão Negativa de Débitos ou Certidão conjunta positiva com efeitos de negativa, relativos a Tributos Estaduais do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei;

10.7- Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão conjunta positiva com efeitos de negativa, perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF, no prazo da validade não superior a 90 (noventa) dias;

10.8- Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da CNDT – Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa de Débitos Trabalhistas, no prazo de validade.

11. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

11.1- Balanço Patrimonial e demais demonstrações inerentes ao último exercício social, devendo as mesmas serem apresentadas na forma de Lei, assinada por profissional contábil, com inscrição válida perante o Conselho Regional de Contabilidade, que demonstre e comprove a boa e regular situação financeira da Organização Social, sendo vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

11.2- O balanço patrimonial quando escriturado em forma NÃO DIGITAL, deverá ser devidamente certificado por profissional contábil, com inscrição válida, perante o Conselho Regional de Contabilidade, mencionando obrigatoriamente, o número do livro diário, folha



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

em que ele se acha transcrito devendo apresentar também os termos de abertura e de encerramento dos livros contábeis, devendo as fotocópias estarem autenticadas.

11.3- As fotocópias do Livro Diário e Razão deverão conter a indicação do seu número, do número de registro no órgão competente e a numeração das folhas onde se encontram os lançamentos que comprovem a sua boa situação financeira.

11.4- O balanço quando escriturado em livro digital deverá vir acompanhado de “Recibo de Entrega de Livro Digital”;

11.5- A comprovação da boa e regular situação financeira da empresa concorrente será efetuada com base no balanço apresentado e deverá, obrigatoriamente, ser formulada, formalizada e apresentada pela proponente em papel timbrado da instituição, assinada por profissional registrado no Conselho de Contabilidade, aferida mediante os índices e fórmulas abaixo especificadas:

11.6- Cálculo demonstrativo da liquidez corrente, da liquidez geral e do índice de endividamento, conforme quadro abaixo:

ILC = AC/PC maior ou igual a 1,00 **ILG** = AC+RLP/PC+PNC maior ou igual a 1,00
IE = PC+PNC/AT menor ou igual a 1,00

Onde:

AC = Ativo Circulante;

PC = Passivo Circulante;

RLP = Realizável a Longo Prazo;

PNC = Passivo Não Circulante;

AT = Ativo Total

11.7- Caso os referidos índices sejam inferiores a 1 (um) deverá o concorrente comprovar que possui Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação:

11.8- Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da empresa. Para as empresassediadas no Município do Rio de Janeiro , a prova será falta mediante apresentação de certidões expedidas pelos 1º, 2º, 3º e 4º ofícios do Registro de Distribuição e 1º e 2º de Interdição e tutelas . As empresas sediadas em outra Comarca do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados, deverão



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

apresentar certidão negativa de falências de todos os Ofícios do Registro de Distribuição de sua Jurisdição e declaração passada pelo Fórum local ou juízo distribuidor, indicando quantos Cartórios ou ofícios de registro competem àquelas distribuições;

11.9- Não serão aceitas certidões com validade expirada ou passadas com mais de 90 (noventa) dias, a contar da efetiva pesquisa do cartório em relação à data da realização do Chamamento Público.

12- DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.11.1- Capacidade técnico-profissional;

12.11.2- Indicação de profissional técnico habilitado, devidamente registrado e inscrito perante o Conselho Regional de Medicina (CRM), como responsável técnico da instituição, devendo ser apresentado seu vínculo profissional perante a Organização Social.

12.11.3- A comprovação do vínculo profissional com a Organização Social poderá ser realizada da seguinte forma:

12.11.4- Apresentação do Ato Constitutivo ou Estatuto em vigor, do qual prove que profissional pertence à Diretoria da Organização Social;

12.11.5- Apresentação da CTPS (ou outro documento trabalhista legalmente reconhecido) caso o profissional pertença ao quadro de empregados da Organização Social;

12.11.6- Termo de contrato, de natureza privada, que comprove a vinculação entre as partes;

12.11.7- Certidão de Registro e Quitação na entidade profissional competente, referente ao profissional indicado na sub-cláusula 14.11.2.

13.12. CAPACIDADE TÉCNICA - OPERACIONAL:

13.12.1- Comprovação de aptidão da Organização Social (OS) para desempenhar a atividade pertinente e compatível com o objeto do Chamamento Público, informando sobre a reputação ético-profissional da Organização Social, através de certidões ou atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público.

13.12.2- A informação sobre a reputação ético-profissional da Organização Social deverá



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

indicar o local, natureza, volume, duração, qualidade e cumprimento dos prazos e das metas estabelecidas que permitam avaliar a mesma.

13.12.3- Certidão vigente do registro da Organização Social, no Conselho Regional de Medicina (CRM) emitida pelo órgão competente da circunscrição do domicílio ou sede da Organização Social.

13.12.4- Alvará vigente do domicílio ou da sede da Organização Social;

13.12.5- Serão aceitos os protocolos dos pedidos de concessão dos alvarás, caso sua emissão dependa exclusivamente, de ato da Administração Pública, ficando os interessados advertidos, que se a Organização Social não atender a todos os requisitos que autorizem a concessão dos alvarás, será inabilitada.

13.12.6- Os atestados e/ou certidões recebidos estão sujeitos à verificação da Comissão de Análise Documental e Julgamento, quanto à veracidade dos respectivos conteúdos, inclusive para efeitos criminais.

14. DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

A) Cópia do Decreto Municipal, que qualificou a instituição como Organização Social na área de Saúde no âmbito do Município de São Gonçalo – RJ.

B) Ata do Conselho de Administração aprovando a celebração do contrato de gestão, caso a instituição se sagre vencedora do certame.

C) No momento da assinatura do Contrato de Gestão, a Organização Social vencedora deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação no Chamamento Público, por meio de Declaração de Inexistência de Fato Superveniente, conforme modelo Anexo IV.

D) Declaração de que a instituição não possui em sua Diretoria pessoa que participe da Diretoria de outra fundação privada ou associação, conforme Anexo V.

E) Declaração de que a instituição não possui em seus quadros funcionais, profissionais que tenham ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da estrutura da administração pública municipal nos últimos 12 meses, conforme modelo Anexo VI.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

F) Declaração de que a instituição não possui em sua diretoria pessoa que participe da diretoria de outra organização social e de que não é controlada por grupo de pessoas físicas ou jurídicas que controla outra organização social, conforme modelo Anexo VII.

G) Declaração assinada pelo representante legal da entidade, de que não outorga trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menor de 18 (dezoito) anos, tampouco qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz e a partir de 14 (quatorze) anos, conforme disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, conforme modelo do ANEXO VIII.

15. 1. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

15.1.1. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou publicação em órgão da Imprensa Oficial, conforme artigo 32 da Lei nº 8666/1993, inclusive autenticação digital.

15.1.2. A autenticação da cópia servirá apenas como conferência do documento original, devendo este ser apresentado juntamente com sua respectiva cópia simples. NÃO será autenticada cópia de outra cópia, ainda que autenticada.

15.1.3 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões, salvo na condição prevista na sub cláusula 10.5.3.1.

16. PROPOSTA TÉCNICA E ECONÔMICA

16.1 É a demonstração do conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequada para caracterizar o perfil da Unidade e o trabalho técnico gerencial definido no objeto deste Edital, devendo restar demonstrada a viabilidade técnica e a estimativa das despesas referentes à execução das atividades propostas.

16.2. Não serão aceitos programas de trabalho encaminhados por *e-mail* ou pelo correio, sendo que os programas de trabalho entregues através de meio eletrônico/digital não substituem a versão impressa;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

16.3. É obrigatória a utilização dos modelos de formulários apresentados como anexos, assim como é obrigatório o preenchimento de todos eles, sob pena de desclassificação do programa de trabalho;

16.4 A desconformidade aos padrões e documentações exigidas por este Edital incorrerá na desclassificação do programa de trabalho apresentado. É imprescindível apresentação de todos os itens previstos, na sequência estabelecida e com a devida identificação;

16.5. Proposta Técnica será apresentada em via digitalizada (PDF) e em 01 (uma) via impressa em língua portuguesa, digitada com clareza, sem alternativas, emendas, rasuras, entrelinhas. Deve estar encabeçada por índice, relacionando todos os documentos e folhas em que se encontram; suas folhas devem estar numeradas, rubricadas e datadas, contemplando as seguintes áreas de avaliação: C1 – Organização das Atividades; C2 – Qualidade; C3 – Experiência e Responsabilidade Técnica e C4 – Experiência em Gestão Hospitalar/Urgência e Emergência:

17. DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

17.1 No dia e hora definidos da cláusula 05, reunida a Comissão de Análise Documental e Julgamento, serão credenciados os representantes das Organizações Sociais e entregues os documentos mencionados na cláusula 4.

17.2 A não apresentação ou incorreção do documento de credenciamento não inabilitará a Organização Social participante, mas impedirá o representante de se manifestar e responder pela Organização Social nas sessões públicas relacionadas ao presente Chamamento.

17.3 Após o credenciamento das Organizações Sociais concorrentes, serão recebidos os Envelopes; “A” e “B”, pela Comissão de Análise Documental e Julgamento, nos termos do presente edital;

17.4 Após a recepção dos envelopes “A” e “B”, na presença dos representantes das Organizações Sociais e dos demais interessados presentes ao ato público, a Comissão de Análise Documental e Julgamento, dará início à abertura dos envelopes, momento em que, não mais serão aceitas quaisquer documentações ou propostas de outras



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Organizações Sociais;

17.5 Após a entrega dos envelopes “A” e “B” não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Análise Documental e Julgamento.

17.6 Os envelopes, “A” e “B” serão abertos e todos os seus documentos serão rubricados pelos representantes presentes na sessão;

17.7 A análise dos documentos constantes nos envelopes “A” e “B” será feita pela Comissão de Análise Documental e Julgamento, em reunião reservada;

Para essa análise, a Comissão poderá recorrer a assessoramento técnico, jurídico e econômico, quando achar necessário.

São Gonçalo, 14 de Julho de 2020

Comissão de Elaboração de Edital

Marcio Paar Santiago
Mat:121.898
(Presidente)

Thaís Siqueira Muniz
Mat:123.003
(Membro)

Daylon Ruan Macedo de Siqueira
Mat:123.090
(Membro)

Fabiana Monteiro de Santanna
Mat:325422
(Membro)

Aprovo:_____

Devid Robert de Cresci Campos

Mat: 40.804



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I

**TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL,
TENDO POR FINALIDADE A GESTÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE COM
GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES, POR MEIO
DE CONTRATO DE GESTÃO NO ÂMBITO DO PRONTO SOCORRO DOUTOR
ARMANDO GOMES DE SÁ COUTO.**

**Município de São Gonçalo
Fundação Municipal de Saúde**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Sumário

PROJETO BÁSICO E ANEXO TÉCNICO	22
TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I)	22
1. OBJETO E EMBASAMENTO LEGAL	22
2. JUSTIFICATIVAS E OBJETIVOS.....	23
3- CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM FORNECIDOS À UNIDADE MUNICIPAL DE PRONTO ATENDIMENTO - PRONTO SOCORRO CENTRAL DOUTOR ARMANDO GOMES DE SÁ COUTO. (PSC).....	29
4. LOCALIZAÇÃO DA UNIDADE.....	31
5. ESTRUTURA FÍSICA DAS UNIDADES MUNICIPAIS DE PRONTO ATENDIMENTO	31
6. PERFIL DA ASSISTÊNCIA	34
7. DAS ATIVIDADES	36
8. DA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR.....	41
9. DAS CIRURGIAS ELETIVAS	42
10. SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS:.....	46
11. PRAZO DE VIGÊNCIA	48
12. DA VALIDADE DA PROPOSTA	48
13. DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS.....	48
14. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	48
ANEXO A – IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO	50
ANEXO B - GESTÃO DA UNIDADE	73
ANEXO C - ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO DE GESTÃO, AVALIAÇÃO, METAS E PRESTAÇÃO DE CONTAS	91
ANEXO D - DESTINAÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS, CRONOGRAMA DE	



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

DESEMBOLSO E METAS FÍSICAS.....	115
ANEXO E - GRADE DE MEDICAMENTOS	121
ANEXO F - ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE TRABALHO	141
ANEXO G - LISTA DE PATRIMONIO	153
ANEXO H - LEI MUNICIPAL Nº 370/2011	157
ANEXO I - DECRETO MUNICIPAL Nº 008/2018.....	168
ANEXO J - PLANTA BAIXA DA UNIDADE MUNICIPAL PRONTO SOCORRO CENTRAL DR ARMANDO GOMES DE SÁ COUTO	181
ANEXO II – MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO	184
ANEXO III - MODELO DE ATESTADO DE VISITA TECNICA.	185
ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATO SUPERVENIENTE.....	186
ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO QUE A ORGANIZAÇÃO SOCIAL NÃO POSSUI EM SUA DIRETORIA PESSOA QUE PARTICIPE DE OUTRA FUNDAÇÃO PRIVADA OU ASSOCIAÇÃO.	187
ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO QUE A ORGANIZAÇÃO SOCIAL NÃO POSSUI EM SEUS QUADROS FUNCIONAIS, PROFISSIONAIS QUE TENHAM OCUPADO CARGO INTEGRANTES DOS 1º E 2º ESCALÕES DA ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL NOS ÚLTIMOS 12 MESES.	188
ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO QUE A ORGANIZAÇÃO SOCIAL NÃO POSSUI EM SUA DIRETORIA PESSOA QUE PARTICIPE DA DIRETORIA DE OUTRA ORGANIZAÇÃO SOCIAL E DE QUE NÃO É CONTROLADA POR GRUPO DE PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS QUE CONTROLA OUTRA ORGANIZAÇÃO SOCIAL	189
ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A ORGANIZAÇÃO SOCIAL NÃO EMPREGA MENOR DE 18 ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE, E DE QUE NÃO EMPREGA MENOR DE 16 ANOS	190
ANEXO IX – TERMO DE PERMISSÃO DE USO.....	191
ANEXO X- MINUTA DE CONTRATO DE GESTÃO.....	201



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO BÁSICO E ANEXO TÉCNICO

TERMO DE REFERÊNCIA

Seleção de Organização Social, para a Gestão, operacionalização e execução das ações de saúde no Pronto Socorro Central Doutor Armando Gomes de Sá Couto (PSC).

1. OBJETO E EMBASAMENTO LEGAL

O presente **TERMO DE REFERÊNCIA** objetiva a contratação de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada pelo Município de São Gonçalo como Organização Social, nos termos da Lei Federal nº 9.637/98, Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Municipal Nº 370/2011, Decreto Municipal nº 008/2018 e demais normas e regras e inerentes ao Sistema Único de Saúde expedido pelo Ministério da Saúde, para atuação no âmbito da saúde, com a **GESTÃO, GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE**, bem como a administração de toda infraestrutura hospitalar, inclusive sua manutenção, por meio de **CONTRATO DE GESTÃO**, nos termos deste instrumento, que assegure a prestação de assistência universal e gratuita à população, unicamente para o Sistema Único de Saúde (SUS), no âmbito do Pronto-Socorro Central Doutor Armando Gomes de Sá Couto (PSC), devendo ainda ser observado.

- A)** Aquisição, gestão e logística de suprimentos farmacêuticos e hospitalares;
- B)** Gestão guarda conservação e manutenção do prédio, terreno e dos bens inventariados pelo município, incluindo os mobiliários e os equipamentos médico-hospitalares;
- C)** Contratação e gestão de profissionais de todas as áreas concernentes à operação da unidade hospitalar;
- D)** Execução direta ou subcontratação e gestão, em qualquer caso, dos serviços acessórios necessários ao funcionamento das unidades ambulatoriais e hospitalares, tais como lavanderia, alimentação de pacientes internados, acompanhantes e funcionários, higienização, segurança privada, manejo e destinação de resíduos hospitalares, despesas com energia, água/esgoto, Serviços Auxiliares de Diagnose e Terapia (SADT);
- E)** Gestão guarda conservação e manutenção do prédio, arquivos (incluindo os anteriores ao período do contrato), terreno e dos bens inventariados pelo Município (mobiliários e



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

equipamentos) assegurando que os procedimentos a serem adotados para contratação de obras e serviços, aquisição/locação de bens, com emprego de recursos provenientes do Poder Público sejam todos por meio de **REGULAMENTO PRÓPRIO**, que observe os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e economicidade.

- F)** Implementação do processo de Humanização durante todo o período de atendimento e internação, devendo se pautado no princípio da inseparabilidade entre a atenção e a gestão dos processos de produção de saúde, transversalidade e autonomia e protagonizou dos sujeitos, buscando garantir a universalidade do acesso, a integralidade do cuidado e a equidade das ofertas dos serviços em saúde.

2. JUSTIFICATIVAS E OBJETIVOS

A criação do Sistema Único de Saúde (SUS) pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 representou um símbolo para as políticas públicas de saúde no país. A saúde foi definida como um direito de todos e um dever do Estado, que por sua vez deve garanti-la por meio de políticas sociais e econômicas. O SUS representou um corte em relação ao padrão anterior, que atendia apenas à população e ao mercado de trabalho formal, visto que, boa parte da sociedade não tinha acesso aos serviços públicos de saúde. A CRFB/1988 universalizou o direito à saúde, todos os brasileiros passaram a ter direito de receber assistência estatal, dentro de uma rede regionalizada e hierarquizada.

Em âmbito infraconstitucional temos como principal normativa a Lei Federal n.º 8080 de 19 de setembro de 1990, que em seu artigo 4º define o Sistema Único de Saúde. (SUS), como: **“O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS).”**

Por sua vez, tanto em âmbito constitucional (artigo 199, § 1º, da CRFB/88) como no infraconstitucional (artigos 4º § 2º, e 24, 26 da Lei Federal n.º 8080, de 19 de setembro de 1990), é permitida a participação de pessoas jurídicas de privado, com ou sem fins lucrativos, no SUS, mediante contrato ou convênio.

Considerando a decisão de 16 de abril de 2015, onde o Supremo Tribunal Federal - STF - decidiu pela validade da prestação de serviços públicos, não exclusivos por



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Organizações Sociais em parceria com o Poder Público, citamos como exemplo o (ADI nº 1.923/DF) Contrato de Gestão, parcerias governo e sociedade civil, modelo de Organização Social.

“A figura do contrato de gestão configura hipótese de convênio, por consubstanciar a conjugação de esforços com plena harmonia entre as posições subjetivas, que buscam um negócio verdadeiramente associativo, e não comutativo, para o atingimento de um objetivo comum aos interessados: a realização de serviços de saúde, (...), razão pela qual se encontram fora do âmbito de incidência do art. 37, XXI, da CF.” Fonte: Acórdão ADI nº 1.923/DF”

O Contrato de Gestão, Chamamento Público. PARCERIAS GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL MODELO DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS.

Assim entende o Tribunal de Contas da União.

“A escolha da Organização Social para celebração de contrato de gestão deve, sempre que possível, ser realizada a partir de chamamento público, devendo constar dos autos do processo administrativo correspondente as razões para sua não realização, se for esse o caso, e os critérios objetivos previamente estabelecidos utilizados na escolha de determinada entidade, a teor do disposto no art. 7º da Lei 9.637/1998 e no art. 3º combinado com o art. 116 da Lei 8.666/1993. Fonte: ACÓRDÃO Nº 3239/2013 - TCU – PLENÁRIO.”

A atenção à saúde deve centrar as diretrizes na qualidade dos serviços prestados aos usuários, com atenção acolhedora, resolutiva e humanizada, oferecendo segundo o grau de complexidade de assistência requerida e sua capacidade operacional, os serviços



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

de saúde adequados, considerando a integração e a interação dos serviços de saúde, dando suporte ao atendimento de pacientes com quadros clínicos agudos ou crônicos agonizados, compondo a rede regional de assistência e atenção à saúde e as urgências e emergências, dentro de um sistema hierarquizado e regulado, sendo capaz de garantir uma cadeia de reanimação e estabilização para os pacientes graves.

A manutenção deste serviço para o cuidado de pessoas que necessitem de atenção de urgência e emergência avançadas proporciona à população uma assistência completa, integral, qualificada, humanizada e resolutiva. Tal resultado só é possível utilizando modelo gerencial moderno, flexível e transparente que permite, além de alto grau de resolutividade e satisfação do usuário, um controle adequado pelo Gestor Municipal.

Para seu adequado funcionamento técnico e administrativo, são necessárias ações de logística e abastecimento específicos, gerenciamento de pessoas, faturamento e informações sobre saúde concernentes ao atendimento do público em geral. As estruturas físicas e lógicas, bem como os processos são interligados de forma que o funcionamento de um componente interfere em todo o conjunto e no resultado final da prestação do serviço.

Outros óbices à administração eficiente, eficaz e efetiva são as dificuldades da aquisição de insumos e medicamentos, além da manutenção e aquisição de equipamentos. A agilização na gerência destes recursos materiais é fundamental para a melhor atenção ao usuário com necessidades urgentes e cruciais de manutenção da vida.

A unidade de saúde tem por função disponibilizar serviços assistenciais, centrados na qualidade do atendimento prestado aos usuários, voltados para a atenção acolhedora, resolutiva e humana, buscando para isso um constante aprimoramento do padrão técnico e funcional, devendo atender às normas preconizadas pelo Ministério da Saúde - MS -, especialmente às referentes ao atendimento humanizado e integral à saúde do usuário.

Quando se trata de urgência, o tempo resposta é uma qualidade essencial, portanto, a gerência e operação de uma Unidade Hospitalar 24h, requer a sincronia e sinergia de fatores para o bom desempenho das equipes, inclusive levando-se em conta as situações de gravidade, que requerem um tempo de resposta exíguo.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Para o adequado funcionamento técnico e administrativo do hospital municipal, é necessária a organização e a execução de ações de ordem logística (limpeza e conservação, manutenção predial, segurança, telefonia, rouparia, alimentação, descarte de resíduos, transporte e disponibilidade de insumos e medicamentos, entre outras), 24 (vinte e quatro) horas por dia, nos 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias do ano, bem como o gerenciamento de equipes técnicas e administrativas, o registro detalhado das informações dos atendimentos e das informações sobre saúde concernentes ao atendimento do público em geral.

As transformações nas organizações têm acompanhado as inovações tecnológicas, as quais têm desempenhando um papel extremamente importante no conjunto de modificações que revolucionaram o mundo do trabalho, na atualidade. E estas "inovações tecnológicas" não se restringem às transformações nos equipamentos, mas também às novas tendências de organização do processo e das relações de trabalho, as modificações no mercado, as intervenções do estado e as políticas econômicas.

Os principais argumentos para a transferência da gestão das unidades hospitalares a Organizações Sociais de Saúde, é a procura de melhoria dos serviços, maior autonomia gerencial, maior qualidade, melhor eficiência administrativa e redução de custos. O setor hospitalar, no Brasil, vem reproduzindo esta tendência geral, utilizando de forma crescente os contratos de gestão, ou seja, a intermediação de agentes terceiros para o suprimento de força de trabalho e serviços.

Administração por Organização Social: modelo já utilizado em diversas localidades brasileiras com resultados satisfatórios em vários deles: São Paulo, Goiás e Rio de Janeiro (inclusive), e comprovados por vários estudos publicados na literatura brasileira, proporcionado agilidade nos procedimentos de compras e contratação de pessoal.

Devendo ter como meta a padronização das ações e procedimentos dentro de métodos, técnicas e rotinas. Para alcançar as metas e colocar em pleno funcionamento os serviços, é necessário superar as dificuldades como a deficiência quantitativa de profissionais e os elevados custos e prazos de aquisição de materiais e insumos, bem como da manutenção dos equipamentos próprios, dando mais agilidade ao processo sem que com isso se fira os princípios da transparência, publicidade e legalidade.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

A Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC) desde 2016, vem reorientando o modelo de gestão e de atenção à saúde, com a formalização de contratos de gestão, visando atingir novos patamares de prestação dos serviços para proporcionar elevada satisfação ao usuário, associada ao aperfeiçoamento do uso dos recursos públicos, obtendo resultados positivos e exitosos.

A Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC) entende que deve estar presente e atenta aos cuidados de urgência e emergência e atenção hospitalar, tendo o Complexo Hospitalar Zé Garoto, formado pelo Pronto-Socorro Central Doutor Armando Gomes de Sá Couto (PSC), como principal pilar dessas ações. Neste contexto, o Complexo Municipal Zé Garoto é formado por um conjunto de Unidades Públicas, que tem como atividade fim o atendimento ao usuário SUS, que necessite de cuidados de saúde em seus diversos níveis de complexidade, necessitando para o seu adequado funcionamento, de apoio administrativo e técnico para a execução de suas finalidades gerenciais e assistenciais, tais como logística e abastecimento, gerenciamento de pessoas, faturamento, informação, etc.

A gestão e operação da Unidade Pronto-Socorro Central Doutor Armando Gomes de Sá Couto (PSC), foi concebida de forma a aperfeiçoar, a cada dia, a prestação de serviços, já nos moldes da Política Nacional de Humanização do Sistema Único de Saúde (HUMANIZASUS), com a vinculação de metas quantitativas e indicadores de desempenho.

Visando a incessante busca da prestação dos serviços de saúde de excelência, buscando atingir novos patamares para proporcionar otimização do uso dos recursos públicos e economia nos processos de trabalho, associados à elevada satisfação do usuário, a Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC), utilizará pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social pelo Município de São Gonçalo no âmbito da saúde, para gerir de forma plena o PRONTO SOCORRO CENTRAL DOUTOR ARMANDO GOMES DE SÁ COUTO (PSC), localizado no Município de São Gonçalo.

O serviço a ser contratado, visa assegurar a prestação de serviços assistenciais em



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

caráter contínuo e eficiente, objetivando o aumento da capacidade de atendimento, que hoje tem a média de 18.000 (dezoito mil) atendimentos/mês e a redução da espera para realização de atendimentos, consultas, cirurgias, exames e resultados, promovendo, desta forma, maior qualidade no atendimento ao usuário.

Destacamos como benefícios adicionais pertinentes a este modelo de serviço, a integralidade do funcionamento do serviço, sem interrupções motivadas por falta de manutenção, falta de insumos ou reposição de peças e ausência de pessoal médico e técnico especializado, pois a instituição contratada ficará integralmente responsável pelas manutenções preventivas e corretivas e pela contratação de pessoal devidamente qualificado.

Do mesmo modo, merece destaque, ainda, a economicidade que o município alcançou com a contratação dos serviços de uma Organização Social, por meio da eficiência de uma gestão especializada, que provocou a redução no custo unitário de cada serviço/produto anteriormente despendido, pela Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC).

Os últimos relatórios da Comissão Técnica de Fiscalização e Avaliação de Contratos de Gestão (CTF), que avaliam o desempenho das Organizações Sociais de Saúde nas Unidades de Pronto Atendimento e no Pronto Socorro Central Doutor Armando Gomes de Sá Couto - (PSC) -, corroboram o entendimento da Fundação Municipal de Saúde, porém apontam que se faz necessário novas parcerias, abertura de novos editais e qualificação dos profissionais e processos de trabalho.

Atualmente, cabe destacar que, o Pronto Socorro Central, se encontra gerido por Organização Social, através do contrato de gestão emergencial nº 001/2019. Em razão do Município de São Gonçalo-RJ, não possuir servidores capacitados em número suficiente, e demais condições, para desenvolver os serviços constantes neste instrumento, imprescindível se faz à seleção de instituição sem fins lucrativos, qualificada como organização social no Município, conforme disposto na Lei nº 370/2011 para a celebração de contrato de gestão, objetivando o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde, através de contrato de gestão.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Pelas exposições acima, considera-se fundamental e premente como solução, a contratação de Organização Social em Saúde para gerenciar os serviços assistenciais de saúde, aplicando metodologias próprias, sistemas adequados ao total funcionamento de todas as atividades contratadas, com emprego de pessoal devidamente qualificado, aquisição de equipamentos novos com tecnologia compatível com a necessidade do sistema de saúde, aquisição de insumos e promoção de possíveis subcontractações que se apresentarem necessárias.

Assim a Administração Municipal, avaliando os modelos possíveis e os resultados apresentados na literatura disponível, optou pela administração por Organização Social na prestação dos serviços públicos de saúde do Pronto Socorro Central Doutor Gomes de Sá Couto, almejando alcançar os ulteriores objetivos.

- A)** Melhorar a qualidade dos serviços ofertados aos usuários do Sistema Único de Saúde, com assistência humanizada;
- B)** Potencializar a qualidade na execução dos serviços de saúde, e prover um atendimento a população com equipe de saúde integralmente responsável pelo usuário a partir do momento de sua chegada, devendo proporcionar um atendimento acolhedor e que respeite as especificidades socioculturais;
- C)** Implantar um modelo de gerenciamento voltado para resultados;
- D)** Realizar ações que assegurem a qualidade da atenção e boas práticas em saúde implementadas para garantir a segurança do paciente com redução de incidentes desnecessários e evitáveis além de atos inseguros relacionados ao cuidado;
- E)** Instituir protocolos clínicos, rotinas e fluxos assistenciais;
- F)** Implantar Sistema de Informação, com Prontuário Eletrônico, que possibilite cadastramento de usuários, em todos os Serviços de Saúde sob Contrato de Gestão, que favoreça o registro do atendimento prestado e o monitoramento da produtividade, por categoria profissional e emissão de relatórios.

3- CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM FORNECIDOS À UNIDADE MUNICIPAL DE



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

PRONTO ATENDIMENTO - PRONTO SOCORRO CENTRAL DOUTOR ARMANDO GOMES DE SÁ COUTO. (PSC).

3.1- Os serviços de saúde deverão ser prestados conforme especificado neste Instrumento, nos exatos termos da legislação pertinente ao SUS - Sistema Único de Saúde -, especialmente o disposto na Lei n.º 8080, de 19 de setembro de 1990, na Portaria n.º 1.601, de 07 de julho de 2011, na Portaria n.º 2048, de 05 de novembro de 2002, na Portaria n.º 2648, de 07 de novembro de 2011, na Portaria n.º 104, de 15 de janeiro de 2014, na Portaria n.º 104, de 15 de janeiro de 2014, entre outras, com observância aos princípios veiculados pela legislação especial.

3.2- Universalidade de acesso aos serviços de saúde;

3.3- Integralidade de assistência, entendida como sendo o conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema, em atuação conjunta com os demais equipamentos do Sistema Único de Saúde, existentes no Município;

3.4- Gratuidade de assistência, sendo vedada a cobrança em face de pacientes ou seus representantes, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por cobrança indevida feita por seu empregado ou preposto;

3.5- Fornecimento gratuito de medicamentos, previamente pactuados, aos pacientes em atendimento no Pronto Socorro Central, mediante prescrição do profissional médico responsável pelo atendimento em questão;

3.6- Preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral;

3.7- Igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie;

3.8- Direito de informação às pessoas assistidas, sobre sua saúde;

3.9- Divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e a sua utilização pelo usuário;

3.10- Prestação dos serviços com qualidade e eficiência, utilizando-se dos equipamentos de modo adequado e eficaz;

3.11- São características Específicas da Prestação de Serviços nas Unidades de Pronto



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atendimento - **PRONTO SOCORRO CENTRAL DR. ARMANDO GOMES DE SÁ COUTO. (PSC).**

- 3.12-** Proporcionar atendimentos emergenciais de média complexidade de qualidade nas especialidades de clínica médica, ortopedia, odontologia e cirurgia geral.
- 3.13-** Proporcionar atendimentos ambulatoriais de qualidade nas especialidades de ortopedia, urologia e cirurgia geral.
- 3.14-** Internações de curta e longa permanência a pacientes com necessidades emergências que necessitam de atendimento e cuidados intensivos.
- 3.15-** Disponibilizar oferta de exames de imagens eletivos e de emergência.
- 3.16-** Realizar Hemodiálises nos pacientes internados.
- 3.17-** Unidade de Saúde de complexidade intermediária entre as Unidades Básicas de Saúde/Saúde da Família e a Rede Hospitalar, devendo compor uma rede organizada nas Áreas de Planejamento objeto do Projeto Básico;
- 3.18-** Unidade de saúde fundamental à reorganização da rede de atendimento às Urgências e Emergências do Município, de acordo com as resoluções do Ministério da Saúde e da Política Nacional de Atenção às Urgências.

4. LOCALIZAÇÃO DA UNIDADE

QTDE	UNIDADE	LOCAL/MUNICÍPIO
01	Pronto Socorro Central DR. Armando Gomes de Sá Couto. (PSC).	São Gonçalo - Praça Estefânia de Carvalho S/Nº - Bairro: Zé Garoto

5. ESTRUTURA FÍSICA DAS UNIDADES MUNICIPAIS DE PRONTO ATENDIMENTO

5.1. DESCRIÇÃO DA UNIDADE MUNICIPAL DE PRONTO ATENDIMENTO - PRONTO SOCORRO CENTRAL DR. ARMANDO GOMES DE SÁ COUTO. (PSC)

CNES - 2696746

Externa

Área de convivência externa

1º PISO

Recepção;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Acolhimento (classificação de risco) com 04 postos de atendimento;

Setor de Adjunto;

Sala de espera para atendimento médico;

04 Consultórios de Clínica Médica;

02 Consultórios de Ortopedia;

02 Consultórios de Cirurgia Geral (Sala de sutura);

01 Sala de Técnico de aparelho gessado;

01 Sala de Estabilização;

01 Sala de Eletrocardiograma;

01 Sala de observação masculina com 07 leitos;

01 Sala de observação feminina com 07 leitos;

02 Salas de curta permanência cada com 04
leitos;

Setor de Radiologia;

Setor de Trauma com 10 leitos;

Sala de Medicamentos com 18 assentos;

Sala de Coleta;

Banheiro;

2º PISO

01 Enfermaria feminina com 08 leitos;

01 Enfermaria masculina com 10 leitos;

1 Enfermaria masculina de ortopedia com 06 leitos;

2 Enfermarias femininas de ortopedia com 03 leitos cada;

01 Enfermaria RUE masculina com 05 leitos;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 Enfermaria RUE coronariana com 07 leitos;

01 CTI com 09 leitos;

01 Isolamento CTI;

01 Sala RPA com 03 leitos

01 Sala de Ortopedia;

Centro cirúrgico com 03 salas;

Sala de Endoscopia e colonoscopia;

Recepção da tomografia;

Sala administrativa da tomografia;

Sala de Tomografia;

Posto de Enfermagem;

Sala de Nutrição;

Copa;

Farmácia;

03 Banheiros;

3º PISO

Estar Médico;

Estar profissionais da radiologia;

Estar da enfermagem;

Copa;

02- banheiros;

Recursos humanos;

Sala de Reunião;

NIR - Núcleo Interno de Regulação;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Sala de Serviço Social;

Sala de Faturamento;

Sala de Supervisão de enfermagem;

Sala de Psicologia;

Sala da Odontologia hospitalar;

Direção de Enfermagem;

Direção Geral;

ANEXO

01- Hemonúcleo;

EXTERNA

Área de convivência externa

6. PERFIL DA ASSISTÊNCIA

6.1. Conceituação dos Atendimentos Assistenciais:

6.1.1. Acolhimento - Ação assistencial e técnica feita pelo profissional de enfermagem que recepciona o usuário desde sua chegada, ouvindo sua queixa, permitindo que ele expresse suas preocupações, angústias, e ao mesmo tempo, colocando os limites necessários, garantindo assim, uma atenção resolutiva. A partir do acolhimento, após registrar o nome do usuário no sistema informatizado, o usuário é encaminhado à área da recepção onde aguardará a chamada através do painel eletrônico, para finalizar o registro. Sendo capaz de reconhecer agravos da saúde que coloquem a vida do usuário em risco permitindo maior agilidade no atendimento médico.

6.1.2. Recepção - A partir do acolhimento, após registrar o nome do usuário no sistema informatizado, o usuário é encaminhado à área da recepção onde aguardará a chamada para finalizar o registro.

6.1.3. Classificação de Risco - Alteração na lógica do atendimento, permitindo que o critério de priorização da atenção ao usuário seja o agravo à saúde e/ou grau de sofrimento e não mais a ordem de chegada. Realizado por enfermeiro que utiliza os



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

protocolos técnicos indicados pela SEMSA, com base nas diretrizes do Ministério da Saúde, e identifica os usuários que necessitam de tratamento imediato, considerando o potencial de risco, agravo à saúde ou grau de sofrimento e providencias de forma ágil o atendimento adequado para cada caso.

6.1.4. Atendimento Médico - Oferecido para adultos e para crianças, disponível 24h por dia em todos os dias do ano de acordo com a classificação de risco. Podendo estar compreendido no atendimento médico qualquer outro exame complementar, procedimento ou observação clínica.

6.1.5. Atuação do Serviço Social - Serviço prestado aos usuários atendidos no - PRONTO SOCORRO CENTRAL DR. ARMANDO GOMES DE SÁ COUTO. (PSC), através de profissional capacitado, devendo também participar ativamente nos fluxos e processos de regulação de pacientes.

6.1.6. Procedimentos - Realizados após atendimento médico, tais como administração de medicação, nebulização, oxigenoterapia por cateter nasal, máscara e aparelhos de fluxos, aspiração das vias aéreas superiores, lavagem gástrica, sutura simples, inserção de sondas e tubos, curativos, punções venosas, drenagens, etc. realizados em usuários atendidos no PRONTO SOCORRO CENTRAL DR. ARMANDO GOMES DE SÁ COUTO. (PSC).

6.1.7. Exames - São realizados no Pronto Socorro Central Dr. Armando Gomes de Sá Couto exames radiológicos de tomografia, Raio X, Endoscopia, Colonoscopia, Ecocardiograma, Ecodopplercardiografia, Ultrassonografia, Ultrassonografia À beira-leito, exames laboratoriais e eletrocardiogramas. Os exames são solicitados aos usuários, pelos médicos.

6.1.8. Cuidado Multiprofissional - Para todo e qualquer usuário do Pronto Socorro Central Dr. Armando Gomes de Sá Couto (PSC).

6.1.9. Fornecimento de Medicação - Para os usuários que se encontrem em observação na sala amarela, Enfermarias, CTI, Centro cirúrgico e para os que aguardam transferência para outras unidades de saúde de referência desse projeto, prescritos pelos médicos da unidade, devendo também ser ministrada medicação aos usuários classificados como



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

risco verde/azul, durante o pronto atendimento.

7. DAS ATIVIDADES

As atividades assistenciais do Pronto Socorro Central serão executadas nas 24 (vinte e quatro) horas do dia, todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados.

7.1. Subsecretária de Urgência e Emergência - A Unidade de Saúde, Pronto Socorro Central Doutor Armando Gomes de Sá Couto - PSC -, é uma das portas de entrada de emergência, ordenando junto com as UPA's, UMPA's, PSI e demais unidades da rede, a rede de urgência e emergência da região, funcionando como local de primeiro atendimento (acolhimento e atendimento médico) e estabilização (sala vermelha) dos pacientes oriundos da demanda espontânea ou regulados e referenciados dos pré-hospitais fixo e móvel, que estejam em observação (sala amarela), ou são internados pela regulação em vaga zero ou não, para resolução ou seguimento de seu agravo, clínico, psiquiátrico ou traumático. E na transversalidade das ações assistências de urgência e emergência para a rede, a Subsecretaria de Urgência e Emergência poderá a critério técnico assistencial, em conjunto da Secretaria Municipal de Saúde e da regulação, disponibilizar recursos materiais humanos pertinentes para atuarem em outras unidades da rede que se fizerem necessários, sempre no sentido de levar ao paciente o melhor atendimento possível, dentro do menor tempo possível e da maneira mais otimizada possível.

O PSC estará diretamente ligado a Central de Regulação, e seus leitos de retaguarda, tanto os de estabilização (sala vermelha) quanto os de observação 24 (vinte e quatro) horas adulto e pediátrico (salas amarelas), serão capazes com seu potencial técnico e assistencial de estabilizar e manter estáveis, os pacientes graves que tenham apresentado instabilidade orgânica clínica ou traumática, por período de tempo que permita a regulação dos pacientes para leitos de internação ou para tratamento definitivo em vaga zero. Tanto as internações para continuidade da observação, quantos as de vaga zero, solicitadas pela Subsecretaria de Urgência e Emergência, não necessariamente serão reguladas para o PSC, podendo a critério da regulação, ser reguladas para outra



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

unidade da rede.

7.1.1- Para a organização das ações assistenciais da emergência foram definidas as seguintes estratégias e atividades básicas:

- a) Acolhimento com classificação de risco na porta de entrada;
- b) Atendimento de emergência;
- c) Atendimento, acompanhamento e avaliação dos pacientes em observação nas salas amarelas e vermelha, tanto adulto quanto pediátrica;
- d) Solicitações de internação, transferência, exames e procedimentos de alta, média e baixa complexidade;
- e) Emissão de AIH;
- f) Atividades atinentes a regulação dos pacientes atendidos, tais como preenchimento de documentos e contato com Central Municipal de Regulação;
- g) Referência garantida para unidade da região para os atendimentos da atenção básica;
- h) Transporte inter-hospitalar dos pacientes do PSC, que necessitem de continuidade dos cuidados de emergência ou que necessitem de transferência para outra unidade da rede de atenção às urgências, sendo o transporte devidamente regulado;
- i) Transversalidade em outras unidades da rede, ou seja, a subsecretaria de urgência e emergência poderá a critério técnico assistencial, em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC) e da Fundação Municipal de Saúde (FMS), disponibilizar recursos materiais e humanos pertinentes para atuarem em outras Unidades da Rede que se fizerem necessários.
- j) Todas as demais atividades essenciais de atenção e assistência às demandas emergentes e urgentes, dos pacientes que procuram a unidade.

7.1.2. A Organização Social, contratada ofertará diversos serviços de saúde no hospital, utilizando seus recursos humanos e técnicos, exclusivamente aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), oferecendo, segundo o grau de complexidade de sua assistência e sua capacidade operacional a produção da seguinte (tabela abaixo) quantidade mínima de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

procedimentos nos seus diversos serviços assistenciais, além de cumprir as metas estabelecidas neste Projeto Básico.

Quadro de Metas Físicas:

ATIVIDADES	METAS
* Laboratório de análises clínicas	Ativo nas 24h
* Tomografia Computadorizada	Ativo nas 24h
* Radiografia Simples	Ativo nas 24h
* Ultrassonografia	Ativo nas 24h
* Arco em C	Ativo nas 24h
* Anatomia Patológica	Ativa por 8h/dia
* Endoscopia	Ativa por 8h/dia
* Colonoscopia	Ativa por 8h/dia

7.1.3. Os exames previstos na Tabela SUS, e necessários ao longo das internações deverão ser disponibilizados pela Unidade. O Serviço Auxiliar de Diagnóstico e Terapia (SADT), previstos deve atender às necessidades do Complexo Hospitalar, incluindo o ambulatório para os exames de imagem. Dentro da transversalidade da assistência de urgência e emergência da Rede, os exames componentes do Serviço Auxiliar de Diagnóstico e Terapia (SADT) que tenham portabilidade, como endoscopia, ecocardiografia, entre outros, poderão, a critério técnico das Subsecretarias Municipais de Saúde de Urgência e Emergência e de Controle, Avaliação, Regulação e Auditoria, atender em outras Unidades da Rede.

PLANILHA DE INTERNAÇÃO – ANO 2019													
LEITOS	J A N	F E V	M A R	A B R	M A I O	J U N	J U L	A G O	S E T	O U T	N O V	D E Z	TO TA L
ENFERM ARIA S	13 6	12 0	131	130	160	14 9	16 0	169	12 7	128	99	123	1.632
OBS. MASC	13 0	11 8	103	118	118	10 3	10 6	97	10 0	101	98	117	1.315
OBS. FEM	10 5	12 2	104	133	106	11 3	89	90	64	65	122	125	1.238



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

CTI	32	28	38	35	36	44	41	41	42	43	32	31	443
TRAUMA	23 4	16 5	157	174	202	18 5	19 8	192	14 8	149	167	188	2.159
CORREDO R	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
TOTAL	63 7	55 3	533	590	622	59 4	63 5	489	48 1	486	518	584	6.768

PLANILHA DE CIRURGIAS LIMPAS – ANO 2019													
J A N	F E V	M A R	A B R	M A I	J U N	J U L	A G O	S E T	O U T	N O V	D E Z	T O T A L	
90	86	75	91	84	99	53	71	95	81	89	69	983	

(*) Estão incluídas as cirurgias de urgência e emergência em retaguarda à Subsecretaria Municipal de Saúde de Regulação, Avaliação e Controle: cirurgia geral, cirurgia cirurgia vascular, cirurgia ortopédica. Ou seja, as urgências e emergências nessas especialidades deverão ser asseguradas na unidade.

7.1.4- Garantir em exercício nas Unidades Hospitalares quadro de recursos humanos qualificado e compatível ao porte da Unidade e aos Serviços previstos, conforme estabelecido nas normas ministeriais atinentes e vigentes, tendo também definida sua infra-estrutura técnico-administrativa nas 24 (vinte e quatro) horas do dia, para fazer frente às demandas assistenciais e operacionais da unidade, respeitando seu perfil assistencial, conforme descrito na tabela abaixo:

Perfil Assistencial

- Medicina Interna

Emergência



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

- Clínica Geral
- Ortopedia
- Odontologia;
- Cirurgia Geral
- Anestesiologia

Rotinas Médicas

Clínica Médica

- Cardiologia (para parecer);
- Ortopedia;
- Cirurgia Geral;
- Cirurgia Vascular (para parecer);
- Nefrologia (para parecer);
- Neurologia (para parecer);
- Radiologia (parecer);
- Urologia (parecer);
- Hemodiálise;
- Terapia Intensiva adulta;
- Unidade Coronaria;

Atender a demanda referenciada pela PPI (Programação Pactuada Integrada) do Município durante 24 (vinte quatro horas) por dia, 7 (sete) dias por semana, referenciada nas especialidades das Clínicas Médica, Cirúrgica, Ortopédica, Terapia Intensiva, Anestesiologia e Hemodiálise, apresentando como perfil principal o atendimento de urgência e trauma, acrescido dos procedimentos de cirurgias eletivas conforme estabelecido neste Documento.

Com base nesta organização, a Organização Social contratada deverá prever todas as demais atividades, e, as necessidades de contratação e aquisição de serviços para prestação da assistência prevista neste Chamamento Público, no que tange as ações assistenciais de urgência e emergência do Pronto-Socorro Central Doutor Armando Gomes de Sá Couto (PSC), com a garantia de que a estrutura disponibilizada atenda às necessidades dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), objeto do Contrato de Gestão.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

8. DA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR - A assistência à saúde, prestada em regime de hospitalização compreenderá: O conjunto de atendimentos oferecidos aos usuário desde sua admissão no hospital até sua alta hospitalar, pela patologia atendida, incluindo-se todos os atendimentos e procedimentos necessários para obter ou completar o diagnóstico e as terapêuticas necessárias para o tratamento no âmbito hospitalar, todos os serviços relacionados a todos os tipos de Órteses, Próteses e Materiais - OPME -, contemplados na tabela unificada do SUS. No processo de hospitalização estão incluídos:

- A) Tratamento das possíveis complicações que possam ocorrer ao longo do processo assistencial, tanto na fase de tratamento, quanto na fase de recuperação;
- B) Tratamentos concomitantes, diferentes daqueles classificados como principal que motivaram a internação do usuário, que podem ser necessários, adicionalmente, devido às condições especiais do usuário e/ou outras causas;
- C) Tratamento medicamentoso que seja requerido durante o processo de internação
- D) Serviços de Apoio Diagnóstico Terapêutico que sejam requeridos durante o processo de internação;
- E) Procedimentos e cuidados de enfermagem, necessários durante o processo de internação;
- F) Alimentação, incluída a assistência nutricional e alimentação parenteral e enteral;
- G) Assistência por equipe médica especializada, pessoal de enfermagem e pessoal auxiliar, incluído médico diarista para cobertura horizontal nas 24 horas/dia em todas as áreas de internação do hospital;
- H) Utilização do Centro Cirúrgico e procedimentos de anestesia;
- I) O material descartável necessário para os cuidados de enfermagem e tratamentos;
- J) Diárias de hospitalização em quarto compartilhado ou individual, quando necessário, devido às condições especiais do usuário e/ou quarto de isolamento;
- K) Acompanhante para os usuários idosos, crianças e gestantes, conforme previsto na Lei nº 10741 de 01/10/2003;
- L) Sangue e hemoderivados;
- M) Fornecimento de roupas hospitalares;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

N) Procedimentos especiais que se fizerem necessários ao adequado atendimento e tratamento do usuário, de acordo com a capacidade instalada, respeitando a complexidade do PSC.

9. DAS CIRURGIAS ELETIVAS

9.1- Para atender às diretrizes do SUS, a Secretaria Municipal de Saúde de São Gonçalo, identificando a existência de fila de espera para os mais diversos tipos de ações e procedimentos cirúrgicos eletivos, estabelece como atividade inerente ao PSC o desenvolvimento das cirurgias eletivas de media complexidade ambulatorial e hospitalar e propõe o incremento quantitativo e qualitativo dessas ações através da execução dos procedimentos cirúrgicos pelos serviços de ortopedia, cirurgia geral, e cirurgia vascular conforme quadro abaixo:

Quantitativo Médio Mensal Estimado por Especialidade Cirúrgica

CENTRO CIRURGICO	DESAGREGAÇÃO	ESTIMATIVA/MES
NÚMERO DE CIRURGIAS ELETIVAS HOSPITALARES	CIRURGIA GERAL	40
	CIRURGIA ORTOPÉDICA	70
TOTAL DE CIRURGIAS ELETIVAS		110

***Há obrigatoriedade de realizar a previsão de diálise nos leitos de CTI.**

** Caso ocorra o aumento da demanda, o quantitativo de cirurgias poderá ser repactuado, conforme interesse do parceirópúblico.

9.2 Para disponibilizar os procedimentos cirúrgicos acima descritos, visando a redução da fila de espera e o atendimento à demanda reprimida em curto prazo, considerando a capacidade instalada do Hospital, a Fundação Municipal de Saúde (FMS) estima, como forma complementar, a realização de um mínimo de 110 (cento e dez) cirurgias eletivas por mês. Tal quantitativo foi estimado em função da capacidade instalada do Hospital e poderá ser revisado à maior, de acordo com as condições de ocupação dos leitos e das



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

demandas prioritárias.

9.2.1 As cirurgias eletivas deverão ser reguladas pela Subsecretaria Municipal de Saúde de Regulação, Controle e Avaliação e, poderão, em comum acordo entre a Fundação Municipal de Saúde (FMS) e a Organização Social (OS) contratada, ser dimensionadas a maior, conforme necessidade identificada pela dita Subsecretaria;

9.2.2 Após a definição dos procedimentos a serem realizados, caberá à Organização Social (OS) contratada, a aquisição/disponibilização dos insumos, materiais e medicamentos necessários para as cirurgias, bem como a organização permanente do centro cirúrgico e leitos de suporte.

9.2.3 Nos casos das cirurgias que envolvam aquisições de alto custo, como órteses e próteses, ou complexidade que alterem a rotina hospitalar, serão avaliados em conjunto com a Organização Social (OS) contratada as aquisições e os custos envolvidos.

9.2.4 Os serviços serão prestados através de profissionais regularmente inscritos no Conselho Regional de Medicina (CRM), que deverão desenvolver as atividades descritas mediante critérios e qualidade técnica exigida.

9.2.5 A Organização Social contratada deverá oferecer suporte imediato a possíveis complicações pós-operatórias como: garantia de internação prolongada em casos de complicações pós-cirúrgicas e todo o material necessário às cirurgias, previstos na Tabela doSUS.

O encaminhamento dos pacientes deverá ser feito da seguinte forma:

A) A organização do agendamento e atendimento referendado é de responsabilidade da Subsecretaria Municipal de Saúde de Regulação, Avaliação e Controle. Os pacientes que possuem referência/contra referência com as indicações cirúrgicas serão apreciadas conforme suas referências e agendadas de acordo com a urgência respeitando-se a ordem cronológica da referência.

B) Os pacientes deverão ser encaminhados através da rede pública municipal à Subsecretaria Municipal de Saúde de Regulação, Avaliação e Controle para agendar consulta pré-cirúrgica. Indicado o procedimento cirúrgico, acompanhado dos documentos específicos, o paciente retorna à Subsecretaria Municipal de Saúde de Regulação,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Avaliação e Controle para autorização e agendamento do procedimento.

C) A relação de pacientes encaminhados e submetidos ao procedimento cirúrgico deverá ser encaminhada, pela Organização Social contratada, a Subsecretaria Municipal de Saúde de Regulação, Avaliação e Controle, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, constando nome do paciente, cartão nacional do SUS, município de residência e tipo de cirurgia.

9.3 Considerando a Portaria MS/GM nº 252 de 6 de fevereiro de 2006, que instituiu a Política Nacional de Procedimentos Cirúrgicos Eletivos de Média Complexidade Ambulatorial, o quadro abaixo descreve os procedimentos cirúrgicos que deverão ser realizados no Pronto Socorro Central (PSC) de acordo com as especialidades disponíveis:

PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS		
ITEM DA PORTARIA	CÓDIGO	PROCEDIMENTO
4	806501	ARTROSCOPIA
5	811602	POSTECTOMIA

PROCEDIMENTOS HOSPITALARES		
ITEM DA PORTARIA	CÓDIGO	PROCEDIMENTO
12	39003108	AMPUTAÇÃO DO DEDO (CADA)
13	39003124	ARTROPLASTIA PARCIAL DO QUADRIL
14	48020095	CIRURGIA DE VARIZES BILATERAL
15	48020087	CIRURGIA DE VARIZES UNILATERAL
16	33004080	COLECISTECTOMIA
17	33015082	COLECISTECTOMIA VIDEOLAPAROSCÓPICA
18	33007080	COLEDOCOSTOMIA COM OU SEM COLECISTECTOMIA
19	33006083	COLEDOCOTOMIA COM OU SEM COLECISTECTOMIA
20	34008020	COLPOPERINEOPLASTIA ANTERIOR E POSTERIOR
21	34021027	COLPOPERINEOPLASTIA ANTERIOR E
22	42002079	EXTIRPAÇÃO DE TUMOR OU ADENOMA DA MAMA
23	33007071	FISTULECTOMIA OU FISTULOTOMIA ANAL



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

24	33030073	HEMORROIDECTOMIA
25	33006113	HERNIORRAFIA CRURAL (BILATERAL)
26	33005117	HERNIORRAFIA CRURAL (UNILATERAL)
27	33009112	HERNIORRAFIA EPIGÁSTRICA
28	33010110	HERNIORRAFIA INCISIONAL
29	33012113	HERNIORRAFIA INGUINAL (BILATERAL)
30	33011117	HERNIORRAFIA INGUINAL (UNILATERAL)
31	33014116	HERNIORRAFIA RECIDIVANTE
32	33015112	HERNIORRAFIA UMBILICAL
33	31005101	HIPOSPADIA (1 TEMPO)
34	34017038	HISTERECTOMIA COM ANEXECTOMIA UNI OU BILATERAL
36	34010033	HISTERECTOMIA TOTAL
38	33016119	LAPAROTOMIA EXPLORADORA
40	42004071	MASTECTOMIA SIMPLES
41	34012036	MIOMECTOMIA
42	34021035	MIOMECTOMIA VIDEOLAPAROSCÓPICA
43	34001050	OOFORECTOMIA UNI OU BILATERAL
44	31006078	ORQUIDOPEXIA UNILATERAL
45	31011071	ORQUIECTOMIA BILATERAL
46	31004075	ORQUIECTOMIA UNILATERAL
47	31004105	POSTECTOMIA
48	31005110	PROSTATECTOMIA SUPRAPUBICA
49	39024083	REDUÇÃO INCRUENTA DA FRATURA DOS OSSOS DO ANTEBRACO
50	33023115	REPARAÇÃO OUTRAS HERNIAS (INCLUI HERNIORRAFIA MUSCULAR)
51	31005128	RESSECÇÃO ENDOSCÓPICA DE PRÓSTATA
52	39002217	RETIRADA DE FIO OU PINO TRANSÓSSEO
54	39012190	TENORRAFIA
55	34001034	TRAQUELECTOMIA(AMPUTAÇÃO CONIZAÇÃO)
56	39009130	TRATAMENTO CIRÚRGICO DA FRATURA DA DIÁFISE DO FEMUR
57	39013081	TRATAMENTO CIRÚRGICO DA FRATURA DIAFISÁRIA DOS OSSOS DO ANTEBRAÇO
58	39011160	TRATAMENTO CIRÚRGICO DA FRATURA DO TORNOZELO UNIMALEOLAR
59	39015068	TRATAMENTO CIRÚRGICO DA FRATURA SUPRA-CONDILIANA DO UMEMO
60	39013138	TRATAMENTO CIRÚRGICO DA FRATURA TRANSTROCANTERIANA
61	31002072	TRATAMENTO CIRÚRGICO DA HIDROCELE
62	34013024	TRATAMENTO CIRÚRGICO DA INCONTINÊNCIA URINÁRIA POR VIA VAGINAL
63	31003079	TRATAMENTO CIRÚRGICO DA VARICOCELE
64	39016080	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DIAFISÁRIA DO RÁDIO
65	39011151	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DA DIÁFISE DA TÍBIA
66	39023176	TRATAMENTO CIRÚRGICO DO PÉ TORTO CONGÊNITO
67	31005098	VASECTOMIA PARCIAL OU COMPLETA



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

9.3.4 Critérios de execução para as cirurgias eletivas no âmbito municipal:

- A) Atender os pacientes com respeito e dignidade de modo universal e igualitário, sem diferenciação no atendimento, mantendo sempre a qualidade na prestação dos serviços;
- B) Justificar ao paciente ou ao seu representante legal, por escrito, as razões técnicas alegadas da decisão de não realização ou realização de qualquer procedimento;
- C) A Organização Social contratada deverá apresentar relação dos profissionais que disponibiliza para execução dos serviços;
- D) A execução dos procedimentos cirúrgicos eletivos, não exclui a obrigação da Organização Social contratada, na execução do tratamento cirúrgico de urgência.

10. SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS:

- a) Contratação de Recursos Humanos administrativos e assistenciais (profissionais de saúde e de apoio as atividades de urgência e emergência).
- b) Aquisição de Material Permanente (mobiliário hospitalar e equipamentos).
- c) Aquisição de insumos (material médico cirúrgico, roupa, outros).
- d) Aquisição de Medicamentos e materiais de consumo.
- e) Serviços de apoio a diagnose e terapêutica.
- f) Contratação de serviços de apoio (vigilância, alimentação, limpeza, recolhimento de lixo especial, lavanderia e roupa).
- g) Contratação de serviço de transporte inter-hospitalar, ambulância tipo D, de acordo com o preconizado na Portaria MS/GM nº 2048 de 2002.
- h) Caberá a contratada o pagamento das despesas com concessionárias de serviços (água/esgoto, energia e gás).

10.1- A formatação do serviço deverá prover os recursos humanos e materiais para garantir uma demanda mínima de 700 (setecentos) atendimentos/dia entre acolhimento, consultas e procedimentos médicos e de enfermagem para atender as emergências traumáticas, clínicas e psiquiátricas.

10.2- O desenho operacional assistencial deverá ser fundamentado na Política de Atenção às Urgências, Portaria GM nº 2048 de 2002 e na Portaria MS nº 1600 de 2011, diretrizes



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

para a formulação da assistência.

10.3- Do Quantitativo de Pessoal (exceto médicos) - O quadro abaixo manifesta apenas uma sugestão, devendo a instituição concorrente, adequá-lo a sua real necessidade, devendo ser respeitada todas as legislações pertinentes, a necessidade da unidade, e os demais critérios de contratação previstos no presente Chamamento Público.

Categoria	Quantidade
Diretor Geral	1
Diretor Médico	1
Gerente administrativo	1
Coordenador de Enfermagem	4
Gerente de Enfermagem	1
Supervisor de Enfermagem	2
Enfermagem – SCIH – NEP / Qualidade	48
Farmacêutico	4
Fisioterapeuta	4
Psicólogo	1
Nutricionista	2
Assistente Social	2
Técnico de Enfermagem	142
Técnico de Imobilização	5
Técnico de Radiologia	14
Técnico de Segurança do Trabalho	1
Auxiliar de Farmácia	4
Auxiliar de Suprimentos	4
Faturista	3
Comprador	1
Almoxarife	1
Controlador de Acesso	24
Recepcionista	10
Auxiliar Administrativo	22

10.4- O Pronto Socorro Central Doutor Armando Gomes de Sá Couto (PSC), deverá contar obrigatoriamente e em quantidade suficiente, cumprindo a legislação concernente ao pleno funcionamento nas 24 (vinte e quatro) horas do dia, com os seguintes profissionais: coordenador médico, gerente administrativo, gerente de enfermagem, médico generalista / emergencista, ortopedista, enfermeiro, farmacêutico, assistente social, fisioterapeuta, nutricionista, técnico de enfermagem, técnico de radiologia, auxiliar



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

de serviços gerais, maqueiro e auxiliar administrativo.

10.5- Todos os profissionais que atuam na emergência devem ter formação em suporte básico e avançado, sendo que no trauma, no suporte clínico e avançado, deveram ter um perfil de emergencista para o suporte a pacientes críticos, dado ao perfil de atendimento da unidade.

10.6- Com base nesta organização, a contratada deverá prever todas as necessidades de contratação e aquisição de serviços para prestação da assistência prevista nesta convocação pública, no que tange as ações assistenciais de urgência e emergência do PSC, com a garantia de que a estrutura disponibilizada atende às necessidades dos usuários do Sistema Único de Saúde, objeto do presente contrato de gestão.

11. PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo inicial de vigência do Contrato de Gestão é de 01 (um) ano, a partir da data da sua assinatura, podendo tal prazo ser prorrogado por igual e sucessivo período, até o limite máximo de 5 (cinco) anos, na forma do art. 57, inciso II da lei nº 8666/1993, depois de demonstrada a consecução dos objetivos contratuais e do cumprimento das metas estabelecidas e, ainda, a indicação, garantia e aprovação dos recursos orçamentários necessários para as despesas.

12. DA VALIDADE DA PROPOSTA

O prazo de validade das propostas não deverá ser inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua emissão.

13. DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS

A Fundação Municipal de Saúde (FMS) poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento na forma da Lei, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

14. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso do Chamamento Público e da contratação são aquelas previstas na Lei Federal nº



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

8666/1993, na Lei Municipal nº 370/2011 e no Decreto Municipal nº 008/2018, bem como nos instrumentos regulamentadores do respectivo Chamamento.

São Gonçalo, _____ de _____ de 2020.

Identificação e assinatura do servidor responsável

Aprovado em _____ de _____ de 2020.

Identificação e assinatura da autoridade competente



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO A – IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO

Estado: Rio de Janeiro **Município:** São Gonçalo **Código do IBGE:** 3304904

Prefeito Municipal: José Luiz Nanci

Endereço: Avenida São Gonçalo nº 100, Boa Vista - São Gonçalo - CEP: 24.466-970.

Telefone: (21) 2199-6300

Fax: (21) 2199-6373 / 2199-6322

Site: www.saogoncalo.rj.gov.br

E-mail: gabinete@pmsg.rj.gov.br

1.1. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL. (SEMSADC).

- **CNPJ:** 28.636.579/0009-50

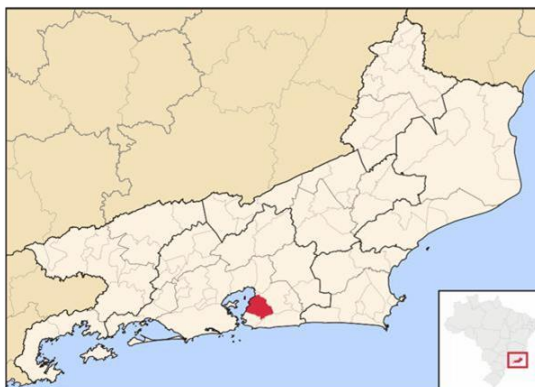
- **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL-** Jefferson Antunes Gomes;
Endereço - Avenida São Gonçalo, nº 100, Boa Vista, São Gonçalo, Rio de Janeiro, CEP 24.466-970.

Tele/Fax: 21 2199-6800

E-mail: saude@pmsg.rj.gov.br

1.2 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Município situado entre as 20 (vinte) cidades mais populosas do Brasil, São Gonçalo foi uma das primeiras cidades brasileiras a se industrializar, chegando a ser conhecida como a Manchester Fluminense. Seu nome presta uma homenagem ao padroeiro São Gonçalo do Amarante.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Divisão administrativa: São Gonçalo - sede, Ipiíba, Monjolos, Neves e Sete Pontes

CEP: 24400-000 **DDD:** 21

Localização: Região Metropolitana

Área: 248,7 km²

População: 1.038.081. Estimativa de habitantes no ano de 2015 (Fonte: IBGE)

Limites: Niterói, Itaboraí, Maricá e Guapimirim

Altitude: 19 m

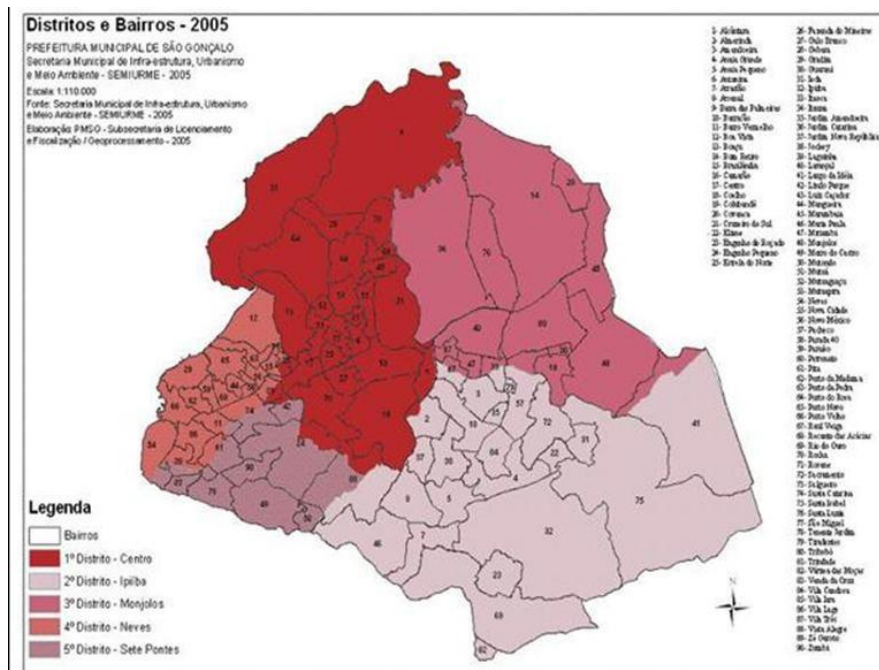
Clima: Tropical

Temp. média anual: 28° C

Distância da Capital: 25 km

Sua divisão administrativa é constituída por cinco distritos: São Gonçalo; Neves; Sete Pontes; Monjolos e Ipiíba; onde estão distribuídos os 110 (cento e dez) bairros existentes. Conforme Lei nº 582/14, publicado no Diário Oficial de São Gonçalo em 12 de agosto de 2014.

Figura 1 – Mapa de São Gonçalo segundo organização dos bairros:





ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Fonte: <http://www.pmsg.rj.gov.br/mapas.php>

Possui extensa malha rodoviária, sendo cortado por três importantes rodovias, sendo uma federal, BR 101, de duas estaduais, a RJ 104 e a RJ 106.

1.3 . ASPECTOS DO MUNICÍPIO

1.3.1 ASPECTOS SÓCIO ECONÔMICOS

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), das 10.308 (dez mil trezentas e oito) empresas pesquisadas em 2010, 90,11% pertenciam ao setor de serviços e 9,85% pertenciam ao setor de indústrias. Importante destacarmos que 89% destas empresas são classificadas como pequenas, possuindo quadro funcional não superior a 09 (nove) funcionários.

Em 2010, do total da população economicamente ativa, 18,63% atuavam no comércio e 53,75% no setor de serviços, 67,91 % possuíam empregos formais, 51,03 % ensino médio completo e 68,47% recebiam até 02 salários mínimos. Sendo que grande parte da população desloca-se diariamente para os municípios do Rio de Janeiro e Niterói para trabalhar, caracterizando um movimento pendular diário.

Em 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de São Gonçalo é 0,739, ocupando a 795ª posição nacional e a 14ª no Estado. São Gonçalo teve um incremento no seu IDHM de 36,10% nas últimas duas décadas, abaixo da média de crescimento nacional (47%) e acima da média de crescimento estadual (32%). Entretanto, apesar da evolução, o IDHM de São Gonçalo, em 2010, ficou abaixo da média do estado do Rio de Janeiro.

A renda per capita média de São Gonçalo cresceu 72,12% nas últimas duas décadas, passando de R\$388,85 (trezentos e oitenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos) em 1991 para R\$539,00 (quinhentos e trinta e nove reais) em 2000 e R\$669,30 (seiscentos e sessenta e nove reais e trinta centavos) em 2010. A extrema pobreza passou de 5,92% em 1991 para 3,03% em 2000 e para 1,55% em 2010.

Ultimamente, grandes empreendimentos têm gerado expectativas de desenvolvimento industrial para a região. Em 2006 foi criado um grande condomínio



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

industrial no bairro de Guaxindiba, que irá hospedar cerca de 15 (quinze) indústrias, que juntas gerarão aproximadamente quatro mil empregos. Em 2011 foi celebrado convênio entre a Prefeitura Municipal de São Gonçalo e a PETROBRÁS para a instalação do Porto de São Gonçalo, que servirá no processo de construção do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro - COMPERJ -, obra suspensa temporariamente.

1.4 ASPECTOS GEOGRÁFICOS E AMBIENTAIS

O relevo da cidade é constituído por 25% com característica serrana, 60% de baixada e 15% de praias e restinga. O clima se caracteriza como tropical quente e úmido, cuja temperatura varia entre 36,9°C, a máxima anual, e 12,3°C, a mínima anual, com média mensal de 21,2 °C e sua bacia hidrográfica são formadas pelos rios Bomba, Imboaçu, Aldeia, Muriqui, Guaxindiba e Alcântara que percorrem os municípios de São Gonçalo, Niterói e Itaboraí. Estes importantes rios servem para o equilíbrio ecológico da Baía da Guanabara, sendo que os mesmos viraram verdadeiros depósitos de esgoto “in natura”, devido ao lançamento de efluentes domésticos e industriais.

De acordo com dados dos Estudos Socioeconômicos dos municípios, apresentado pelo TCE/RJ em 2012, para o município de São Gonçalo, o esgotamento sanitário adequado distribuía-se entre a rede geral de esgoto ou pluvial (em 64,1% dos domicílios) e fossa séptica (0,2% dos domicílios). Outros 35,7% utilizavam formas inadequadas como fossa rudimentar, rio, lago ou mar e valas. O município de São Gonçalo conta apenas com uma Estação de Tratamento de Esgoto, apresentando sérios problemas que resultam em tratamento ineficiente.

No mesmo estudo, alguns dados revelam que o abastecimento de água era feito adequadamente, através da rede geral de distribuição, em (80,9% dos domicílios). Formas inadequadas, como a utilização de poço ou nascente dentro ou fora da propriedade, ou o armazenamento de água da chuva, eram utilizadas em (19,1% dos domicílios).

O processo de ocupação do solo aconteceu de forma desorganizada a partir da década de 50, com o início de grandes loteamentos clandestinos. Este processo contribuiu na dinâmica ambiental do município de São Gonçalo, onde atualmente, sofre com a escassez de área verde.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

O serviço de coleta de resíduos é realizado por empresa contratada, mas ainda podemos ver alguns pontos de despejo irregular no município. São Gonçalo, conta hoje com um aterro sanitário instalado no bairro Anaia. Segundo o Censo 2010, 88,7% da população têm seu lixo coletado por empresa contratada, 6,2% queimam seus lixos e 5,1% destinam seus resíduos em caçambas, terrenos baldios e no logradouro.

1.5 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

A população urbana no ano 2000 representava 100%, e em 2010 passou a representar 99,93% do total. O Município de São Gonçalo apresenta densidade demográfica de mais de 4.035,90 habitantes por km², sendo assim, o segundo Município mais populoso do Estado, sendo superado somente pela capital. Com bases nestes dados, a população municipal corresponde a 6,10% da população estadual e a 0,5% da população brasileira.

No ano de 2006, o número aproximado de domicílios era de 302.905 (trezentos e dois mil novecentos e cinco), tendo uma taxa de ocupação de 87%. Destacamos que dos 39.527 não ocupados, 6% eram de uso ocasional. E de acordo com o Censo do IBGE de 2010, o Município passou a ter 326.079 domicílios ocupados (taxa de ocupação de 94%), 19.781 domicílios não ocupados e 86 domicílios coletivos, ou seja, com aumento expressivo nos últimos anos na ocupação dos domicílios. A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa, que em termos anuais, cresceu 3,9% em média. Em 2000, este grupo representava 9,2% da população, já em 2010 detinha 12,0% do total da população municipal.

Conforme o censo 2010 a população masculina representa 475.264, enquanto a população feminina é de 524.464 habitantes.

1.5.1- POPULAÇÃO ESTIMADA SEGUNDO SEXO E FAIXA ETÁRIA NO ANO DE 2010:

Idade	População Masculina	População Feminina	Total População	Porcentagem do total da população
--------------	----------------------------	---------------------------	------------------------	--



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Menor de 1 ano	5.701	5.563	11.264	1%
1 a 4 anos	23.859	23.537	47.396	5%
5 a 9 anos	33.388	32.874	66.262	7%
10 a 14 anos	41.654	40.118	81.772	8%
15 a 19 anos	38.604	39.555	78.159	8%
20 a 29 anos	80.078	86.389	166.467	17%
30 a 39 anos	79.216	86.168	165.384	17%
40 a 49 anos	69.708	77.615	147.323	15%
50 a 59 anos	52.982	62.435	115.417	12%
60 a 69 anos	30.588	39.022	69.610	7%

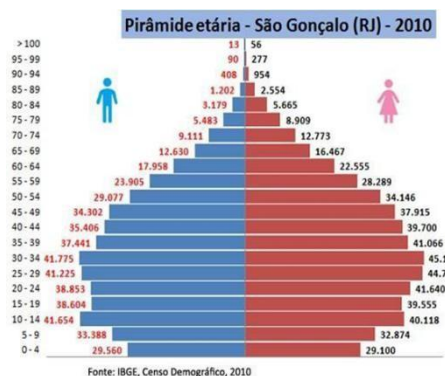
Fonte: IBGE 2010

1.5.2 - POPULAÇÃO ESTIMADA SEGUNDO SEXO E FAIXA ETÁRIA NO ANO DE 2012:

Idade	População Masculina	População Feminina	Total População	Porcentagem do total da população
Menor de 1 ano	6.452	6.163	12.615	1%
1 a 4 anos	23.593	23.415	47.008	5%
5 a 9 anos	33.936	33.413	67.349	7%
10 a 14 anos	42.338	40.775	83.113	8%
15 a 19 anos	39.237	40.204	79.441	8%
20 a 29 anos	81.391	87.806	169.197	17%
30 a 39 anos	80.515	87.582	168.097	17%
40 a 49 anos	70.852	78.888	149.740	15%
50 a 59 anos	53.851	63.459	117.310	12%
60 a 69 anos	31.090	39.662	70.752	7%
70 a 79 anos	14.833	22.038	36.871	4%
80 anos e mais	4.972	9.663	14.635	1%
Total Geral	483.060	533.068	1.016.128	100%

1.6- GRÁFICO ETÁRIO

Outro importante dado a considerar, verificado através da pirâmide etária, é a prevalência da população jovem (10-39 anos) com o maior contingente populacional do Município e um aumento na expectativa de vida. De acordo com o Ministério da Saúde (fonte: Portal da Saúde/ Sala de Situação), em 2010 a esperança de vida ao nascer para o município de São





ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Gonçalo estava em torno de 74,96 anos de idade.

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade) no município passou de 19,4 por mil nascidos vivos, em 2000, para 14,6 por mil nascidos vivos, em 2010. Em 1991, a taxa era de 30,9. Já na UF, a taxa era de 14,2, em 2010, de 21,2, em 2000 e 29,9, em 1991. Entre 2000 e 2010, a taxa de mortalidade infantil no país caiu de 30,6 por mil nascidos vivos para 16,7 por mil nascidos vivos. Em 1991, essa taxa era de 44,7 por mil nascidos vivos. Com a taxa observada em 2010, o Brasil cumpre uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, segundo a qual a mortalidade infantil no país deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015.

Longevidade, Mortalidade e Fecundidade - São Gonçalo – RJ			
	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer (em anos)	66,2	69,5	75,0
Mortalidade até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos)	30,9	19,4	14,6
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	35,3	21,9	16,4
Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)	2,0	1,9	1,5

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão da Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). No município, a esperança de vida ao nascer cresceu 5,4 anos na última década, passando de 69,5 anos, em 2000, para 75,0 anos, em 2010. Em 1991, era de 66,2 anos. No Brasil, a esperança de vida ao nascer é de 73,9 anos, em 2010, de 68,6 anos, em 2000, e de 64,7 anos em 1991.

2. REDE ASSISTENCIAL

A rede assistencial de saúde no município de São Gonçalo está organizada em ações de Atenção Básica, Atenção Especializada e Assistência hospitalar de urgência e emergência.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

3. ATENÇÃO BÁSICA

A rede básica municipal representa o primeiro contato de acolhimento e a formação de vínculos com as equipes de saúde, sendo também o local prioritário para que o exercício da clínica do cuidado aconteça. Cumpre ainda a função essencial de coordenar os fluxos e contra- fluxos das pessoas pelos diversos serviços na rede de atenção.

Segundo a Portaria GM/MS n.º 648, de 28 de março 2006, a atenção básica caracteriza-se como: Conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrangem a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde. É desenvolvida por meio do exercício de práticas gerenciais e sanitárias democráticas e participativas, sob forma de trabalho em equipe, dirigidas às populações de territórios bem delimitados, pelas quais assume a responsabilidade sanitária, considerando a dinamicidade existente no território em que vivem essas populações.

Do ponto de vista da organização funcional, o usuário a partir do primeiro nível de atenção é referenciado para os outros níveis. Significa que é neste nível que se estabelece o vínculo entre o cidadão e o serviço de saúde. Mesmo referenciado a outros níveis do sistema, continua vinculado à unidade básica, que pode ser acionada a qualquer momento. No primeiro nível a responsabilidade pela atenção integral é compreendida desde o cuidado com os casos agudos até o acompanhamento dos casos crônicos.

Áreas Estratégicas de Operacionalização da Atenção Básica

De acordo com a Política Nacional de Saúde, para operacionalizar a atenção básica devem ser priorizadas como estratégicas as seguintes áreas:

Saúde da Criança	Saúde Mental
Saúde do Adolescente	Urgências
Saúde da Mulher	Meningite
Saúde do Idoso	Malária
Saúde do Adulto	Hepatites virais
Saúde Bucal	Hanseníase
Saúde da Pessoa com Deficiência	Tuberculose
Saúde do Trabalhador	DST/AIDS

O Sistema Municipal de Saúde de Defesa Civil (SEMSADC) está em processo de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

reestruturação da atenção básica, com o objetivo de oferecer serviços de saúde ampliados, humanizados, resolutivos e adequados às necessidades da população.

O Programa Saúde da Família (PSF) é o modelo de Atenção prioritário, com 200 equipes de Estratégia de Saúde da Família (ESF) e cobertura de aproximadamente 50 % da população de São Gonçalo no Ano de 2015. Cada equipe é composta por um médico generalista, um enfermeiro, um técnico de enfermagem e, em média, seis agentes comunitários de saúde. Possuímos ainda, 109 equipes de Saúde Bucal e 25 Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF). Os Pólos Sanitários oferecem atendimentos nas especialidades básicas em odontologia, programas de saúde, imunização e desenvolvem ações de vigilância epidemiológica e ambiental. Os tipos de Unidades de Saúde estão relacionados na tabela a seguir:

TIPO DE UNIDADE	QUANTIDADE
Unidade Básica de Saúde	01
Unidades Básicas de Saúde da Família	123
Clínica da Família	02
Pólos Sanitários	05

3.1 RELAÇÕES DAS UNIDADES DE SAÚDE DA ATENÇÃO BÁSICA

PÓLO SANITÁRIO RIO DO OURO

BAIRRO	EQUIPE	Coord. Agatha – RO	CNES	ENDEREÇO
Tribobo	84,87	USF Badger Silveira	3029107	Rua Acácio Raposo, s/n
Tribobó	88	USF José Avelino de Souza	2291711	Rua Jose Francisco Batista Rios, s/n



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Novo México	902	USF Enf. Luiza de Marillac	3029085	Rua Godofredo Siqueira Leite, s/n
Arsenal	86,412	USF Adão Pereira Nunes	2291584	Av. Eugênio Borges, s/n
Eng. do Roçado	218	USF Hiparco Ferreira	2297329	Alameda Alagoas, s/n
Ípiiba	217	USF Ípiiba		Estrada de Ipiiba, s/n, CIEP 414
Santa Isabel	208/430	USF Santa Isabel	2291541	Estrada da Serrinha, s/n
Itaitindiba	362	USF Jose Jorge Cortes Freitas		Rua Capitão Alberto Soares, s/n
Bairro Eliane	203	USF Manuel de Abreu	2291835	Rua Estrada da MeiaNoite, s/n
Bairro Ieda	420			
Sacramento	202			
JdmRepublica	409	USF Jardim Republica	5935296	RuaLaudelina de Almeida, 41, Qd. 6
Raul Veiga	343	USF Raul Veiga	7445687	RuaNereu Ramos, 355
Capote	17,18	USF Mal.CandidoRondom	2291843	Rua Exp. José Custódio Sampaio, s/n
Almerinda	210,211,212	USF Almerinda	5469953	RuaSargento Fernando Fontes, 412



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Anaia Pequeno	85/435	USF Anaia	2297272	Rua Clodomiro Antunes da Costa
Barracão	354,358 201	USF Emílio Ribas	2291851	Estrada do Sacramento, s/n
Jacque	206,207	USF Marileia Cardoso	5469910	Rua Waldomiro Lobo, s/n
Jacque	408	USF Flavio Henrique de Brito	5936586	Rua Oscar Gomes, s/n
Maria Paula	213,214,215,216	USF Doutel de Andrade	2297264	Avenida Odilon Noberto Ferreira, s/n
Vila Candoza	407	USF Vila Candoza	5935261	Estrada do Coelho, s/n

PÓLO SANITÁRIO JORGE TEIXEIRA DE LIMA

BAIRRO	EQUIPE	Coord. Françoise – JTL	CNES	ENDEREÇO
Jardim Catarina	303/306	USF Agenor Jose da Silva	5473632	Rua Eugenio Flomentim, s/n
Jardim Catarina	304,305	USF Jardim Catarina III	5473594	RuaCaetes, lt 30 qd. 84
Jardim Catarina	308,309	USF Jardim Catarina V	5474000	RuaFrancilvania, Qd 149, Lt 16
Jardim Catarina	310,311,313	USF Floriano Barbosa	5473659	Avenida Albino Imparato, s/n
Jardim Catarina	315	USF Jardim Catarina VII	2291967	Rua Madeira Freitas, 2, qd 81
Jardim Catarina		USF Jardim Catarina I	2297221	Av.AlbinoImparato, s/n
Jardim Catarina	317,318	USF João Goulart	2291673	Rua dos Marfins s/n



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Jardim Catarina	320	USF Jardim Catarina VIII	5469945	Rua Aldea de Matos, s/n, CIEP Anita Garibaldi
Jardim Catarina	322	USF Jardim Catarina IX	2291975	Rua Adelaide Lima, 252
Santa Luzia	359, 436	USF Santa Luzia	2297248	Av. Santa Luzia, s/n
Santa Luzia	426	USF Elza Borges	6787851	Rua Visconde de Seabra, s/n
Bom Retiro	300	USF Roberto Silveira	2291681	Rua Joaquim Nabuco, s/n
Bom Retiro	301	UBS Jeremias Matos Fontes		Rua Laudelino Freire, s/n
Guaxindiba	302/504	USF Luiz Pasteur	2291630	R. Zilda Silveiras, s/n
Lagoinha	324	USF Luiz Paulo Guimarães	2291738	Rua Aristides Lima, s/n
Laranjal	325,326			
Laranjal	327,353	USF Juarez Antunes	2291622	Rua Alzira Vargas, s/n
Largo da Idéia	329	USF Largo da Idéia	2291649	Rua Gerônimo Pina, s/n
Marambaia	422	USF Ari Teixeira	2291886	Rua General Savari, s/n
Marambaia	441/013/440	USF Marambaia	7044895	Rua Alviar de Matos, s/n
Monjolos	340, 416	USF Anibal Porto	6000894	Rua Almirante Pena Boto, 1923
Vila Três	360/505	USF Vila Três	5726956	R. Nestor Pinto Alves, 380
Vista Alegre	423	USF Vista Alegre	6127797	Rua Manoel Santana, lt 23
Apollo III	437	USF Apollo III	6931324	Rua José Gabriel
Apollo III	438/439	USF Apollo III	6952429	Rua: Severino Barbosa, 172



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

PÓLO SANITÁRIO PAULO MARQUES RANGEL

BAIRRO	EQUIPES	Coord. Ilza Anna – PMR	CNES	ENDEREÇO
Boaçu	6, 7	USF Mahatma Gandhi	2291878	Rua Francisco Barbeiro, s/n
Boaçu	8,9,10	USF Alexander Fleming	2291827	Rua Capitão Acácio, s/n
Fazenda dos Mineiros	30,66	USF Carlos Chagas	2291568	Rua Exp Manoel Chagas, s/n
Fazenda dos Mineiros	31	USF Fazenda dos Mineiros	5473500	Rua Leoncio Correa, 2341
Itaoca	35	USF Albert Sabin	2291770	Estr. Itaoca, s/n
Itaúna	36,37,38	USF Itaúna I	2291983	Travessa Ernestina Pires, 100
Itaúna	39	USF Itaúna II	5473608	Estrada da Conceição, s/n
Palmeiras	64	USF Neuza Goulart Brizola	2291754	Estrada de Palmeiras, s/n
Palmeiras II	421	USF Palmeiras II	6005217	Rua Deputado Silva Santos
Recanto das Acácias/Salgueiro	7214	USF David Capistrano	3029123	Estrada da Sapucaia, s/n
Portão do Rosa	500,501,502	USF Portão do Rosa	7430582	Rua Alfredo Bahiense, s/n
Boa Vista	401/402	USF Dr. José Bruno Neto	3029077	Rua Joaquim Vieira de Souza, 316
Bairro Rosane	103/403	USF Getulio Vargas	2291665	Rua Minas Gerais, s/n
Boa Vista	321	USF Boa Vista/Abacatão	5474043	Rua Pires do Rio, 211
Mutua	53/54	USF Mutua II	2292009	Rua Francisco Nunes, s/n



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

São Miguel	82/83	USF São Miguel	270267 3	Rua Coronel Gurgel, 56 fundos
Mutuapira	57/58/59	USF Alberto Constantin o Farah	229176 2	Estrada da Conceição, s/n
Mutuaguaçu	55	USF Mutuaguaçu	229201 7	Rua David Alves, s/n
Mutua	52	USF Mutua I	694691 7	RuaVerão, 68
Antonina /Cruz do Sul	4,5 e 27	USF Antonina/Cruzeir o do Sul	328461 1	Rua Walter da Costa Dias, 80
Nova Cidade	61/63	USF Nova Cidade	229193 2	Avenida Vicente de Lima Cleto, s/n
Fazenda dos Mineiros	44	USF Manoel da Ilhota	547367 6	Avenida Flávio Monteiro de Barros, 546

PÓLO SANITÁRIO WASHINGTON LUIZ

BAIRRO	EQUIPES	Coord. Denise – WL	CNES	ENDEREÇO
Água Mineral	20	USF Água Mineral	54747 60	Rua: Monza, s/n
Engenho Pequeno	425	USF Juvenil Francisco Ribeiro	22915 92	Estrada da Basiléia, s/n
Engenho Pequeno	406	USF Engenho Pequeno	58739 83	Rua Cássio Raposo, s/n
Estrela do Norte Galo Branco	29/32/34	USF Madre Tereza de Calcutá	22920 25	Estrada Boqueirão Pequeno, 1015
Galo Branco	33	USF Galo Branco	54699 37	Rua Egidio Justi, s/n
Lindo Parque	40	USF Lindo Parque I	54740 19	Rua Humberto Campos, 53
Lindo Parque	41	USF Lindo Parque II	54735 35	RuaGurupá, 270



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Morro da Torre	411	USF ZéGaroto	6000843	Rua Francisca Marques, 205
Pita	328	USF Pita	5469961	Rua Mentor Couto, 925
Porto da Pedra	410, 433	USF Barbosa Lima Sobrinho	2291894	Rua Matos Abílio José de
Rocha	73,74,75	USF Wally Figueira da Silva	2291800	Estr. de Malafaia, s/n
Galo Branco	76,78	USF Menino de Deus	3029115	Rua Antonio Xavier, 219
Rocha	79	USF Rocha	3284646	Rua Louvaldin o Antonio de Lima, 137, Lt28
Vila Iara	104	USF Vila Iara	5474027	Rua Leopoldo Marins, Lt 8, casa 1
Zumbi		USF Zumbi	5469929	Rua Sena Borges, 2004
Barro Vermelho	424	USF Armando Gueiros	2291789	Rua: Siqueira Campos, s/n
Brasilândia	11, 12	USF Brasilândia	2291924	Rua: Miguel Ángel o, s/n
Gradim	903	USF Bocayuva Cunha	3148505	Rua Cruzeiro do Sul, s/n
Gradim	427,428, 431, 432	USF Ana Neri	2291614	Rua Silvio Vallet, Lt 18
Morro do Castro	901, 904	USF Armando Leão Ferreira	3029093	Alameda Estados Unidos, s/n



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Neves	404/405/ 5 03	USF Neves I	547399 3	Rua Floriano Peixoto, 954
Porto Novo	100	USF Bento da Cruz	547403 5	Rua Domingos Carvalhães, s/n
Santa Catarina	434, 454	USF Luiz Carlos Prestes	229170 3	Rua:Dr.º Jurumenha, s/nº
Tenente Jardim	455	USF Tenente Jardim	704487 9	Rua: Dr.º March, 2.295
Venda da Cruz	413	USF Venda da Cruz	599519 1	Avenida Santos Dumont, 48
Vila Lage	1	USF Vila Lage	547394 2	Avenida Lucio Tome Feitera, s/n
Paiva	418,419	USF Victor Chimelly	600451 2	Rua Capitao JoaoMonteiro, s/n
Porto Novo	Rede	UBS Haroldo P. Nunes	229190 8	Rua Capitão JoãoManoel,1 359
Porto da Madama	Rede /417	UBS Robert Kock	600450 4	RuaAryParreiras, s/n

PÓLO SANITÁRIO HÉLIO CRUZ

BAIRRO	EQUIPES	Coord. KEILA – HC	CNES	ENDEREÇO
Luiz Caçador	42, 43	USF Tancredo Neves	2291657	Estrada da Trindade, s/n
Trindade	93, 96			
Trindade	92	USF Trindade	2291991	Rua Juiz de Fora, 581
Mutondo	45,47,49,9 1, 97,98, 99,367	CLINICA GONÇALENS E		RuaDr.º Alfredo Backer, 358
Coelho	912,913,9 1 4	USF Coelho	5473683	Rua Candido Reis, 293



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Trindade	89,94,95	USF Irmã Dulce	2291819	Rua Domingos Damasc e no Duarte, 809
Bandeirantes	341	USF Bandeirantes	2291576	Rua Joaquim Laranjeiras, s/n
Miriambi I E II	337/338			
Amendoeira	204, 205	USF Osvaldo Cruz	2291606	Rua Domingos da Costa, s/n
Jardim Alcântara	2, 3	USF Jardim Alcantara	5473950	Rua: Anísio Teixeira, 130
Colubande	19	USF Colubande	5473683	Rua August Rush, 45
Colubande	21,22	USF Colubande	5474825/5474 8 17	Rua Exp. Barli Azevedo Vieira, 48
Colubande	24	USF Colubandê	2814811	Avenida Marica, 240
Colubande	25	USF Colubande		Rua Melchiades Picanço , 52
Mutondo	50	USF Mutondo	5473985	Rua Campos, 20
Lagoinha	323	USF Lagoinha	2291738	Rua Mariana, 74, casa 01
Pacheco Tiradentes	356,347	USF Tiradentes/Pache co	2291959	Rua Major Rubens Vaz, 12
Pacheco	355,915	PS Adolpho Lutz	2297302	Rua Nazário Machado, s/n
Laranjal	414	USF Alvorada	5994411	Rua Vicentina Goulart, 61
Chumbada	48, 51	USF Mutondo II	3284638	Rua Leandro Leal, 11



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Nova Cidade	415	USF Nova Cidade	600886	Rua Ponte Negra, Lt 330
-------------	-----	-----------------	--------	-------------------------

3.2 PÓLOS SANITÁRIOS E ESPECIALIDADES OFERTADAS

O Município de São Gonçalo possui cinco pólos sanitários ligados diretamente aos postos de saúde, oferecendo as especialidades médicas descritas abaixo

ESPECIALIDADES OFERTADAS	PÓLOS SANITÁRIOS				
	HÉLIO CRUZ 2297213	PAULO MARQUES RANGEL 2297205	JORGE TEIXEIRA DE LIMA 2202959	RIO DO OURO 2297256	WASHINGTON LUIZ 2291533
ALERGOLOGIA					X
CARDIOLOGIA	X	X	X	X	X
CLÍNICA MÉDICA	X	X	X	X	X
DERMATOLOGIA	X	X	X	X	X
ENDOCRINOLOGIA	X	X	X	X	
FARMACÊUTICO	X	X	X	X	X
FISIOTERAPIA	X			X	X
FONOAUDIOLOGIA		X		X	X
GASTROENTEROLOGISTA					X
GERIATRIA			X	X	X
GINECOLOGIA/OBSTETRÍCIA	X	X	X	X	X
HEPATOLOGIA					X
HOMEOPATIA					X
NEFROLOGIA	X				
NEUROLOGIA				X	X
NUTRIÇÃO	X		X	X	X
ODONTOLOGIA			X		



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

ORTOPEDIA	X				X
OTORRINOLARINGOLOGIA	X				
PEDIATRIA	X	X	X	X	X
PNEUMOLOGIA	X				X
PROCTOLOGIA					X
PNEUMO/INFANTIL	X				
PSICOLOGIA	X	X	X	X	X
PSIQUIATRIA					X
SERVIÇO SOCIAL	X		X	X	X
TERAPIA OCUPACIONAL				X	
TISIOLOGIA					X
UROLOGIA					X

Fonte: SEMSADC

4. SAÚDE BUCAL

A Política Nacional de Saúde Bucal continuará a ser implementado de acordo com as diretrizes do Programa Brasil Sorridente em conformidade as suas projeções. Desta forma, o diagnóstico das doenças bucais será precoce, seguido de imediato início do tratamento, com o objetivo de interromper a progressão da doença e impedindo o surgimento de eventuais incapacidades e danos recorrentes.

O tratamento irá dar prioridade aos procedimentos conservadores, visando à manutenção dos elementos dentários, trazendo como prioridade a prevenção, promoção e recuperação da saúde bucal, descaracterizando a mutilação, garantindo assistência integral em todos os níveis.

A reabilitação busca recuperar de forma parcial ou total as capacidades funcionais perdidas com as doenças detectadas, buscando a reintegração do indivíduo a sociedade.

A Atenção Básica em Saúde Bucal tem buscado continuamente formas de ampliar a oferta e a qualidade dos serviços prestados dentro das Equipes de Saúde Bucal (ESB's) – Modalidade I (Cirurgião Dentista e Auxiliar em Saúde Bucal) das ESF's (109 equipes) e das Equipes de Saúde Bucal das UBS's (Pólo Sanitário Rio do Ouro, Paulo Marques Rangel, Anaia, PAM Alcântara).

5. NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA (NASF)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) foram criados pelo Ministério da Saúde em 2008 com o objetivo de apoiar a consolidação da Atenção Básica no Brasil, ampliando as ofertas de saúde na rede de serviços, assim como a resolutividade, a abrangência e o alvo das ações.

Atualmente regulamentados pela Portaria GM/MS n.º 2.488, de 21 de outubro de 2011, configuram-se como equipes multiprofissionais que atuam de forma integrada com as equipes de Saúde da Família (ESF), as equipes de atenção básica para populações específicas (consultórios na rua, equipes ribeirinhas e fluviais) e com o Programa Academia da Saúde. Esta atuação integrada permite realizar discussões de casos clínicos, possibilita o atendimento compartilhado entre profissionais tanto na Unidade de Saúde como nas visitas domiciliares, permite a construção conjunta de projetos terapêuticos de forma que amplia e qualifica as intervenções no território e na saúde de grupos populacionais. Essas ações de saúde também podem ser inter setoriais, com foco prioritário nas ações de prevenção e promoção da saúde. Atualmente possuímos 25 equipes NASF modalidade II com atuação em todo território coberto pelas equipes de Estratégia de Saúde da Família.

6. PRODUÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA

A produção das Unidades de Saúde da Atenção Básica, apresentada nas tabelas abaixo, foram obtidas através do Sistema de Informação Ambulatorial (SIA). Os dados foram coletados até o mês de fevereiro de 2016 e incluem a produção dos anos de 2014 e 2015.

Durante o ano de 2015, houve a implantação do Sistema e-SUS Atenção Básica (e-SUS AB) pela Clínica Municipal Gonçalense. O sistema e-SUS AB é uma estratégia do Departamento de Atenção Básica para reestruturar as informações da Atenção Básica em nível nacional, estando alinhada com a proposta de reestruturação dos Sistemas de Informação em Saúde do Ministério da Saúde. O e-SUS AB suprime a necessidade de lançamento da produção das US's (ou UC's) no SIAB (ou SISAB) e no BPA. No e-SUS AB a produção processada tanto quando utilizado o Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC), como quando empregado o sistema com Coleta de Dados Simplificada (CDS).



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Na tabela abaixo apresentamos as consultas e atendimentos realizados pelos profissionais das 200 Equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) de Atenção Básica. Cerca de 2.808.787 procedimentos foram realizados durante o ano de 2015.

Quadro 1 - Grupo de procedimentos de média complexidade:

DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO
Procedimentos especializados realizados por profissionais médicos, outros de nível superior e nível médio.	Exames ultra-sonográficos
Cirurgias ambulatoriais especializadas	Diagnose
Procedimentos traumato-ortopédicos	Fisioterapia
Ações especializadas em odontologia	Terapias especializadas
Patologia clínica*	Prótese e órteses
Anatomopatologia e citopatologia	Anestesia
Radiodiagnóstico*	Hemoterapia*

Fonte: SEMSADC

7. POLICLÍNICAS DO MUNICÍPIO E ESPECIALIDADES OFERTADAS

O Município possui quatro Policlínicas e um ambulatório com serviços de saúde especializados, conforme informados a seguir:

ESPECIALIDADES OFERTADAS	Serviços de Saúde especializados				
	PAM NEVES	PAM ALCÂNTARA	PAM COELHO	AMBULATÓRIO DO HOSPITAL LUIZ	POLICLÍNICA BARRO VERMELHO
Alergologia		X			
Angiologia	X	X			
Cardiologia	X	X		X	X
Cirurgia/Cabeça e Pescoço		X			
Cirurgia Geral			X		
Cirurgia Vascular		X			
Clínica Médica	X	X	X		X
Dermatologia		X			X
Ecografia		X			
Endocrinologia	X	X		X	
Farmacêutico	X	X	X		
Fisioterapia					X
Fonoaudiologia	X	X	X		X
Gastroenterologista					
Geriatria	X				



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ginecologia/Obstetrícia	X	X	X	X	X
Hepatologia		X			
Infectologia	X				
Nefrologia					
Neurologia	X	X	X		
Neuropediatria			X		
Nutrição	X	X	X	X	
Odontologia				X	X
Oftalmologia		X			
Ortopedia	X				
Otorrinolaringologia	X	X			
Pediatria	X	X	X		X
Pneumologia					
Psicologia	X	X	X	X	X
Psiquiatria	X		X		
Radiologia			X		
Reumatologia		X			
Serviço Social	X	X	X		
Urologia		X			X
Mastologia				X	

Fonte: SEMSA-SG/2016

8. ATENÇÃO HOSPITALAR, URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

A atenção hospitalar apresenta o maior nível de complexidade no sistema, ocupando importante papel na pirâmide de atenção à saúde, responsável pela prestação de serviços especializados. Historicamente assumiu características, plural e fragmentada na prestação da assistência, muitas vezes desvinculadas dos demais serviços integrantes da rede assistencial.

Os serviços ofertados na atenção hospitalar são integrantes dos níveis de média e alta complexidade, estando densamente ligados à diversidade das especialidades médicas, inovações tecnológicas e qualificação profissional. Destacamos e elencamos a seguir os procedimentos hospitalares de alta complexidade.

A assistência hospitalar e urgência e emergência pública no Município de São Gonçalo são compostas pelo: Pronto-Socorro Central Doutor^o Armando de Sá Couto (PSC), Pronto-Socorro Mário Nijar Quintanilha, pelo Hospital Infantil Darcy S. Vargas - e o Hospital Luiz Palmier (maternidade) além de duas UPA's 24 horas Tipo II de Gestão Estadual, São Gonçalo 1 (Colubandê) e São Gonçalo 2 (Santa Luzia) e 02 UPA's



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Municipais Tipo II nos bairros de Pacheco e Nova Cidade. Contamos ainda com um hospital de referência regional, Hospital Estadual Alberto Torres.

9. PPI - PROGRAMAÇÃO PACTUADA E INTEGRADA

A Programação Pactuada e Integrada vem a ser um processo instituído no âmbito do Sistema Único de Saúde (Portaria GM/MS nº 399 de 22 de fevereiro de 2006), onde, em consonância com o processo de planejamento, são definidas e quantificadas as ações de saúde para população residente em cada território, bem como efetuados os pactos inter gestores para garantia de acesso da população aos serviços de saúde. Tendo por objetivo a organização da rede de serviços, dando transparência aos fluxos estabelecidos e definir, a partir de critérios e parâmetros pactuados, os limites financeiros destinados à assistência da população própria e das referências recebidas de outros municípios. Define a programação das ações de saúde em cada território e norteia a alocação dos recursos financeiros para saúde a partir de critérios e parâmetros pactuados entre os gestores. Nesse contexto, a PPI vem sendo discutida na região da metropolitana II (São Gonçalo, Itaboraí, Tanguá, Rio Bonito, Niterói Maricá e Silva Jardim) com a finalidade de adequar a atual realidade de cada município aos procedimentos oferecidos anteriormente. A finalização nas ações de diminuir, agregar ou retirar serviços vem sendo discutida na região visando à renegociação, através do gestor local, na CIR Metro II e CIB - RJ.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO B - GESTÃO DA UNIDADE

1 - RESPONSABILIDADE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS):

- A) Definir as diretrizes e políticas de saúde a serem implantadas na Unidade.
- B) Criar uma Comissão Técnica de Fiscalização (CTF), da Fundação Municipal de Saúde (FMS) e ou da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC), específica para efetuar a fiscalização e o acompanhamento da Gestão, Administração e Operacionalização do Pronto-Socorro Central Doutor Armando Gomes de Sá Couto (PSC).
- C) Fornecer à Organização Social executora do contrato de gestão, e a seu pessoal, o apoio necessário à plena consecução dos objetivos do referido Contrato e Projeto Básico;
- D) Acompanhar, supervisionar e fiscalizar, a execução das atividades desenvolvidas na unidade hospitalar.
- E) Repassar pontualmente os recursos financeiros previstos, de acordo com o cronograma de desembolso e demais condições presentes no presente documento;
- F) Controlar a qualidade dos serviços contratados, identificando possíveis distorções e sugerindo constantes ajustes;
- G) Possibilitar o uso dos bens móveis e imóveis, mediante a viabilização dos correspondentes termos de cessão de uso;
- H) Inventariar e avaliar os bens referidos no item acima, anteriormente à formalização dos termos de cessão de uso;
- I) Realizar permanente vistoria quanto à precariedade dos equipamentos ou aquisição de novos, fornecendo pareceres técnicos quanto da solicitação pela Organização Social contratada.

2- DAS OBRIGAÇÕES DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

21 Fiscalizar o fiel cumprimento do contrato de gestão, e de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, acompanhando o desenvolvimento dos serviços prestados, conferindo sua execução, e atestando documentos fiscais pertinentes, podendo ainda sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer procedimento que não esteja de acordo com os termos contratuais.

22 Ocorrendo eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, devem ser anotadas, indicando o dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando, caso seja necessário, os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis, devendo ainda ser exigidas as medidas corretivas necessárias indispensáveis para a conclusão das imperfeições.

23 As irregularidades verificadas ou qualquer problema no desenvolvimento dos serviços devem ser notificadas à contratada, por escrito, fixando-se prazo para a sua correção, conforme a legislação em vigor, devendo ser prestados todos os esclarecimentos que se fizerem necessários sobre as circunstâncias em que foram observadas as falhas na execução do serviço.

24 Especificar e estabelecer as normas e as diretrizes para a execução dos serviços ora contratados, definindo as prioridades, regras, bem como os prazos e etapas para cumprimento das obrigações, fornecendo à contratada, em tempo hábil, as informações necessárias e relevantes à consecução dos serviços a serem executados, colocando-se à disposição desta as informações técnicas sobre os serviços executados.

25 Comunicar por escrito à CONTRATANTE, qualquer modificação no objeto a ser prestado, devendo ser estipulado prazo razoável, dentro da norma legal para a sua efetiva adequação.

26 Embargar a continuação dos serviços que estejam sendo executados em desacordo com os elementos com as obrigações da contratada ou fora das normas de segurança, das quais a contratada declarou ter pleno conhecimento.

3- DAS OBRIGAÇÕES, DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

3.1 Administrar, gerenciar e operar o Pronto-Socorro Central Doutor Armando Gomes de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Sá Couto (PSC), dentro das diretrizes determinadas e definidas pela Fundação Municipal de Saúde (FMS), com apoio da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC), sendo que os atendimentos devem ser exclusivamente aos usuários do SUS, e de forma gratuita no referido estabelecimento de saúde, cujo uso lhe foi permitido. Sendo vedada a prestação de serviços a entidade de saúde suplementar.

32 Dar continuidade a implantação de protocolos clínicos e administrativos em todos os departamentos visando à otimização da gestão;

33 Garantir a contratação de profissionais médicos qualificados para atender adultos e crianças nos casos de urgência e emergência, de forma, a oferecer aos usuários dos serviços uma assistência de excelência;

34 Efetuar remuneração compatível com os níveis médios de mercado praticados na rede privada de saúde, no pagamento de salários e vantagens de qualquer natureza aos dirigentes e empregados, garantindo assim, o funcionamento ininterrupto da unidade;

35 Contratar e pagar dentro do prazo estabelecido na Legislação Trabalhista vigente, integralmente o pessoal necessário à execução dos serviços inerentes às atividades do Pronto Socorro, ficando a Organização Social contratada como exclusiva responsável pelo pagamento dos encargos sociais e das obrigações trabalhistas decorrentes da prestação do serviço, devendo a mesma responder integralmente e exclusivamente, em juízo ou fora dele, isentando a CONTRATANTE de quaisquer obrigações presentes ou futuras.

36 Deve-se observar na prestação dos serviços:

3.6.1 Respeito aos direitos dos usuários, atendendo-os com dignidade e de modo universal, gratuito e igualitário;

3.6.2 Manutenção da qualidade na prestação dos serviços;

3.6.3 Respeito à decisão do usuário em relação ao consentimento ou recusa na prestação de serviços de saúde, salvo nos casos de iminente perigo de morte ou obrigação legal;

3.6.4 Garantia do sigilo dos dados e informações relativas aos usuários;

3.6.5 Garantia que o usuário será atendido no acolhimento apenas pelo profissional de saúde (enfermeiro) para toda e qualquer informação;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

- 3.6.6 Esclarecimento dos direitos aos usuários, quanto aos serviços oferecidos;
- 3.6.7 Inserção obrigatória dos procedimentos autorizados e dos medicamentos dispensados nos protocolos terapêuticos estabelecidos pelas instâncias Federal, Estadual e Municipal.
- 3.6.8 Utilizar para a contratação de pessoal, critérios técnicos inclusive quanto ao gerenciamento e controle de recursos humanos, observando as normas legais vigentes, em especial as trabalhistas e previdenciárias;
- 3.6.9 Contratar serviços de terceiros para atividades acessórias e de apoio, sempre que necessário, responsabilizando-se pelos encargos daí decorrentes
- 3.6.10 Responsabilizar-se, civil e criminalmente perante os pacientes, por eventual indenização de danos morais decorrentes de ação, omissão, negligência, imperícia ou imprudência, decorrentes de atos praticados por profissionais subordinados. Devendo também responsabilizar-se por eventuais danos materiais e morais, que sejam provenientes de ações por erro médico, além daqueles decorrentes do desenvolvimento de suas atividades, ou relações com terceiros, como por exemplo, fornecedores;
- 3.6.11 Manter controle de riscos da atividade e seguro de responsabilidade civil nos casos pertinentes;
- 3.6.12 Adotar o símbolo e o nome designativo da unidade de saúde cujo uso lhe for permitido, devendo ser exposto em lugar visível, assim como da gratuidade dos serviços prestados nessa condição.
- 3.6.13 Administrar e manter em perfeitas condições os bens móveis (incluindo equipamentos e instrumental) e imóveis públicos cedidos pela CONTRATANTE, cujo uso lhe seja permitido ou necessário para a realização dos serviços contratados, inclusive substituindo-os por outros do mesmo padrão técnico, caso seja necessário, de forma a realizar as atividades contratadas (Manutenção Preditiva, na forma Preventiva e Corretiva);
- 3.6.14 Utilizar os imóveis cedidos pela CONTRATANTE, conforme permissão de uso;
- 3.6.15 Manter uma ficha histórica, onde deverá conter todas as intervenções realizadas



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

nos equipamentos ao longo do tempo, especificando o serviço executado e as peças substituídas;

3.6.16 Disponibilizar permanentemente toda e qualquer documentação ou base de dados para acesso irrestrito da Comissão Técnica de Fiscalização e/ou auditoria do Poder Público;

3.6.17 Responsabilizar-se por todos os ônus, decorrentes dos encargos e das obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como com todos os gastos e encargos com materiais e concessionárias de serviços públicos, tais como, energia elétrica, telefone, água/esgoto, entre outras, mantendo os pagamentos em dia para evitar interrupção no fornecimento;

3.6.18 Caso seja necessário aquisição de computadores, de acordo com a necessidade do sistema informatizado de gestão implantado, cuja configuração mínima seja compatível com a estabelecida pela Fundação Municipal de Saúde (FMS), adequada para rodar o sistema informatizado de gestão do Pronto-Socorro Doutor Armando Gomes de Sá Couto (PSC), a ser disponibilizado pela Organização Social CONTRATADA;

3.6.19 Utilizar, os sistemas informatizados de gestão, acompanhamento do contrato de gestão, centro de custo da unidade gerenciada, gestão de pessoal, e os demais sistemas compatíveis com o modelo de gestão proposto neste termo, a serem disponibilizados pela Organização Social CONTRATADA, e alimentá-los continuamente com as informações requeridas, sob pena de inviabilizar a apuração da produção e não comprovação do atingimento das metas pactuadas;

3.6.20 Realizar, por meio de seus profissionais médicos, a prescrição de medicamentos no Pronto-Socorro Central Doutor Armando Gomes de Sá Couto (PSC), de acordo com as listas de medicamentos estabelecidas pela Fundação Municipal de Saúde (FMS) e pela Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC), padronizadas pelo SUS e os protocolos clínicos. Se a prescrição não atender a esse requisito, a Organização Social contratada deverá solicitar autorização a CONTRATANTE para prescrever o produto. Se não for observado o trâmite acima descrito, e a CONTRATANTE vier a ser compelida a fornecê-lo, poderá descontar a quantia paga do valor repassado mensalmente a



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Organização Social CONTRATADA.

3.6.21 Responsabilizar-se pela prestação de serviços de assistência em casos de calamidades públicas, surtos, epidemias e catástrofes. Nestes casos, será possível a repactuação do Contrato de Gestão, visando o equilíbrio econômico-financeiro, caso haja necessidade premente.

3.6.22 Aplicar todas as normas e protocolos da Fundação Municipal de Saúde (FMS) e Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC) nos casos de acidente vascular cerebral isquêmico;

3.6.23 Observar, durante todo o prazo do contrato de gestão, a Política Nacional de Humanização do Ministério da Saúde (PNH/MS), visando o cumprimento do modelo de atendimento humanizado;

3.6.24 Requerer autorização prévia da CONTRATANTE, na hipótese da Organização Social CONTRATADA se dispuser a prestar serviço originalmente não previsto no Contrato e seus Anexos, ou, se desejar executar de modo distinto serviço já previsto, apresentando as razões do seu pleito, com demonstrações das vantagens e garantia do cumprimento do Contrato de Gestão. A alteração não poderá resultar em padrão inferior de desempenho e modificar substancialmente o objeto do Contrato de Gestão;

3.6.25 Fiscalizar e verificar diariamente o controle de ponto de todos os profissionais em serviços no Pronto-Socorro Doutor^o Armando Gomes de Sá Couto (PSC), aferindo-o e alimentando, no sistema informatizado de gestão;

3.6.26 Manter os profissionais de saúde permanentemente capacitados e atualizados. A informação sobre a capacitação da equipe deverá ser passada a Comissão Técnica de Fiscalização (CTF) a Fundação Municipal de Saúde (FMS) e a Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC) mensalmente.

3.6.27 Poderão, a qualquer momento, solicitar a capacitação específica em alguma área;

3.6.28 Emitir o cartão de cadastro do usuário da Unidade Pronto Socorro Central Doutor Armando Gomes de Sá Couto (PSC);

3.6.29 Dar conhecimento imediato à CONTRATANTE de todo e qualquer fato que altere de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

modo relevante o normal desenvolvimento do Contrato, ou que, de algum modo interrompa a correta prestação do atendimento aos usuários do Pronto Socorro Central Doutor Armando Gomes de Sá Couto (PSC);

3.6.30 A Organização Social ganhadora do certame deverá fornecer, durante a vigência do contrato de gestão:

- Atendimento médico
- Assistência de enfermagem;
- Assistência social;
- Materiais médicos e insumos;
- Fornecimento de medicamentos para tratamento;
- Fornecimento de insumos para utilização no Pronto Socorro Doutor Armando Gomes de Sá Couto (PSC);
- Exames laboratoriais;
- Exames de imagem/radiográficos;
- Profissionais para atuar na recepção;
- Profissionais de saúde para atuar no acolhimento;
- Serviços de esterilização dos materiais médicos, tanto de materiais termo resistentes quanto de materiais termo sensíveis;
- Engenharia clínica, manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos disponibilizados para funcionamento do Pronto-Socorro Doutor Armando Gomes de Sá Couto (PSC);
- Aquisição e reposição de uniformes e enxoval no padrão estabelecido pela Fundação Municipal de Saúde (FMS);
- Nutrição dos usuários em observação e dos acompanhantes, e, dos profissionais que estão em horário de trabalho, quando aplicável, dentro de padrões adequados de qualidade;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

- Gases medicinais;
- Limpeza;
- Sistema de câmeras de vigilância;
- Lavanderia;
- Manutenção predial e conforto ambiental;
- Coleta, transporte e tratamento de resíduos de acordo com RDC nº 33/03 ANVISA;
- Ambulância para transporte inter-hospitalar de usuários críticos e semi-críticos. O transporte deverá ser feito em ambulância apropriada, devidamente tripulada e equipada conforme Portaria MS/GM nº 2.048, de 05 de novembro de 2002, sem que haja prejuízo aos atendimentos praticados no Pronto- Socorro Dr. Armando Gomes de Sá Couto (PSC);
- Roupas hospitalares no padrão estabelecido pela Fundação Municipal de Saúde (FMS);
- Equipamentos de uso permanente;

A Organização Social contratada deverá apresentar MENSALMENTE À CONTRATANTE.

- Relatório Consolidado da Produção Contratada X Produção Realizada;
- Relatório Consolidado do alcance das metas de qualidade e seus (Indicadores).
- Relação dos serviços oferecidos;
- Listagem com identificação dos atendimentos realizados, devidamente segmentados pela sua natureza;
- Estatísticas de óbitos;
- Interação com a rede pública de atenção à saúde e com os complexos reguladores, estadual e municipal, especialmente quanto aos problemas envolvendo remoção e transferência de usuários;
- Relação de todos os profissionais que prestam serviço no Pronto-Socorro Doutor



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Armando Gomes de Sá Couto (PSC), responsáveis pela prestação dos serviços, incluindo sua formação e titulação;

- Relatório contendo todos os procedimentos realizados, bem como toda a documentação exigida, nos termos indicados e segundo a metodologia adotada pelo Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SIHSUS);
- Folha de pagamento de salários, devendo constar os pagamentos aos profissionais e comprovação de quitação de suas obrigações trabalhistas e previdenciárias no mês relativo aos empregados que prestam ou prestaram serviços no âmbito deste Contrato de Gestão;
- Estatísticas mensais dos atendimentos;
- Informações de contato (telefone, endereço de correio eletrônico, formulário eletrônico, endereço de correspondência) para recebimento de reclamações sugestões e esclarecimento de dúvidas dos usuários.

3.6.31 Apresentar à CONTRATANTE, no prazo por ela estabelecido, informações adicionais ou complementares que esta venha formalmente a solicitar, inclusive, sobre as prestações do serviço e sobre as condições financeiras da CONTRATADA;

3.6.32 Alimentar diariamente e atualizar os sistemas informatizados de gestão, com as informações completas acerca dos serviços prestados e procedimentos realizados, de forma a evitar glosas do Sistema Nacional de Auditoria do SUS;

3.6.33 Alimentar e atualizar os sistemas de informação adotados pela Fundação Municipal de Saúde (FMS) e pela Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC);

3.6.34 Apresentar à Ouvidoria da CONTRATANTE, trimestralmente, relatório com as reclamações dos usuários, bem como as respostas fornecidas, as providências adotadas em cada caso, o tempo de resposta e o tempo utilizado na adoção das providências;

3.6.35 Dar conhecimento imediato à CONTRATANTE de quaisquer vícios ocultos, que seja encontrado nas dependências do Pronto Socorro Central Doutor Armando Gomes de Sá Couto (PSC);



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.6.36 Assegurar a CONTRATANTE, acesso irrestrito e em tempo real ao Banco de Dados da Organização Social contratada;

3.6.37 Arquivar as vias originais dos relatórios previstos, após analisados e aprovados pela CONTRATANTE, na sede da Organização Social CONTRATADA, que deverá mantê-los em arquivo, conforme legislação vigente;

3.6.38 Apresentar à CONTRATANTE, anualmente, o instrumento de convenção trabalhista, devidamente registrado no Ministério do Trabalho e Emprego, bem como sua adesão e efetivo cumprimento desta convenção, na forma da lei;

3.6.39 Garantir que a Unidade Pronto-Socorro Dr. Armando Gomes de Sá Couto (PSC); esteja devidamente cadastrada e atualizada no banco de dados do Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), conforme legislação vigente e instituída pela Portaria MS/SAS nº 376, de 03 de outubro de 2000;

3.6.40 Garantir os itens necessários para o correto credenciamento e habilitação dos serviços e exames realizados junto ao Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), tais como: carga-horária, CBO, equipamentos e demais requisitos necessários;

3.6.41 Garantir que, todos os profissionais que executam ações e/ou serviços de saúde por ela empregados e ativos estejam devidamente cadastrados no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES);

3.6.42 Compor equipe de faturamento devidamente qualificada e corretamente dimensionada para a geração das informações que subsidiarão o preenchimento dos Sistemas de Informação Nacionais do DATASUS (Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde) e do Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SIHSUS);

3.6.43 Notificar ao órgão competente todos os casos de notificação compulsória que porventura sejam diagnosticados no Pronto Socorro Dr. Armando Gomes de Sá Couto (PSC);

3.6.44 A instalação de bens móveis ou imobilizados nos equipamentos objeto da



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

permissão de uso, assim como as benfeitorias realizadas naqueles já existentes serão incorporados ao patrimônio municipal, sem possibilidade de retenção ou retirada sem prévia autorização do Poder Público;

3.6.45 Faltando 60 (sessenta) dias para o término do Contrato de Gestão deverá ser realizada a atualização cadastral dos equipamentos, mobiliários e materiais permanentes, por meio de inventário de todos os equipamentos existentes, informando sua localização, o nome e tipo do equipamento, assim como seu número de patrimônio;

3.6.46 Visando garantir um padrão homogêneo de atendimento e de excelência, a Organização Social CONTRATADA, deverá comprometer-se a atender às necessidades apontadas pelo Programa de Acreditação Internacional adotado pela Fundação Municipal de Saúde (FMS) e pela Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC).

3.6.47 A prescrição dos profissionais da Organização Social contratada quanto aos medicamentos e insumos de uso pelo paciente ambulatorial, deverá observar as listas padronizadas pelo SUS e os protocolos clínicos. Caso a prescrição não atenda esse requisito, a Organização Social contratada deverá solicitar autorização da CONTRATANTE para prescrever o produto.

3.6.48 Deverá a Organização Social CONTRATADA, responsabilizar-se pelo processo de administração direta da Unidade, envolvendo:

- Contratação e gestão do pessoal necessário à operação da Unidade;
- Efetivação dos processos de compra de materiais e insumos necessários à operação da Unidade;
- Prestar assistência técnica e manutenção preventiva e corretiva de forma contínua aos equipamentos e instalações hidráulicas, elétricas e de gases em geral e predial, incluindo nas mesmas a reposição de peças;

3.6.49 Utilizar a logomarca da Cidade de São Gonçalo/ Fundação Municipal de Saúde (FMS) e do SUS, em todos os documentos emitidos pelo contratado.

3.6.50 Não utilizar e nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação, exceto se aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Secretaria



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC).

3.6.51 Assegurar o Sistema Aberto de visitas aos pacientes, de segunda a segunda, por no mínimo oito horas diárias consecutivas;

3.6.52 Manter sempre atualizado o prontuário médico dos pacientes e o arquivo médico, conforme previsão legal.

3.6.53 Devolver à Fundação Municipal de Saúde (FMS) e à Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC), após término do contrato, toda área, equipamentos, instalações e utensílios em perfeitas condições de uso, ressalvados os casos de obsolescência e desgaste natural, substituindo aqueles que não mais suportarem recuperação, conforme identificação prévia deles por prepostos de ambas as partes;

3.6.54 Os bens deverão ser recebidos por um preposto designado pela contratada, serem devidamente inventariados quando da assinatura do contrato, mediante assinatura de Termo de Cessão de Uso, e de forma idêntica deverão ser devolvidos na oportunidade do seu encerramento, por qualquer motivo, inclusive aqueles incorporados posteriormente no transcorrer do contrato.

4- DA RESPONSABILIDADE DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL PELOS ATOS DE SEUS EMPREGADOS E DE TERCEIROS POR ELA CONTRATADOS

4.1 A Organização Social contratada será responsável, objetivamente, pela imperícia, por falhas técnicas, pela falta de hígidez financeira e por prejuízos causados pelos terceiros por ela contratados para a execução de serviços do Contrato;

4.2 Os profissionais contratados pela Organização Social CONTRATADA para a prestação dos serviços de saúde da Unidade Pronto-Socorro Doutor Armando Gomes de Sá Couto (PSC), deverão ter comprovada capacidade técnica, com formação adequada ao serviço desempenhado, por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação, devidamente inscritos e em dia com suas obrigações junto aos respectivos conselhos de classe, e atender às normas e requisitos próprios, conforme a regulamentação do Ministério da Saúde (MS);

4.3 Fica expressamente vedada à contratação de Auxiliares de Enfermagem.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

4.4 Na hipótese de contratação de serviços de terceiros, os contratos entre a Organização Social **CONTRATADA** e os terceiros deverão prever cláusula de possibilidade de sub-rogação à **CONTRATANTE**, visando à continuidade da prestação adequada dos serviços;

4.5 A **CONTRATANTE** poderá solicitar, a qualquer tempo, informações sobre a contratação de terceiros para a execução dos serviços do contrato, inclusive para fins de comprovação da sua capacitação técnica e financeira;

4.6 O conhecimento da **CONTRATANTE** acerca de eventuais contratos firmados com terceiros, não exime a Organização Social **CONTRATADA** do cumprimento, total ou parcial, de suas obrigações decorrentes do Contrato de Gestão;

4.7 Organização Social **CONTRATADA** é responsável por todos os encargos e obrigações concernentes as legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias, previdenciária que resultem todas as despesas decorrentes dos serviços prestados, assim como, despesas de eventuais trabalhos não previstos, mas indispensável à execução das atividades, não podendo ser imputada qualquer responsabilidade a **CONTRATANTE** por efetiva falta de pagamento;

4.8 A Organização Social **CONTRATADA** será responsável pela imperícia, imprudência, negligência e por prejuízos causados pelos seus diretores e empregados na execução do Contrato de Gestão;

4.9 Todos os empregados e terceiros contratados pela Organização Social **CONTRATADA** deverão portar identificação (crachás) e estarem devidamente uniformizados, exibindo a logomarca estabelecida pela Fundação Municipal de Saúde (FMS), quando estiverem no exercício de suas funções nas dependências da Unidade Pronto-Socorro Doutor Armando Gomes de Sá Couto (PSC);

4.10 Os profissionais a serem alocados nas funções indicadas no presente Projeto Básico deverão possuir qualificação e estar em quantitativo mínimo exigido pelo Ministério da Saúde para habilitação e faturamento pela Fundação Municipal de Saúde (FMS) dos serviços prestados aos beneficiários do SUS na unidade. Para tanto, deverão ser atendidas as obrigatoriedades da legislação vigente, inclusive a que diz respeito à



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Brasileira de Ocupações (CBO);

4.11 A seleção de pessoal pela Organização Social CONTRATADA deve ser conduzida de forma pública, objetiva e impessoal, nos termos do regulamento próprio a ser editado pela própria;

4.12 A Organização Social contratada deverá dispor de mecanismos para pronta substituição de seus profissionais em caso de faltas, de forma a não interromper ou prejudicar os serviços prestados à população.

4.13 Caso seja necessário, a **CONTRATANTE** poderá disponibilizar profissionais concursados para atuar nas unidades com objetivo de redução de custos.

5 - DO CONTROLE DE QUALIDADE

Compete a Organização Social contratada realizar:

- 5.1 Treinamento e capacitação periódica dos profissionais de coleta, com emissão de certificados;
- 5.2 Treinamento e capacitação dos profissionais da área técnica e todos os envolvidos no sistema, com emissão de certificados;
- 5.3 Implantar formulários para registro de procedimentos realizados;
- 5.4 Elaborar Procedimento Operacional Padrão - POP's pertinentes aos processos realizados;
- 5.5 Implantar controle de qualidade interno;
- 5.6 Implantar controle de qualidade externo (PELM ou PNCQ);
- 5.7 Realizar calibração de equipamentos;
- 5.8 Realizar auditorias internas;

6 - CARACTERÍSTICAS DAS ATIVIDADES ASSISTENCIAIS:

A Organização Social CONTRATADA atenderá com seus recursos humanos e técnicos os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), oferecendo, segundo o grau de complexidade de sua assistência e sua capacidade operacional, os serviços de saúde que se enquadrem nas modalidades abaixo descritas.

O Serviço de Admissão da Organização Social contratada solicitará aos pacientes, ou a seus representantes legais, a documentação de identificação do paciente e a documentação de encaminhamento, se for o caso, especificada no fluxo estabelecido pela Fundação Municipal de Saúde (FMS) e / ou pela Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC) dentro dos princípios da regulação assistencial no município;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

O acesso aos exames de apoio diagnóstico e terapêutico oferecidos a pacientes externos realizar-se-á de acordo com o fluxo estabelecido pela Fundação Municipal de Saúde (FMS) e / ou pela Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC), dentro dos princípios da regulação assistencial no Município;

A Organização Social contratada fica obrigada a internar paciente, no limite dos leitos em operação, obrigando-se, na hipótese de falta ocasional de leito vago, a encaminhar os pacientes aos serviços de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), instalados na região em que a Organização Social CONTRATADA, em decorrência da assinatura deste instrumento, prestar serviços de assistência à saúde.

O acompanhamento e a comprovação das atividades realizadas pela Organização Social CONTRATADA serão efetuados por intermédio dos dados registrados no Sistema de Informações Hospitalares (SIH), no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), bem como por meio dos formulários e instrumentos para registro de dados de produção definidos pela Fundação Municipal de Saúde (FMS) e / ou pela Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC) e também os indicadores das partes variáveis 1, 2 e 3.

7 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR:

A assistência à saúde prestada em regime de hospitalização compreenderá o conjunto de atendimentos oferecidos ao paciente desde sua admissão no hospital até sua alta hospitalar pela patologia atendida, incluindo-se aí todos os atendimentos e procedimentos necessários para obter ou completar o diagnóstico e as terapêuticas necessárias para o tratamento no âmbito hospitalar.

No processo de hospitalização estão incluídos:

- Tratamento das possíveis complicações que possam ocorrer ao longo do processo assistencial, tanto na fase de tratamento, quanto na fase de recuperação;
- Tratamentos, concomitantes, diferentes daquele classificado como principal que motivou a internação do paciente e que podem ser adicionalmente necessários, devido às condições especiais do paciente e/ou outras causas;
- Tratamento medicamentoso que seja requerido durante o processo de internação;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

- Procedimentos e cuidados de enfermagem necessária durante o processo de internação;
- Alimentação, incluídas nutrição enteral e parenteral;
- Assistência por equipe médica especializada, pessoal de enfermagem e pessoal auxiliar;
- Utilização de Centro Cirúrgico e procedimentos de anestesia;
- O material descartável necessário para os cuidados de enfermagem e tratamentos;
- Diárias de hospitalização em quarto compartilhado ou individual, quando necessário devido às condições especiais do paciente principalmente em relação às normas que dão direito à presença de acompanhante, previstas na legislação que regulamenta o Sistema Único de Saúde (SUS);
- Diárias nas UTIS - Unidades de Terapia Intensiva, se necessário;
- Sangue e hemoderivados;
- Fornecimento de roupas hospitalares;
- Procedimentos especiais de alto custo, como hemodiálise, fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, e outros que se fizerem necessários ao adequado atendimento e tratamento do paciente, de acordo com a capacidade instalada, respeitando a complexidade dos Hospitais.

7.1. Atendimento Ambulatorial

Basicamente, o atendimento ambulatorial previsto para o PSC estará dimensionado para as consultas de seguimento aos pacientes em pós-operatório pelo período tecnicamente recomendado, exames de imagem e demais serviços ambulatoriais necessários.

8 - ROTINAS DE FUNCIONAMENTO E ATENDIMENTOS:

A Unidade deve possuir Rotinas de Funcionamento e Atendimento escritas, atualizadas sistematicamente e assinadas pelo Responsável Técnico pela Unidade. As



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

rotinas devem abordar todos os processos envolvidos na assistência que contemplem desde os aspectos organizacionais até os operacionais e técnicos, da mesma forma que deverá ter uma rotina de manutenção preventiva de materiais e equipamentos.

As Rotinas deverão contemplar, no mínimo, os seguintes itens:

- 8.1 Critérios de avaliação dos pacientes e, se for o caso, de indicação de procedimento cirúrgico;
- 8.2 Procedimentos médicos-cirúrgicos;
- 8.3 Procedimentos de enfermagem;
- 8.4 Rotinas de suporte nutricional;
- 8.5 Rotinas de controle de Infecção Hospitalar;
- 8.6 Ficha própria para descrição do ato cirúrgico;
- 8.7 Rotinas de acompanhamento ambulatorial dos pacientes.

9 - REGISTRO DE PACIENTES:

A Unidade deverá possuir um prontuário para cada paciente com as informações completas do quadro clínico e sua evolução, todas devidamente escritas, de forma clara e precisa, datadas e assinadas pelo profissional responsável pelo atendimento.

10 - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Manter instalados e atualizados todos os Sistemas de Informações utilizados pela Fundação Municipal de Saúde (FMS) e pela Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC) e pelo Ministério da Saúde, além daqueles previstos em Lei e outros que venham a ser implantados ao longo do Contrato de Gestão.

11 - COMISSÕES

O Pronto Socorro Central Doutor Armando Gomes de Sá (PSC), deverá possuir no mínimo, as seguintes comissões:

- A) Comissão de Análise de Prontuário;
- B) Comissão de Análise de Óbitos;
- C) Comissão de Controle de Infecção Hospitalar;
- D) Comissão de Ética Médica;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

E) Comissão Interna de prevenção de Acidentes (CIPA);

F) Comissão de Segurança do Paciente.

12 - PRAZO

Tão logo o Contrato de Gestão seja firmado, a Organização Social CONTRATADA, terá impreterivelmente até 60 (sessenta) dias, para concluir todo o processo seletivo integral dos recursos humanos.

13 - SUPERVISÃO

A Coordenação e supervisão direta da prestação de serviço no Pronto-Socorro Central Doutor Armando Gomes de Sá (PSC), são de competência exclusiva da Subsecretaria Municipal de Saúde de Urgência e Emergência;

A Fiscalização da execução dos serviços caberá à Fundação Municipal de Saúde (FMS) e à Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC), visando à qualidade e a otimização, dos recursos e a correção de possíveis desvios encontrados, bem como articulará e efetivará o processo de acompanhamento e avaliação com base no cumprimento de metas, dos prazos e da análise de indicadores de produção, de cobertura da população e de qualidade e eficiência dos serviços contratados;

A Organização Social CONTRATADA se submeterá a todas as medidas, processos e procedimentos de fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive as inspeções realizadas pela Comissão Técnica de Fiscalização, pela Fundação Municipal de Saúde (FMS) e pela Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC), não eximem a Organização Social CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas e especificações, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO C - ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO DE GESTÃO, AVALIAÇÃO, METAS E PRESTAÇÃO DE CONTAS

1 - CRITÉRIOS GERAIS PARA O ACOMPANHAMENTO DOS CONTRATOS:

O presente Contrato de Gestão tem como principal objetivo garantir a melhora do desempenho e a qualidade nas Unidades Assistenciais por meio da criação de instrumentos de monitoramento e da atribuição de incentivos financeiros.

Os instrumentos de monitoramento e de atribuição de incentivos financeiros permitirão uma gestão rigorosa e ao mesmo tempo equilibrada que, consciente das necessidades da população, vise à mudança de perspectiva assistencial, com uma abordagem totalizante, gerando autonomia para os indivíduos e melhorando assim, o acesso da população aos cuidados de saúde.

2 - RESPONSABILIDADE NO ACOMPANHAMENTO

A Fundação Municipal de Saúde (FMS), como CONTRATANTE, é responsável por levar a cabo as ações que derivam do processo de acompanhamento visando à qualidade e otimização dos recursos e a correção de possíveis desvios, e para tanto será criada uma Comissão Técnica de Fiscalização (CTF) que articule e efetive o processo de acompanhamento e avaliação DO CONTRATO DE GESTÃO.

3 - COMISSÃO TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO (CFT):

A Comissão Técnica de Fiscalização (CTF), realizará o acompanhamento e a avaliação do funcionamento e da qualidade assistencial dos serviços de saúde contratado, de acordo com os critérios, parâmetros e calendário previamente definidos pela Fundação Municipal de Saúde (FMS), com apoio da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC), e de suas Subsecretarias, para a gestão da Organização Social;

Os membros da Comissão Técnica de Fiscalização (CTF), serão definidos e nomeados pelo Presidente da Fundação Municipal de Saúde (FMS) e publicados no Diário Oficial do Município de São Gonçalo.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

As funções da Comissão Técnica de Fiscalização serão:

- Avaliar os indicadores de acompanhamento e avaliação das metas pactuados e as informações sobre o funcionamento dos serviços;
- Analisar as intercorrências no funcionamento dos serviços, os possíveis desvios e suas causas, mormente em relação às metas assistenciais;
- Indicar as medidas corretivas aos desvios observados, encaminhando-as ao gestor da Organização Social CONTRATDA para as correções necessárias dentro do prazo legal;
- Analisar preliminarmente as propostas de implantação, extinção, ampliação e otimização dos serviços executados;
- Avaliar a pontuação no quadro de indicadores de acompanhamento, avaliação e metas;

4 - ÂMBITOS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO:

Aspectos básicos organizacionais:

Caberá à Organização Social contratada descrever e executar os tópicos abaixo listados.

- Mecanismos de informação e comunicação à população sobre os serviços queoferta, bem como os meios de acesso;
- Indicadores de avaliação de desempenho destes serviços utilizando padrões estabelecidos pela Fundação Municipal de Saúde (FMS) e pela Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC), bem como suas Subsecretarias;
- Disponibilizar de maneira visível o nome dos profissionais de plantão na unidade;
- Sistema gerencial de informação com acesso pela *internet*;
- Registros a serem utilizados na atividade assistencial;
- Recepção e encaminhamento dos usuários aos serviços;
- Registros a serem utilizados nos procedimentos administrativos;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

- Referência e contra referência responsável e regulada dos usuários a outros serviços ou a outros níveis assistenciais;
- Ser dotado de mecanismos que possibilitam disponibilizar em tempo real as informações sobre os atendimentos, bem como as informações econômicas, todas aquelas que a Fundação Municipal de Saúde (FMS) julgar necessárias ao acompanhamento e avaliação do Contrato de Gestão;
- Implantar o ponto eletrônico e disponibilizar a Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC) o controle diário da frequência dos profissionais que atuam na Unidade.

Todos os aspectos apontados anteriormente deverão estar de acordo com os critérios estabelecidos pelo Plano Municipal de Saúde/SG, com os Planos e Protocolos Assistenciais de Atenção Hospitalar da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC), bem como com as Políticas de Saúde e Portarias do Ministério da Saúde e demais legislações em vigor.

As referências que apontam a boa prática clínica são:

- As melhores evidências disponíveis e aceitas de práticas clínicas baseadas em evidências;
- O consenso de sociedades científicas e associações profissionais;
- Processos de trabalho consensuados pelos profissionais que pertencem ao serviço de saúde contratado ou a outros serviços no âmbito territorial;
- Protocolos e linhas de cuidados estabelecidos pela Fundação Municipal de Saúde (FMS) e pela Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC), bem como suas Subsecretarias;
- As referências de boas práticas citadas acima não são excludentes, e sim complementares e sua operacionalidade dependerá do que a defina em cada caso.

Os parâmetros que se relacionam diretamente com a boa prática clínica e que possam ser objeto de avaliação por parte da Comissão Técnica de Fiscalização (CTF) são:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

- Qualificação dos profissionais;
- Utilização do prontuário clínico eletrônico;
- Uso de todos os outros registros da atividade assistencial necessários;
- Respeito ao Plano de Educação Permanente e Excepcional da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC), como no caso das capacitações para dengue, gripe A, entre outros;
- Respeito aos Planos: Municipal de Saúde, Complementares ou Excepcionais da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC);
- Respeito aos Planos de Emergências, Desastres e Contingências adotados pela Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC);
- Política de Humanização - Protocolos da unidade sobre acolhimento e classificação de risco, e sobre o diagnóstico e tratamento das patologias mais incidentes na Atenção Hospitalar;
- Registro dos agravos de notificação compulsória - SINAN;
- Perfil de prescrição farmacêutica;
- Auto-avaliação assistencial pelos profissionais;
- Avaliação dos serviços de saúde pelos profissionais lotados nas Unidades;
- Avaliação externa da prática assistencial;
- Avaliação externa da satisfação do usuário;
- Respeito às necessidades dos pacientes através da disponibilização dos meios necessários para o tratamento, sejam estes recursos humanos, medicamentos, equipamentos ou outros relacionados.

Esses critérios serão utilizados para avaliar a atenção ao usuário:

- Grau de informação do usuário sobre o conteúdo, organização e funcionamento dos serviços de saúde contratados;
- Boa comunicação entre os profissionais de saúde e os usuários;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

- Incentivo a autonomia dos usuários;
- Tratamento individualizado e personalizado;
- Percepção do usuário em relação ao funcionamento dos serviços de saúde através de pesquisas de satisfação, sendo a informação obtida através de questionário de pesquisa de opinião realizado pela instituição parceira ou por órgão designado ou contratado para tal fim.

5 – DA ARTICULAÇÃO COM OUTROS NÍVEIS ASSISTENCIAIS – REFERÊNCIA E CONTRA REFERÊNCIA:

Uma efetiva articulação entre os níveis assistenciais comportará uma continuidade nas linhas de cuidado das unidades. Esta articulação se dará com o apoio da Subsecretaria Municipal de Saúde de Urgência e Emergência e se fará entre a Instituição Parceira, a Coordenação da Área de Planejamento, a Rede de Atenção Básica, as Unidades de Urgência e Emergência, as UPA's e UMPA's da região onde a unidade está instalada, ao Serviço de Atenção Domiciliar (SAD), Superintendência dos Institutos nas questões relativas à assistência psiquiátrica.

Para assegurar a continuidade no processo assistencial serão necessários:

- Atenção multiprofissional, instituída por meio de práticas clínicas cuidadoras e baseadas na gestão de linhas de cuidado;
- Universalidade, equidade e integralidade no atendimento às urgências;
- Humanização da atenção, garantindo efetivação de um modelo centrado no usuário e baseado nas suas necessidades de saúde;
- Protocolos, consensos clínicos e linhas de cuidado sobre Acolhimento e Classificação de Risco e sobre as patologias e os processos que possam ser solucionados nas Unidades de Pronto Atendimento;
- Suporte e rotinas administrativas adequadas que evitem os deslocamentos desnecessários dos pacientes referenciados ao nível hospitalar ou a outras unidades da rede;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

- Acordos entre profissionais sobre a informação clínica necessária para dar suporte e continuidade ao processoterapêutico;
- Integração com outros setores no sentido de atuar nos condicionantes / determinantes do processo de saúde-doença.
- Utilização pelos profissionais de saúde das referências e contra referências estabelecidas;
- Observância por parte dos profissionais da disponibilização de informação clínica necessária para dar suporte e continuidade ao processoterapêutico.

6 - INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E METAS:

Esta proposta tem por objetivo acelerar a melhoria da qualidade dos cuidados de saúde, uma vez que a falta de qualidade e a ineficiência, quase sempre aumentam os custos e o prolongamento da necessidade de cuidados, de tratamentos e de cirurgias complementares.

Ao final de 12 (doze) meses de acompanhamento, a Fundação Municipal de Saúde (FMS), juntamente com a Organização Social CONTRATADA, deverá rever estes indicadores, com o objetivo de aperfeiçoar o monitoramento proposto, de acordo com as recomendações das diretrizes e princípios do Sistema Único de Saúde(SUS).

Mesmo após o cumprimento de todas as metas elencadas no Quadro de Indicadores e Metas, caso haja alguma queda na qualidade do atendimento em função de ação ou omissão imputável à administração da Organização Social contratada, a Comissão Técnica de Fiscalização (CTF), baseada em relatório fundamentado enviado pela Subsecretaria Municipal de Saúde de Urgência e Emergência, poderá descontar até 10% (dez por cento) do valor de repasse mensal.

Em casos excepcionais de surtos ou situações emergenciais em saúde pública, outros indicadores e estatísticas de doenças de notificação compulsória serão incluídos para fins de acompanhamento.

O Sistema de Prontuário Eletrônico implantado nas unidades deve ser capaz de fornecer os resultados para todos os indicadores utilizados no acompanhamento do



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

contrato.

Trimestralmente será realizada por parte da Comissão Técnica de Fiscalização (CTF) a avaliação e a pontuação dos indicadores e das metas que condicionam o valor de pagamento.

Os recursos financeiros serão repassados conforme cumprimento dos indicadores do Quadro de Indicadores de Acompanhamento e Avaliação, de acordo com o percentual médio de metas atingidas conformetabela.

- Percentual de repasses financeiros de acordo com percentual médio de alcance de metas:

PERCENTUAL MÉDIO DE ALCANCE DE METAS	PERCENTUAL DE REPASSE FINANCEIRO
91% a 100%	100%
81% a 90%	90%
71% a 80%	80%

Na definição do percentual médio serão utilizados indicadores e metas definidas neste Projeto. Haverá a comparação entre metas propostas e atingidas em cada um dos tipos de indicadores.

No primeiro mês de atividade da Organização Social CONTRATADA, os indicadores do Quadro de Indicadores de Acompanhamento e Avaliação não serão objeto de cobrança de metas, por ser correspondente à fase de implantação do Termo de Gestão e Parceria. Excepcionalmente, para o 1º trimestre de avaliação, serão considerados os indicadores dos meses 2 e 3.

Todas as despesas que forem eventualmente glosadas, serão descontadas **IMEDIATAMENTE NO REPASSE POSTERIOR.**

Juntamente com a entrega dos Relatórios de Prestação de contas trimestral, deverão ser entregues as certidões negativas de INSS e FGTS dos funcionários contratados, **ATRAVÉS DO REGIME DE CLT**, para execução deste Termo de Gestão e Parceria. A não entrega de qualquer documento **CONSTANTE NO RESPECTIVO**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

CHAMAMENTO inviabilizará o pagamento da parcela subsequente.

Em caso de descumprimento de quaisquer dos indicadores das metas por período de 03 (três) meses consecutivos, o valor do repasse mensal será retido no percentual de 2,33% (dois vírgula trinta e dois por cento) por cada indicador.

Quadro1 – Meta 01 (Desempenho de Gestão em Saúde)

ITEM	INDICADOR	FÓRMULA	META
1	Percentual de BAE dentro do padrão de conformidade	$\frac{\text{total de BAE dentro do padrão de conformidade} \times 100}{\text{nº total de BAE analisados}}$	100%
2	Taxa de Ocupação Hospitalar	$\frac{\text{nº de pacientes dia} \times 100}{\text{total de leitos dia disponíveis}}$	85%
3	Giro de Leito	$\frac{\text{nº de saídas no período} \times 100}{\text{total de leitos dia disponíveis}}$	$\geq 10\%$
4	Preenchimento adequado de Fichas SINAN em todos os casos previstos	$\frac{\text{nº de fichas SINAN preenchidas} \times 100}{\text{total de situações com SINAN obrigatório}}$	100%
5	Meios de Escuta dos Usuários	Apresentação do relatório mensal das atividades do serviço de atendimento ao usuário	Implantado
6	Taxa de Satisfação de pacientes em Observação	$\frac{\text{nº de avaliações de satisfação positivas} \times 100}{\text{total de pacientes em observação}}$	$\geq 50\%$
7	Manutenção das Comissões Hospitalares	Apresentação do ato de nomeação/intitulação de membros e atas de reuniões das comissões hospitalares	Ativo
8	Proporção de Profissionais de Saúde cadastrados (acompanhamento do cadastramento e atualização no CNES)	$\frac{\text{nº de profissionais cadastrados no prontuário com correspondência CNES} \times 100}{\text{nº de profissionais cadastrados no prontuário}}$	100%



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

9	Índice de Absenteísmo	$\frac{\text{horas líquidas faltantes} \times 100}{\text{horas líquidas disponíveis}}$	<3%
10	Treinamento por Categoria Profissional (CBO)	Apresentação do cronograma do mês vigente e do mês posterior; conteúdo programático e lista de presença dos treinamentos por CBO	Pelo menos 01 treinamento por categoria

Quadro 2 – Meta 01 (Desempenho de Gestão Financeira)

ITEM	INDICADOR	FORMULA	META
1	Relatórios Assistenciais e Financeiros entregues no padrão e no prazo	Relatórios assistenciais e financeiros entregues no padrão definido pela FMS	Até o 10º dia do mês
2	Somatório das Despesas Pagas no vencimento pelo total de despesas no período	$\frac{\text{valor de despesas pagas no vencimento} \times 100}{\text{valor total de despesas no período}}$	≥80%
3	Relação do Gasto Administrativo em Relação ao Total de Gastos	$\frac{\text{valor gasto administrativo no trimestre} \times 100}{\text{valor total gasto no trimestre conforme prestação de contas}}$	Máx. 5%
4	Compra de Ítens abaixo do Valor Médio do Banco de Preços em Saúde ou SMS	$\frac{\text{total de itens comprados abaixo da média} \times 100}{\text{total de itens adquiridos}}$	95%
5	Valor Médio de Medicamentos Prescritos por Paciente	$\frac{\text{valor das prescrições médicas no último mês}}{\text{nº total de usuários internados no último mês}}$	Máxima R\$ 200,00
6	Percentual de Pacientes com Diagnóstico de Sepses que iniciaram Antibioticoterapia em até 2 horas	$\frac{\text{total de pacientes com antibióticos infundidos em tempo < 2 horas na SEPSE} \times 100}{\text{total de pacientes com diagnóstico de SEPSE que receberam antibioticoterapia}}$	100%
7	Percentual de Trombólise Realizadas no Tratamento do IAM com Supra de ST	$\frac{\text{total de pacientes IAM com supra de ST trombolizados}}{\text{total de pacientes com diagnóstico de IAM com supra de ST}}$	100%



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

8	Valor Médio de Serviços de Apoio Diagnóstico e Terapia Prescrita por Paciente	<u>valor dos exames de SADT solicitados</u> n° total de usuários atendidos nos últimos 3 meses	Máxima R\$ 200,00
9	Percentual de Tomografias Realizadas	$\frac{\text{total de pacientes que realizaram TC}}{\text{total de pacientes com solicitação para o exame}} \times 100$	100%
10	Taxa de Acidente de Trabalho	$\frac{\text{n° de acidente de trabalho} \times 100}{\text{n° de funcionários ativos no cadastro do hospital}}$	≤1%
11	Taxa de Turnover	$\frac{\text{n° de demissões} + \text{n° de admissões}}{\text{n° de funcionários ativos (no último dia do mês anterior)}} \times 100$	<5%

Quadro 3 – Meta 02 (Desempenho Assistencial Qualitativo)

ITEM	INDICADOR	FÓRMULA	META
1	Taxa de Infecção Hospitalar	$\frac{\text{n° de episódios de IRAS}}{\text{total de saídas}} \times 100$	2%
2	Índice de Infecção Primária de Corrente Sanguínea (IPCS)	$\frac{\text{total de IPCS em pacientes com CVC}}{1000}$	≤10/1000
3	Índice de Pneumonia associada à Ventilação Mecânica (PAV)	$\frac{\text{total de pneumonias em pacientes com VM no período}}{\text{total de dias de todos os pacientes que permaneceram em VM no período}} \times 1000$	≤10/1000
4	Taxa de cirurgia suspensa	$\frac{\text{n° de cirurgias suspensas por fatores extra- pacientes} \times 100}{\text{N° de cirurgias agendadas}}$	≤ 1%
5	Índice de Infecção em Cirurgias Limpas	$\frac{\text{n° de casos de infecção em cirurgias limpas} \times 100}{\text{N° de cirurgias limpas no período}}$	≤ 1%



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

6	Índice de Infecção de Sítio Cirúrgico (ISC)	$\frac{\text{n}^\circ \text{ de ISC em pacientes submetidos a procedimento} \times 100}{\text{n}^\circ \text{ de procedimento no período}}$	$\leq 10\%$
7	Incidência de Úlcera por Pressão (UPP)	$\frac{\text{n}^\circ \text{ de casos novos de pacientes com UPP em determinado período}}{\text{N}^\circ \text{ de pessoas expostas ao risco de adquirir UPP no período}} \times 100$	$\leq 10\%$
8	Taxa de Mortalidade Hospitalar	$\frac{\text{n}^\circ \text{ de Óbitos (todos os usuários que deram entrada)} \times 100}{\text{n}^\circ \text{ de saídas no período}}$	$< 10\%$
9	Taxa de Mortalidade Operatória	$\frac{\text{n}^\circ \text{ de óbitos até sete dias após cirurgia}}{\text{total de pacientes submetidos à cirurgia no mesmo período}} \times 100$	$< 5\%$
10	Taxa de mortalidade na unidade de Emergência	$\frac{\text{n}^\circ \text{ de óbitos em pacientes em observação} (< 24 \text{ h}) \times 100}{\text{total de saídas de pacientes em observação}}$	15%
11	Taxa de satisfação de pacientes internados	$\frac{\text{n}^\circ \text{ de avaliações de satisfação positiva}}{\text{total de pacientes internados} (> 24\text{h})} \times 100$	$\geq 80\%$

Quadro 4 – Meta 02 (Desempenho Assistencial Quantitativo)

ITEM	INDICADOR	FÓRMULA	META
1	Percentual de pacientes atendidos por médico após acolhimento e classificação de risco	$\frac{\text{n}^\circ \text{ de pacientes atendidos por médico após classificação de risco}}{\text{Total de pacientes classificados com risco}} \times 100$	100%



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

2	Tempo de espera para o atendimento médico (após classificação de risco) segundo protocolo institucional	<u>tempo de espera por</u> <u>risco entre a</u> <u>classificação de risco</u> <u>e o</u> <u>atendimento</u> <u>médico</u> período	(Risco vermelho) até 5 minutos (Risco amarelo) até 30 minutos (Risco verde) até 60 minutos (Risco azul) até 90 minutos
3	Tempo médio de permanência na Emergência (sala vermelha)	<u>nº de paciente dia na</u> <u>sala vermelha</u>	≤24h
4	Cadastro de usuários atendidos na unidade com idade igual ou maior de 16 anos portando cartão do SUS	<u>nº de usuários</u> <u>cadastrados no PEP com</u> <u>preenchimento do</u> <u>cartão do SUS</u> com 16 anos ou mais	100%
5	Cadastro de usuários atendidos na unidade com idade menor de 16 anos apresentando guia de referência pós-alta	<u>nº de pessoas</u> <u>cadastradas no PEP com</u> <u>preenchimento da guia</u> <u>de referência em anexo</u> com 16 anos ou menos	100%
6	Índice de apresentação de AIH	<u>nº total de AIH</u> <u>apresentadas no mês</u> nº total de internações por mês x 100	100%
7	Taxa de rejeição de AIH	<u>nº de AIH</u> <u>rejeitadas</u>	≤5%
8	Tempo médio de permanência na Ortopedia	<u>nº de paciente dia</u> <u>internados na Ortopedia</u>	≤07 dias
9	Tempo médio de permanência na UTI Adulto	<u>nº de paciente dia na UTI</u> <u>Adulto nº de saídas</u> da UTI Adulto	≤05dias



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

10	Tempo médio de permanência na Clínica Cirúrgica	$\frac{\text{n}^\circ \text{ de paciente dia}}{\text{n}^\circ \text{ de saídas da Clínica Cirúrgica}}$	≤ 07 dias
11	Tempo médio de permanência na Clínica Médica	$\frac{\text{n}^\circ \text{ de paciente dia}}{\text{n}^\circ \text{ de saídas da Clínica Médica}}$	≤ 07 dias

7 - PRESTAÇÃO DE CONTAS MENSAL

A prestação de contas mensal deverá ser disponibilizada integralmente até o 10º dia de cada mês, junto com todas as notas fiscais, contratos de prestação de serviços firmados com empresas terceirizadas e qualquer outro documento que se entenda pertinente para a verificação se o valor repassado, se encontra dentro dos ditames legais, para fins de acompanhamento pela Fundação Municipal de Saúde (FMS) e pela Comissão Técnica de Fiscalização (CTF).

No ato da prestação de contas, deverão ser disponibilizadas todas as certidões negativas do mês em análise da Organização Social CONTRATADA, bem como as Guias de Recolhimento do INSS e FGTS dos valores relativos aos funcionários contratados em regime CLT, atrelados ao respectivo Contrato de Gestão. Além do extrato bancário, da conta corrente que comprove a existência do provisionamento de férias, décimo terceiro salário e rescisão dos funcionários supramencionados

Para que o repasse posterior possa ser efetivado, a Organização Social deverá seguir os seguintes critérios:

- A) Encaminhar, mensalmente, para Comissão Técnica de Fiscalização (CTF) a prestação de contas do CONTRATO DE GESTÃO, tanto na parte assistencial como NA PARTE FINANCEIRA, IMPRETERIVELMENTE ATÉ O DÉCIMO DIA DE CADA MÊS.
- B) Detalhamento de todas as receita dos contratos, como repasses realizados, rendimentos de aplicação financeira e estornos;
- C) Detalhamento de todas as despesas dos contratos de gestão, com apropriação por centro de custo, por tipo de despesa, por tipo de rubrica;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

- D) Informação detalhada de todos os contratos de serviço e/ou de consumo, assinado pela Organização Social, vencedora com terceiros durante todo o período de vigência do Contrato de Gestão;
- E) Informações detalhadas de todos os bens permanentes adquiridos com recursos do Contrato de Gestão;
- F) Informações detalhadas de todo pessoal contratado pela Organização Social para execução do objeto contratado, tais como: nome, CPF, cargo, forma de contratação, carga horária, CNES, salário, benefícios, encargos patronais e provisionamento para férias, 13º salário e rescisões;
- G) Anexar todos os documentos fiscais inerentes que comprovam a execução financeira, como: nota fiscal, recibo, contratos assinados, extratos bancários de conta corrente e aplicação financeira, etc.;
- H) Demonstrativo de Contratação de Pessoa Jurídica;
- I) Balancete Financeiro;
- J) Extrato Bancário de Conta Corrente e Aplicações Financeiras dos recursos recebidos;
- K) Extrato Bancário da conta de provisionamento;
- L) Resultados alcançados para cada meta/indicador pactuados no Contrato de Gestão, assim como dados de produção, referentes ao período que será avaliado.

Os dados enviados pela Organização Social serão certificados por seu representante legal. Além disso, a Organização Social será responsável por, disponibilizar informações financeiras e gerenciais para auditorias externas.

Todas as informações relacionadas aos recursos repassados e demonstrativos gerenciais ficarão permanentemente à disposição da Fundação Municipal de Saúde (FMS) e da Comissão Técnica de Fiscalização (CTF), responsável pelo acompanhamento e avaliação do Contrato de Gestão.

Os recursos transferidos pela CONTRATANTE (FMS) a Organização Social **CONTRATADA**, serão mantidos por esta em conta corrente especialmente aberta para a



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

execução do presente Contrato de Gestão em instituição financeira oficial e os respectivos saldos serão obrigatoriamente aplicados.

O montante de recursos previstos e repassados à contratada a título de provisionamento deverá ser depositado em conta específica, preferencialmente em conta poupança, sendo vedada a utilização desses recursos para custear despesas que não sejam oriundas de processos rescisórios ou de provisionamento obrigatórios.

Modelos:

- Demonstrativo detalhado das receitas e despesas do período;
- Vinculação dos gastos ao objeto - diário de entradas e saídas de recursos;
- Relatório patrimonial;
- Demonstrativo de pessoal contratado pela instituição;
- Demonstrativo de pessoal da Fundação Municipal de Saúde (FMS) e da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC) atuando na Organização Social contratada;
- Demonstrativo de serviços continuados contratados;
- Relatório de saldo de estoque;
- Balancete financeiro.

Outros formulários e a revisão destes poderão ser definidos pela Fundação Municipal de Saúde (FMS) ou pela Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil ao longo do Contrato de Gestão:

MODELO I – PRESTAÇÃO DE CONTAS – RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DO OBJETO

Estado do Rio de Janeiro Prefeitura de São Gonçalo Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil Fundação Municipal de Saúde	PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DO OBJETO	ANEXO I
--	---	------------



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – NOME DO ORGÃO OU ENTIDADE PROPONENTE CONFORME CONTIDO NO CNPJ:	02 – PROCESSO ADMINISTRATIVO:	03 – EXERCÍCIO
04 – NÚMERO DE INSCRIÇÃO DO ORGÃO/ENTIDADE NO CNPJ:	05 – CONTRATO DE GESTÃO Nº:	06 – UF
07 - TIPO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS		
07.1 – PARCIAL – EXECUÇÃO DA PARCELA Nº _____ DE ____/____/____ À ____/____/____	07.2 – FINAL – EXECUÇÃO DO CONTRATO: DE ____/____/____ À ____/____/____	
8 – RELATÓRIO CONSUBSTANCIADO		
8.1 – AÇÕES PROGRAMADAS		
8.2 – AÇÕES EXECUTADAS:		
8.3 – BENEFÍCIOS ALCANÇADOS:		
09 – AUTENTICAÇÃO: <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 45%;"> DATA DO REPRESENTANTE LEGAL OU DO REPRESENTANTE LEGAL </div> <div style="width: 45%; text-align: center;"> _____ NOME DO DIRIGENTE OU ASSINATURA DO DIRIGENTE </div> </div>		

MODELO II – VINCULAÇÃO DOS GASTOS AO OBJETO DIÁRIO DE ENTRADAS E SAÍDAS

Estado do Rio de Janeiro Prefeitura de São Gonçalo Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil Fundação Municipal de Saúde	PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FÍSICO- FINANCEIRO	ANEXO II
01 – NOME DO ORGÃO OU ENTIDADE PROPONENTE CONFORME CONTIDO NO CNPJ:	02 - AÇÃO:	03 – PROCESSO ADMINISTRATIVO:
04 – NÚMERO DE INSCRIÇÃO DO ORGÃO/ENTIDADE NO CNPJ:	05 – CONTRATO DE GESTÃO Nº:	06 – UF
07 - TIPO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS		
07.1 – PARCIAL – EXECUÇÃO DA PARCELA Nº	07.2 – PERÍODO DE EXECUÇÃO DA PARCELA: DE ____/____/____ À ____/____/____	
EXECUÇÃO FÍSICA – CONFORME PLANILHA DE CUSTEIO E INVESTIMENTO		



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

8 – ITEM		9 – DESCRIÇÃO DO TIPO DO RECURSO				10 – VALOR PROPOSTO			11 – VALOR EXECUTADO		12 – PERCENTUAL EXECUTADO	

13 – RECEITA				14 – DESPESA				15 – SALDO			
CONDEDENTE	EXECUTOR	APLICAÇÃO FINANCEIRA	NATURALEZA DA DESPESA	CONCEPTE	EXECUTOR	APLICAÇÃO FINANCEIRA	TOTAL	CONCEPTE	EXECUTOR	APLICAÇÃO FINANCEIRA	TOTAL

16 – AUTENTICAÇÃO

____/____/____.

DATA

NOME DO DIRIGENTE OU REPRESENTANTE LEGAL

LEGAL

ASSINATURA DO DIRIGENTE OU REPRESENTANTE

MODELO III

Estado do Rio de Janeiro Prefeitura de São Gonçalo Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil Fundação Municipal de Saúde	PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRO	ANEXO III
---	--	------------------



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – NOME DO ORGÃO OU ENTIDADE PROPONENTE CONFORME CONTIDO NO CNPJ:				02 - AÇÃO:				03 – PROCESSO ADMINISTRATIVO:			
04 – NÚMERO DE INSCRIÇÃO DO ORGÃO/ENTIDADE NO CNPJ:				05 – CONTRATO DE GESTÃO Nº:				06 - UF			
07 - TIPO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS											
07.1 – PARCIAL – EXECUÇÃO DA PARCELA Nº						07.2 – PERÍODO DE EXECUÇÃO DA PARCELA: DE ____ / ____ / ____ À ____ / ____ / ____					
8 – IT E M	09- FAVORECI D O CNPJ/CPF	10 CORRELAÇ ÃO AO ITEM DO ANEXO II	11 – NATUREZ A D A DESPESA	12 – DOCU MENT O			13 – PAGAMEN T O		14 - VAL O R		
				12.1 TIPO	12.2 Nº	12.3 DAT A	13.1 CH/OB	DAT A			
15 – TOTAL											
16 – TOTAL ACUMULADO											



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

17 – AUTENTICAÇÃO

____/____/____.

NOME DO DIRIGENTE OU REPRESENTANTE

LEGAL DATA

**ASSINATURA DO DIRIGENTE OU REPRESENTANTE
LEGAL**

Estado do Rio de Janeiro Prefeitura de São Gonçalo Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil Fundação Municipal de Saúde	PRESTAÇÃO DE CONTAS RELAÇÃO DE BENS ADQUIRIDOS, PROSUZIDOS OU CONSTRUÍDOS	ANEXO IV
01 – NOME DO ORGÃO OU ENTIDADE PROPONENTE CONFORME CONTIDO	02 - AÇÃO:	03 – PROCESSO ADMINISTRATIVO:
NO CNPJ:		
04 – NÚMERO DE INSCRIÇÃO DO ORGÃO/ENTIDADE NO CNPJ:	05 – CONTRATO DE GESTÃO Nº:	06 - UF
07 - TIPO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS		
07.1 – PARCIAL – EXECUÇÃO DA PARCELA Nº		07.2 – PERÍODO DE EXECUÇÃO DA PARCELA: DE ____/____/____ Á ____/____/____
8 - DOCUMENTO	09 – ESPECIFICAÇÃO DOS BENS	10 – QUANTIDADE
11 VALOR EM R\$:		



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

TIPO	Nº	DA T A			11.1 – UNITÁRIO	11.2 TOTAL
12 – TOTAL						
13 – TOTAL ACUMULADO(a ser preenchido quando órgão ou entidade contratada utiliza mais de uma folha do formulário)						
14 – AUTENTICAÇÃO						
Estado do Rio de Janeiro Prefeitura de São Gonçalo Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil Fundação Municipal de Saúde			PRESTAÇÃO DE CONTAS CONCILIAÇÃO BANCÁRIA		ANEX O V	
01 – NOME DO ORGÃO OU ENTIDADE PROPONENTE CONFORME CONTIDO NO CNPJ:			02 - AÇÃO:		03 – PROCESSO ADMINISTRATIVO:	
04 – NÚMERO DE INSCRIÇÃO DO ORGÃO/ENTIDADE NO CNPJ:			05 – CONTRATO DE GESTÃO Nº:		06 - UF	



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

07 - TIPO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS			
07.1 – PARCIAL – EXECUÇÃO DA PARCELA Nº __		07.2 – PERÍODO DE EXECUÇÃO DA PARCELA: DE __ / __ / __ À __ / __ / __	
08- FONTE DE RECURSO	09 – AGENTE FINANCEIRO	10 – AGÊNCIA	11 – CONTA BANCÁRIA
12 – ITEM	13 – HISTÓRICO		14 – VALORES



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

01	SALDO bancário em ____ / ____ / ____ conforme extrato em anexo	
02	MENOS: valores de ondens bancárias, de saques, de pagamentos e/ou chques emitidos no período e não debitados, conforme discriminação nominal no quadro 15.	
03	OUTROS : lançamentos contabilizados e constantes dos extratos bancários:	
	Débito (-)	
	Crédito(+)	
04	Lançamentos constantes dos Extratos bancários e não contabilizados	
	Débito(-)	
	Crédito (+)	
05	Saldo do demonstrativo da Execução Financeira em ____ / ____ / ____	

15 – DOCUMENTOS EMITIDOS E NÃO COMPENSADOS NO PERÍODO

15.1 - DOCUMENTO	15.2 - Nº	15.3 - DATA	15.4 FAVORECIDO	15.5 – VALOR EM R\$
<p>Observações:</p> <p>1.1 O valor resultante da conta conciliada deve coincidir com o saldo constante do Campo 15 do Relatório da execução físico-financeira.</p> <p>1.2 Os lançamentos dos itens 03 e 04 deverão ser explicitados detalhadamente no verso deste documento</p>				

16 – AUTENTICAÇÃO

____ / ____ / _____.

 LEGAL DATA

NOME DO DIRIGENTE OU REPRESENTANTE



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

ASSINATURA DO DIRIGENTE OU REPRESENTANTE
LEGAL

M
O
D
E
L
O
I
V

Estado do Rio de Janeiro Prefeitura de São Gonçalo Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil Fundação Municipal de Saúde		PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATÓRIO DE ATENDIMENTO		ANEXO VI	
01 – NOME DO ORGÃO OU ENTIDADE PROPONENTE CONFORME CONTIDO NO CNPJ:		02 - AÇÃO:		03 – PROCESSO ADMINISTRATIVO:	
04 – NÚMERO DE INSCRIÇÃO DO ORGÃO/ENTIDADE NO CNPJ:		05 – CONTRATO DE GESTÃO Nº:		06 - UF	
07 - TIPO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS					
07.1 – PARCIAL – EXECUÇÃO DA PARCELA Nº _____			07.2 – PERÍODO DE EXECUÇÃO DA PARCELA: DE ____ / ____ / ____ À ____ / ____ / ____		
08 – TIPO DE ATENDIMENTO				09 – FOLHA: ____ / ____	
10 – Nº DE ORDEM	11 – NOME DO BENEFICIÁRIO	12 – NUMERO DO CPF E/OU REGISTRO	13 – DATA		
			13.1 INGRESSO	13.2 DESLIGAMENTO	



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

14 – AUTENTICAÇÃO

____/____/____.

LEGAL DATA

NOME DO DIRIGENTE OU REPRESENTANTE

**ASSINATURA DO DIRIGENTE OU REPRESENTANTE
LEGAL**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO D - DESTINAÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS, CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO E METAS FÍSICAS

Na formulação das Propostas Técnicas e Econômicas, as concorrentes deverão computar todas as despesas e custos operacionais relacionados com os serviços a serem executados, especialmente os de natureza tributária (taxas e impostos), trabalhista, previdenciária e securitária (quadros de pessoal), bem como os gastos com o cumprimento das normas pertinentes à Saúde, Segurança e Medicina do Trabalho, além de prever, obrigatoriamente, o desconto no total previsto para a execução do Contrato de Gestão dos valores referentes aos percentuais advindos dos benefícios fiscais oriundos do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS).

A Organização Social CONTRATADA, terá que prezar pelo equilíbrio financeiro entre receita e despesa, de modo a evitar déficit orçamentário ou financeiro.

1- Para a execução orçamentária do presente Contrato de Gestão será seguido o seguinte procedimento:

- A transferência de recursos orçamentários para a CONTRATADA se dará em parcelas FIXAS E MENSAIS, que serão liberadas conforme cronograma específico em anexo ao contrato e condicionado à apresentação e aprovação das prestações de contas das parcelas recebidas no mês anterior.

Os recursos orçamentários para gestão direta dos serviços consistem em um montante fixo, com repasse mensal antecipado, destinado ao custeio de recursos humanos e prestação de serviços de manutenção e funcionamento do Pronto Socorro Central Doutor Armando Gomes de Sá Couto. (PSC)

As despesas previstas e não realizadas no mês de referência deverão ser objeto de ajustes nos demonstrativos do mês subsequente.

A CONTRATANTE solicitará à Organização Social, CONTRATADA a apresentação de relatórios contendo dados e informações relativas à produtividade e qualidade dos serviços prestados, conforme Quadro de Indicadores de Acompanhamento e Avaliação.

O repasse será realizado de acordo com o Cronograma de Desembolso.

2- Condições para destinação dos recursos orçamentários no Cronograma de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Desembolso e metas físicas.

A 1ª parcela dos recursos financeiros, destinada ao custeio de recursos humanos e prestação de serviços de manutenção e funcionamento da unidade será repassada no ato da assinatura do Contrato de Gestão de nº 001/2020, sendo as demais parcelas adimplidas a cada 30 (trinta) dias, conforme apresentação do relatório de prestação de contas e demais documentações inerentes a efetivação do repasse, devendo ser cumprido o cronograma de pagamento exposto abaixo.

Considerando a disponibilidade orçamentária, o preço máximo que a Administração Pública está disposta a pagar mensalmente é de R\$ 3.750.000,00 (três milhões setecentos e cinquenta mil reais, sendo repassado a título de investimento o valor de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), a serem pagos em 2 (duas) parcelas fixas, sendo a primeira paga na assinatura do contrato, mediante as ações definidas pela Secretaria de Saúde e a segunda após a devida comprovação das despesas.

INVESTIMENTO	PERIODO	VALOR MÁXIMO A SER PAGO
1ª	Na assinatura do contrato	R\$500.000,00
2ª	Após a comprovação das despesas	R\$500.000,00

REPASSES	PERIODO	VALOR MÁXIMO A SER PAGO
1ª parcela	Na assinatura do Contrato	R\$ 3.750.000,00
2ª parcela	Na mesma data da assinatura do contrato no mês subsequente ao pagamento anterior	R\$ 3.750.000,00
3ª parcela	Na mesma data da assinatura do contrato no mês subsequente ao pagamento anterior	R\$ 3.750.000,00
4ª parcela	Na mesma data da assinatura do contrato no mês subsequente ao pagamento anterior	R\$ 3.750.000,00
5ª parcela	Na mesma data da assinatura do contrato no mês subsequente ao pagamento anterior	R\$ 3.750.000,00
6ª parcela	Na mesma data da assinatura do contrato no mês subsequente ao pagamento anterior	R\$ 3.750.000,00
7ª parcela	Na mesma data da assinatura do contrato no mês subsequente ao pagamento anterior	R\$ 3.750.000,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

8ª parcela	Na mesma data da assinatura do contrato no mês subsequente ao pagamento anterior	R\$ 3.750.000,00
9ª parcela	Na mesma data da assinatura do contrato no mês subsequente ao pagamento anterior	R\$ 3.750.000,00
10ª parcela	Na mesma data da assinatura do contrato no mês subsequente ao pagamento anterior	R\$ 3.750.000,00
11ª parcela	Na mesma data da assinatura do contrato no mês subsequente ao pagamento anterior	R\$ 3.750.000,00
12ª parcela	Na mesma data da assinatura do contrato no mês subsequente ao pagamento anterior	R\$ 3.750.000,00

2.1 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A execução do presente Contrato de Gestão onerará a dotação orçamentária:

Programa de Trabalho : 23051.10.302.2049.2107

Natureza da Despesa: 33.90.39.00

Fonte 21- Recursos SUS

00 – Recursos próprios

22 – Recursos do Estado

2.2 - DAS DESPESAS GLOSADAS

Todas as despesas que não forem eventualmente reconhecidas pela Fundação Municipal de Saúde (FMS) e / ou Comissão Técnica de Fiscalização (CTF) como pertinentes ao Contrato de Gestão, deverão ser ressarcidas à conta específica do mesmo com demonstração por meio de extrato bancário no prazo determinado em Lei.

2.3- MANUTENÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS FISCAIS E CONTÁBEIS.

A Organização Social CONTRATADA deverá manter em perfeita ordem todos os documentos fiscais e contábeis, especialmente os respectivos livros e os comprovantes de todas as despesas contraídas, devendo apresentá-los sempre que requerido pelos órgãos fiscalizadores competentes e a Comissão Técnica de Fiscalização.

As informações fiscais e contábeis deverão ser encaminhadas através do Relatório de Prestação de Contas trimestral, devidamente assinado pelo responsável legal e pelo responsável contábil da Organização Social contratada e também por via magnética. Todos os comprovantes fiscais deverão ser emitidos em nome da Organização Social contratada e seus originais ficarão sob sua guarda e à disposição dos órgãos



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

fiscalizadores e da Comissão Técnica de Fiscalização (CTF).

As notas fiscais devem estar devidamente quitadas, contendo aposição de carimbo identificador da Organização Social CONTRATADA, no verso da nota fiscal, bem como a data e a assinatura do Diretor da Unidade, do responsável pela compra, pelo chefe do setor que recebeu a mesma.

Somente serão aceitos os recibos e as notas fiscais quando emitidos com data posterior à assinatura do Contrato de Gestão e de seus respectivos termos aditivo. No momento do “atesto”, o valor unitário de cada item/insumo/ material de consumo ou permanente deve constar na nota a ser atestada.

As multas decorrentes dos atrasos nos pagamentos das obrigações por parte da Organização Social (OS) contratada serão de sua inteira responsabilidade, desde que o repasse tenha obedecido ao Cronograma de Desembolso.

2.4 – AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES

As aquisições de materiais permanentes efetuadas com recursos oriundos deste Contrato de Gestão deverão ser incorporadas e patrimoniadas pela Fundação Municipal de Saúde (FMS), devendo a Organização Social (OS) contratada apresentar os documentos e informações pertinentes tão logo realize a aquisição e utilizar o código CNES na placa de cada item a ser patrimoniado no ato da compra. O levantamento de itens que consta na tabela de equipamentos do CNES de cada unidade cadastrada deve ser atualizado a cada movimentação de patrimônio e fornecido como um dos relatórios a Comissão Técnica de Fiscalização (CTF).

2.5- CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Estimativa de Valores Unitários Metas Físicas e Cronograma de Desembolso													
Itens de Custeio	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12	Total
A – Pessoal													
Salários													
Outras Formas de Contratações													



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Encargos													
Provisionamentos (13 Salário e Férias)													
Provisionamentos (Rescisão)													
Benefícios													
Outras (HE, AN e Insal)													
Total (A)													

B - Materiais e Medicamentos													
Medicamentos													
Materiais de Consumo													
Dieta Interal e Parainteral													
Outras (a especificar)													
Total (B)													

C - Area de Apoio													
Água e Esgoto													
Alimentação													
Coleta de Resíduos Hospitalares													
Energia Elétrica													
Exames Laboratoriais e de Imagem													
Hemodialise													
Lavanderia													
Limpeza PJ													
Prest. Serviços - Apoio Adm.													
Segurança Patrimonial e Vigilância													
Seguros													
Telefone													
Transporte - A													
Uniforme													
Manutenção Equip. Hósp.													
Manutenção Predial													
Outras (a especificar)													
Total (C)													



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

D - Gerenciais e Administrativas													
Assessoria Jurídica													
Auditorias Contabil, Fiscal e Financeira													
Contabilidade													
Educação Continuada													
Material de Escritório													
Tecnologia da Informação													
Outras (Rateio da OS)													
Total (D)													
Total do Custeio (a+b+c+d)=e													
F - Itens de investimentos*													
Outras (a especificar)													
TOTAL GERAL DO CONTRATO													
DEGESTÃO = E+F													



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO E - GRADE DE MEDICAMENTOS

N.º	MEDICAMENTOS	APRESENTAÇÃO
001	Acatazolamida 250 mg	COMP
002	Acebrofilina 10 mg/ml	FRS
003	Acetato de Retinol + Aminoácidos + Metionina + Cloranfenicol	TUBO
004	Acetazolamida 250 mg	CPR
005	Acepromazina 2mg/ml	F/A
006	ACETILCISTEINA 100 MG GRANULADO 5G	ENV
007	ACETILCISTEINA 100MG/ML 3ML	AMP
008	Acetilcisteína 20/ml 80ml	FRS
009	Acetilcisteína 200mg granulado	ENV
010	ACETILCISTEINA 600 MG GRANULADO	ENV
011	ACICLOVIR 250MG	CPR
012	ACICLOVIR 250MG INJ.	F/A
013	ACICLOVIR CREME 50MG/G 10G	TB
014	Ácido acetilsalicílico 100mg	CPR
015	Ácido acetilsalicílico 500mg	CPR
016	Ácido Fólico 5mg	CPR
017	ÁCIDO FOLÍNICO 15MG	CPR
018	Ácido gama-aminobutírico 0,050 g; Monocloridrato de L-lisina 0,050 g; Cloridrato de tiamina(vit.B1)0,002g;Cloridrato de piridoxina(vit.B6)0,004g;Pantotenato de cálcio0,004g;Excipiente q.s.p.1comprimido.Cada10ml de xarope contém: Ácido gama-aminobutírico 0,100 g; Monocloridrato de L-lisina 0,100 g; Cloridrato de tiamina(vit. B1)0,004g;Cloridrato de piridoxina(vit.B6)0,008g;Pantotenato de cálcio 0,008 g; 500 MG	CPR
019	ACIDO GRAXO ESSENCIAL 100ML	FRS
020	ACIDO TRANEXANICO 250 MG/ML	AMP
021	ACIDO TRANEXANICO 250MG/ 5MI 100 ml	CPR
022	ACIDO VALPROICO 250 MG	CPR
023	ACIDO VALPROICO 250 MG/ 5MI 100 ml	FRS
024	ACIDO VALPROICO 500 MG	CPR



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

025	ADENOSINA 3 MG/ML 2ML	AMP
026	ÁGUA BIDEDESTILADA - 10ML	AMP
027	ÁGUA BIDEDESTILADA - 500ML	FRS
028	ALBENDAZOL 200MG	CPR
029	Albendazol 40mg/ml 10ml	FRS
030	Albendazol comprimido mastigável 400mg	CPR
031	ALBUMINA HUMANA 20% - FR 50ML + EQUIPO	FRS
032	Alendronato de Sódio 10mg	CPR
033	Alendronato de Sódio 70mg	CPR
034	Alfetanila 50 mg/5 ml	FRS
035	Alopurinol 100mg	CPR
036	Alopurinol 300mg	CPR
037	ALPRAZOLAN 0,25 mg	CPR
038	ALPRAZOLAN 0,5 mg	CPR
039	ALPRAZOLAN 1,0 mg	CPR
040	ALPROSTADIL 20 MCG	F/A
041	ALTEPLASE	F/A
042	Ambroxol 3mg/ml 120ml	FRS
043	Ambroxol 6mg/ml 120ml	FRS
044	AMICACINA 250MG/ML 2ML	AMP
045	AMICACINA 50MG/ML 2ML	AMP
046	AMINOFILINA 100MG	CPR
047	AMINOFILINA 24MG/ML 10ML	AMP
048	AMIODARONA , cloridrato 50MG/ML 3ML	AMP
049	Amiodarona, Cloridrato 100 mg	CPR
050	Amiodarona, Cloridrato 200 mg	CPR
051	AMITRIPTILINA 25MG	CPR



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

052	AMOXACILINA + CLAV. DE POTÁSSIO 1G	F/A
053	Amoxicilina + Clavulanato de potássio 500 mg / 125 mg	CPR
054	Amoxicilina + Clavulanato de potássio suspensão oral 50/12,5 mg/ml	FRS
055	Amoxicilina cápsula 500 mg	CPR
056	Amoxicilina pó para suspensão oral 50mg/ml 60ml	FRS
057	AMPICILINA 1G	F/A
058	AMPICILINA 1G + SUBACTAN 0,5 G	F/A
059	ANFOTERICINA B 50MG	F/A
060	Anlodipino, besilato de, 10mg	CPR
061	Anlodipino, besilato de, 5mg	CPR
062	Artrovastatina Calcica	CPR
063	ATENOLOL + CLOTARDILONA	CPR
064	Atenolol 25mg	CPR
065	Atenolol 50mg	CPR
066	ATENSINA 0,100MG	CPR
067	ATRACURIO 10MG/ML 2,5ML	AMP
068	ATROPINA 0,25MG/ML 1ML	AMP
069	AZATIOPRINA 50 MG	CPR
070	AZITROMICINA 500 MG	CPR
071	AZITROMICINA 600MG SUSP	FR
072	Azitromicina suspensão oral 40mg/ml	FRS
073	azopt colirio 1%	fr
074	Baclofen 10 mg	CPR
075	Beclometasona, dipropionatode, pó, solução inalante ou aerossol 50mg/dose e 200mg/d Ose	FRS
076	Benzalcônio + Latanoprost 2,5 ml	FRS
077	Benzilpenicilina benzatina pó para suspensão injetável 1.200.000 U.I.	F/A
078	Benzilpenicilina benzatina pó para suspensão injetável 600.000 U.I.	F/A
079	BENZILPENICILINA CRISTALINA 5.000.000 UI	F/A



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

080	<i>Benzilpenicilina procaína + Benzilpenicilina potássica suspensão injetável 300.000 UI + 100.000 UI</i>	F/A
081	<i>BENZILPENINCILINA 300+G POTÁSSICA 100.000UI</i>	F/A
082	<i>BENZOATO DE BENZILA 25% 100ML</i>	FRS
083	<i>Betametasona (Dipropionato) + betametasona (fosfato sodico)</i>	Amp
084	<i>Betametasona (fosfato dissodico) + betametasona (acetato)</i>	Amp
085	<i>BICARBONATO DE SÓDIO 8,4% (1MEQ/ML) - AMP 10ML</i>	AMP
086	<i>BICARBONATO DE SÓDIO 8,4% 250ML</i>	FRS
087	<i>Binatoprosta, Colirio</i>	FRS
088	<i>Biperideno 2mg</i>	CPR
089	<i>Biperideno 4 mg (por comprimido de liberação controlada)</i>	CPR
090	<i>Biperideno 4mg</i>	CPR
091	<i>BROMAZEPAM 3 MG</i>	CPR
092	<i>BROMAZEPAM 6 MG</i>	CPR
093	<i>BROMETO IPATRÓPIO 0,25MG 20ML</i>	FRS
094	<i>Bromoprida 10mg</i>	FRS
095	<i>BROMOPRIDA 10MG</i>	CPR
096	<i>Bromoprida 4mg/ml 20ml</i>	FRS
097	<i>BROMOPRIDA 5MG/ML 2ML</i>	AMP
098	<i>Budesonida + Formoterol</i>	CPR
099	<i>BUDESONIDA 0,25MG/ML 2ML</i>	UNID
100	<i>Budesonida 50mcg aerosol Nasal</i>	FRS
101	<i>BUPIVACAINA 0,5% + GLICOSE 4ML</i>	AMP
102	<i>BUPIVACAINA 0,5% S/V 20ML</i>	FRS
103	<i>Bupvacaina, cloridrato 0,5% (com epinefrina) 20 ml</i>	FRS
104	<i>Bupvacaina, cloridrato 0,5% (com epinefrina) 20 ml</i>	FRS
105	<i>Bupvacaina, cloridrato 0,5% (Isobárica) 20 ml</i>	FRS
106	<i>Bupvacaina, cloridrato 0,5% (sem epinefrina) 20 ml</i>	FRS



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

107	Bupvacaina, cloridrato 0,5% + Glicose 80mg/ml 4 ml	Amp
108	Bupvacaina, cloridrato 0,75% (emm epinefrina) 20 ml	FRS
109	Butil brometo escopolamina + dipirona 10mg/250mg	CPR
110	Butil brometo escopolamina + dipirona 333,4+6,67mg 20ml	FRS
111	CABERGOLINA 0,5 MG	CPR
112	Captopril 25mg	CPR
113	Captopril 50mg	CPR
114	CARBAMAZEPINA 200MG	CPR
115	CARBAMAZEPINA 20MG/ML 100ML	FRS
116	Carbolitium 450 mg	CPR
117	Carbonato de Calcio 600 mg	CPR
118	CARBONATO DE LÍTIO 300 MG	CPR
119	CARVÃO VEGETAL ATIVADO	CPR
120	Carvedilol 12,5mg	CPR
121	CARVEDILOL 25MG	CPR
122	Carvedilol 3,125mg	CPR
123	CARVEDILOL 75MG	COMP
124	Cefalexina sódica ou cefalexina, cloridrato de, cápsula 500mg	CPR
125	Cefalexina sódica ou cefalexina, cloridrato de, suspensão oral 50 mg/ml 60ml	CPR
126	CEFALOTINA 1G	F/A
127	CEFALOTINA 1G	F/A
128	CEFEPIMA 1G	FRS
129	CEFEPIMA 2G	FRS
130	CEFOTAXIMA 1000MG F/A + DILUENTE	F/A
131	cefoxitina sódica 1 gr	F/A
132	CEFTAZIDIMA 1G IV	F/A
133	CEFTRIAXONA 1G IM	F/A
134	CEFTRIAXONA 1G IV	F/A



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

135	CEFUROXIMA 750 MG	F/A
136	CEFUROXIMA 250 MG/5ML	FRS
137	Cefuroxima 250mg	CPR
138	Cefuroxima 500mg	CPR
139	CETAMINA 50MG/ML 10ML	FRS
140	Cetoconazol 2% creme 30gr	TUBO
141	CETOCONAZOL 20MG/G 30G	TB
142	CETOPROFENO 100MG IM 2ML	AMP
143	CETOPROFENO 100MG IV	FRS
144	Cetoprofeno 50 mg	Caps
145	Ciclopentolato, Colírio	fr
146	CINARIZINA 75 mg	CPR
147	Cinarizina 25mg	CPR
148	Cinarizina 75mg	CPR
149	CIPROFLOXACINO 200MG 100ML	FRS
150	Ciprofloxacino, cloridrato de, 500mg	CPR
151	Cisatracurio 10 mg / 5 ml	Amp
152	Cisatracurio 20 mg /10 ml	AMP
153	Claritromicina 125 mg/5 ml	Frs
154	Claritromicina 500mg	CPR
155	CLARITROMICINA 500MG	F/A
156	CLINDAMICINA 150MG/ML 4ML	AMP
157	Clomipramina, cloridrato de, comprimido 25 mg	UNIDADE
158	Clomipramina, cloridrato de, comprimido 10 mg	UNIDADE
159	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML	FRS
160	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML 20ML	FRS
161	CLONAZEPAN 0,5 MG	CPR
162	CLONAZEPAN 2 MG	CPR



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

163	Clonidina Cloridrato de (0,2 MCG)	CPR
164	Clonidina Cloridrato de 150 mg/ml	AMP
165	Clopidogrel 75mg	CPR
166	Cloreto de Potássio 60mg/ml 150ml	FRS
167	Cloreto de proximetacaina, solução oftálmica	FRS
168	CLORETO DE SÓDIO 0,9% 100ML	FRS
169	CLORETO DE SÓDIO 0,9% 250ML	FRS
170	CLORETO DE SÓDIO 0,9% 500ML	FRS
171	CLORETO DE SÓDIO 20 % 10ML	AMP
172	CLORETO POTÁSSIO 10% 10ML	AMP
173	CLORETO POTÁSSIO 19,1% 10ML	AMP
174	CLORIDRATO DE FLUOXETINA 20 MG	CPR
175	Cloridrato de Hidroxizina 2 mg/ml	Fr
176	CLORIDRATO DE TIORIDAZINA 100 MG	CPR
177	CLORIDRATO DE TIORIDAZINA 25 MG	CPR
178	CLORIDRATO DE TIORIDAZINA 50 MG	CPR
179	CLORPROMAZINA 100MG	CPR
180	CLORPROMAZINA 25 MG/ML	AMP
181	CLORPROMAZINA 25MG	AMP
182	Clorpromazina, cloridrato comp 100mg	UNIDADE
183	Clorpromazina, cloridrato comp 25mg	UNIDADE
184	Codeína + Paracetamol	CPR
185	COLAGENASE + CLORANFENICOL 30G	TB
186	Colagenase 1,2 U/g	Tb
187	CONTRASTE NÃO IÔNICO 300MG 50ML	FRS
188	Contraste não iônico isoosmolar 100 ml	FRS
189	Crema de Ácidos Graxos 200 Gr	Fr



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

190	Dapsona 100 mg	Comp
191	Daxazosina 2 mg	CPR
192	DESLANOSÍDEO 0,2MG/ML 2ML	AMP
193	Desloratadina xarope	Fr
194	Dexametasona + Neomicina 10g	TUBO
195	DEXAMETASONA 1MG/G 10GR	TUBO
196	DEXAMETASONA 2MG/ML 1ML	AMP
197	Dexametasona creme 0,1% 10g	TUBO
198	DEXAMETAZONA ELIXIR 100ML	FRS
199	Dexclorfeniramina 0,4 mg/mL 100ml	FRS
200	DEXCLORFENIRAMINA 2MG	CPR
201	Dexclorfeniramina, maleato de, 2mg	FRS
202	DIAZEPAM 10 MG	CPR
203	DIAZEPAM 10MG/2ML	AMP
204	DIAZEPAM 5MG	CPR
205	DIAZEPAM 5MG/ML 2ML	AMP
206	Diclofenaco de Potássio 50mg	CPR
207	Diclofenaco de Sódio 100mg	CPR
208	DICLOFENACO POTÁSSIO 25MG/ML 3ML	AMP
209	DICLOFENACO SODICO 25MG/ML 3ML	AMP
210	DIFENIL-HIDANTOINA 50MG/ML	AMP
211	Digoxina 0,25mg	CPR
212	DILTIAZEN 30MG	CPR
213	DILTIAZEN 60MG	CPR
214	DIMETICONA 40MG	CPR
215	DIMETICONA 75MG GOTAS 10ML	FRS
216	Dipirona sódica 500 mg	CPR



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

217	DIPIRONA SODICA 500MG/ML 2ML	AMP
218	Dipirona sódica solução oral 500 mg/ml 10ml	FRS
219	Divalproato de Sódio 250 mg	CPR
220	Divalproato de Sódio 500 mg	CPR
221	DOBUTAMINA 12,5MG/ML AMP 20ML	AMP
222	DOMPERIDONA 1MG/ML 100ML	FRS
223	DOPAMINA 5MG/ML AMP 10ML	AMP
224	Enalapril 10mg	CPR
225	Enalapril 20mg	CPR
226	ENOXAPARINA S. 20MG/0,4ML – SERINGAS	SER
227	ENOXAPARINA S. 40MG/0,4ML – SERINGAS	SER
228	ENOXAPARINA S. 60MG/0,6ML – SERINGAS	SER
229	EPINEFRINA 1MG/ML	AMP
230	Eritromicina, estearato de, comprimido 500mg	CPR
231	Eritromicina, estearato de, suspensão oral 250mg/5ml 60ml	FRS
232	ERTAPENEN 1G	F/A
233	ESCOPOLAMINA + DIPIRONA 4 MG/ML + 500MG/ML 5ML	AMP
234	ESCOPOLAMINA 10MG	CPR
235	ESCOPOLAMINA 20MG/ML 1ML	AMP
236	ESCOPOLAMINA+DIPIRONA 10 MG/250MG	CPR
237	ESPIRAMICINA 250MG	CPR
238	ESPIRAMICINA 500MG	CPR
239	Espironolactona 25mg	CPR
240	ETILEFRINA 10MG/ML AMP 1ML	AMP
241	ETOMIDATO 2MG/ML 10ML	AMP
242	FENITOINA 50MG/ML AMP 5ML	AMP
243	Fenitoína sódica comprimido 100 mg	UNIDADE



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

244	<i>Fenitoína sódica suspensão oral 25 mg/ml</i>	UNIDADE
245	<i>FENOBARBITAL 100MG</i>	CPR
246	<i>FENOBARBITAL 200MG/ML 2ML</i>	AMP
247	<i>FENOBARBITAL 40MG/ML 20ML</i>	FRS
248	<i>Fenobarbital comprimido 100 mg</i>	UNIDADE
249	<i>Fenobarbital solução oral 40 mg/ml</i>	UNIDADE
250	<i>Fenoterol, bromidrato 5mg/ml 20ml</i>	FRS
251	<i>FENTANIL 0,05MG 5ML</i>	AMP
252	<i>FITOMENADIONA 10MG/ML 1ML IM</i>	AMP
253	<i>Fluconazol 150mg</i>	CPR
254	<i>FLUCONAZOL 2MG/ML 100ML</i>	FRS
255	<i>Fluconazol Creme (tubo)</i>	TUBO
256	<i>Fludocortizona 0,1 mg</i>	CPR
257	<i>FLUFENAZINA 25 MG/ML</i>	AMP
258	<i>FLUMAZENIL 0,5MG</i>	AMP
259	<i>Flunarizina + dihidroergocristina 60 mg</i>	CPR
260	<i>Fluoresceína Sódica 1% solução oftálmica</i>	FRS
261	<i>Fluxetina 20 mg</i>	CPR
262	<i>Fumarato de Formoterol 12/400 mg</i>	CPR
263	<i>FUROSEMIDA 20MG 2ML</i>	AMP
264	<i>Furosemida 40mg</i>	CPR
265	<i>GENTAMICINA 5MG/ML 5ML</i>	FRS
266	<i>GENTAMICINA 80MG INJ</i>	AMP
267	<i>Gentamicina Solução Oftálmica</i>	FRS
268	<i>Glibenclamida 5mg</i>	CPR
269	<i>Glicazida 30 mg</i>	CPR
270	<i>GLICERINA 12% FR 250ML</i>	FRS



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

271	GLICERINA SUPOSITÓRIO	UNIDADE
272	Glicosamina 1,5 mg	CPR
273	GLICOSE 10% 500ML	FRS
274	GLICOSE 25% 10ML	AMP
275	GLICOSE 5% 500ML	FRS
276	GLICOSE 50% 10ML	AMP
277	Glimepirida 4 mg	CPR
278	GLUCONATO DE CÁLCIO 10% 10ML	AMP
279	HALOPERIDOL 50MG/ML 1ML DECANOATO	AMP
290	HALOPERIDOL 5MG/ML 1ML	AMP
281	Haloperidol comprimido 1mg	UNIDADE
282	Haloperidol comprimido 5mg	UNIDADE
283	HALOTANO 100ML	FRS
284	HALOTANO 250ML	FRS
285	HEPARINA 5000UI 0,25ML	AMP
286	HEPARINA 5000UI 5ML	FRS
287	HIDRALAZINA 20MG/ML 1ML	AMP
288	HIDRALAZINA 25MG	CPR
289	HIDRALAZINA 50MG	CPR
290	Hidroclorotiazida 25mg	CPR
291	HIDROCORTIZONA 100MG - F/A + DIL.	F/A
292	HIDROCORTIZONA 500MG - F/A + DIL.	F/A
293	Hidróxido de alumínio + Hid. Magnésio + Dimeticona 240 ml	FRS
294	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 6% 100ML	FRS
295	HIDROXIZINA 2MG/ML	FRS
296	Hisperidina + Diosmina	CPR
297	Ibuprofeno 300mg	CPR



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

298	<i>Ibuprofeno 600mg</i>	<i>CPR</i>
299	<i>Ibuprofeno suspensão oral 20mg/ml 20ml</i>	<i>FRS</i>
300	<i>IMIPENEM + CILASTATINA 500 MG</i>	<i>F/A</i>
301	<i>IMIPRAMINA 25 MG</i>	<i>CPR</i>
302	<i>IMUNOGLOBULINA ANTI RH 300 2ML</i>	<i>UM</i>
303	<i>indometacina 25 mg</i>	<i>comp</i>
304	<i>Ipatropio 0,25mg/ml 20ml</i>	<i>FRS</i>
305	<i>ISOFLURANO 100ML</i>	<i>FRS</i>
306	<i>ISOSSORBIDA 10MG</i>	<i>CPR</i>
307	<i>ISOSSORBIDA 20MG MONONITRATO</i>	<i>CPR</i>
308	<i>ISOSSORBIDA 5MG CPR SUB. LING.</i>	<i>CPR</i>
309	<i>Isossorbida, dinitrato de, sublingual 5mg</i>	<i>CPR</i>
310	<i>Isossorbida, mononitrato de, 40mg</i>	<i>CPR</i>
311	<i>Itraconozal 100 mg</i>	<i>CPR</i>
312	<i>IVERMECTINA 6 MG</i>	<i>CPR</i>
313	<i>Ketamina 50 mg</i>	<i>FRS</i>
314	<i>lactulose 667 mg/ml</i>	<i>sache</i>
315	<i>lactulose 667 mg/ml</i>	<i>frs</i>
316	<i>levodopa 100mg + benzerazida 25mg</i>	<i>CPR</i>
317	<i>levodopa 200 mg + Carbidopa 50 mg + entacapon 200 mg</i>	<i>COMP</i>
318	<i>Levodopa 200mg + Benserazida 50mg</i>	<i>CPR</i>
319	<i>Levodopa 200mg + Carbidopa 50mg</i>	<i>CPR</i>
320	<i>Levodopa 250mg + Carbidopa 25mg</i>	<i>CPR</i>
321	<i>LEVOFLOXACINA 500 MG</i>	<i>CPR</i>
322	<i>LEVOFLOXACINA 500 MG FRASCO</i>	<i>FRS</i>
323	<i>LEVOMEPROMAZINA 100MG</i>	<i>CPR</i>
324	<i>LEVOMEPROMAZINA 25MG</i>	<i>CPR</i>



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

325	Levotiroxina 100mcg	CPR
326	Levotiroxina 25mcg	CPR
327	Levotiroxina 50mcg	CPR
328	LIDOCAÍNA 10% SPRAY FR 50ML	FRS
329	LIDOCAÍNA 2% GEL 30GR	TUBO
330	LIDOCAÍNA 2% S/V 20ML	FRS
331	LIDOCAÍNA 2% S/V 5ML	AMP
332	LINESULIDA 600MG/300 ML	F/A
333	Loratadina 10mg	CPR
334	Loratadina xarope 1 mg\ml 100ml	FRS
335	Losartana Potassica 50mg	CPR
336	MANITOL 20% 250ML	FRS
337	Mebendazol 100mg	CPR
338	Mebendazol suspensão oral 20 mg/ml 30ml	CPR
339	MEROPENEM 1G	F/A
340	Meperidina, Cloridrato 100 mg/2 ml	Amp
341	MEROPENEM 500MG	F/A
342	Metformina cloridrato 500mg	CPR
343	Metformina, cloridrato 850mg	FRS
344	Metildopa 250 mg	CPR
345	Metildopa 500 mg	CPR
346	METILERGOMETRINA 0,125MG	DRG
347	METILERGOMETRINA 0,2MG/ML 1ML	F/A
348	METILFENIDATO 10 MG	CPR
349	METILPREDNISOLONA 125MG	F/A
350	METILPREDNISOLONA 500MG	F/A



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

351	METOCLOPRAMIDA 5MG/ML 2ML	AMP
352	Metoclopramida, cloridrato de, 10 mg	CPR
353	Metoclopramida, cloridrato de, 4mg/ml 10ml	FRS
354	Metronidazol + Nistatina Creme Vaginal	TUBO
355	Metronidazol 250 mg	CPR
356	Metronidazol creme vaginal 5,0%	TUBO
357	Metronidazol suspensão oral 40mg/ml 100ml	FRS
358	Metropolol 1 mg	AMP
359	Miconazol, nitrato de, creme vaginal 20mg/g 80g	TUBO
360	MIDAZOLAN 15MG	CPR
361	MIDAZOLAN 5MG/ML 10ML	AMP
362	MIDAZOLAN 5MG/ML 3ML	AMP
363	Milrinona 20mg/20ml	F/A
364	MISOPROSTOL 200MCG	CPR
365	MISOPROSTOL 25MCG	CPR
366	MORFINA 0,2MG/ML 1ML	AMP
367	MORFINA 10 MG	COMP
368	MORFINA 10MG/ML 1ML	AMP
369	MOXIFLOXACINA 400MG	FRS
370	Muporicin 20mg/g 15g	TUBO
371	NALAXONA 0,4MG/ML 1ML	AMP
372	Neomicina + Bacitracina 10g	TUBO
373	Neomicina 3,5mg/g 10g	TUBO
374	NEOSTIGMINA 0,5MG/ML 1ML	AMP
375	NIFEDIPINA 10MG SUB. LINGUAL	CPS
376	NIFEDIPINA 20MG RETARD	CPR
377	Nimesulida 50 mg/ml 15ml	FRS



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

378	NIMODIPINA 30MG	CPR
379	NISTATINA 100.000UI/ML SUSP.ORAL 50ML	FRS
380	Nistatina Creme Vaginal 25.000ui 60g	TUBO
381	Nistatina suspensão oral 100.000 UI/ml 50ml	FRS
382	NISTATINA+OXIDO DE ZINCO 45GR	BIS
383	NITRATO DE PRATA 1% SOLUÇÃO OFTALMOLÓGICA	FRS
384	Nitrazepam 5 mg	CPR
385	Nitrofurantoina 100 mg	CPR
386	NITROGLICERINA 5MG/ML 5ML	AMP
387	NITROPRUSSIATO DE SÓDIO 50MG	AMP
388	NOREPINEFRINA 8 MG/4ML	AMP
389	NORFLOXACINO 400MG	CPR
390	Nortriptilina, cloridrato 10 mg	CPR
391	Nortriptilina, cloridrato 25 mg	CPR
392	Nubain 10 mg/ml	AMP
393	ÓLEO MINERAL 100ML	FRS
394	Omeprazol 20mg	CPR
395	OMEPRAZOL 40MG	F/A
396	ONDANSETRONA ,CLORIDRATO DISPERSÍVEL 4 MG	CPR
397	ONDANSETRONA, CLORIDRATO 4 MG/2 ml	AMP
398	OXACILINA 500 INJ.	F/A
399	Oxido de Zinco + Retinol + Vitamina D3	TUBO
400	OXITOCINA 5UI	AMP
401	PANCURÔNIO Brometo 2MG/ML 2ML	AMP
402	Paracetamol 500mg	CPR
403	Paracetamol solução oral 200 mg/ml 15ml	FRS
404	paroxetina 15 mg	CPR



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

405	<i>paroxetina 20 mg</i>	<i>CPR</i>
406	<i>PENTOXIFILINA 20MG</i>	<i>AMP</i>
407	<i>PENTOXIFILINA 400MG</i>	<i>CPR</i>
408	<i>PERICIAZINA 0,4% SOLUÇÃO ORAL</i>	<i>FRS</i>
409	<i>PERICIAZINA 10 MG</i>	<i>CPR</i>
410	<i>PERMETRINA A 1% 60ML</i>	<i>FRS</i>
411	<i>PERMETRINA A 4% 60ML</i>	<i>FRS</i>
412	<i>PETIDINA 50MG/ML 2ML</i>	<i>AMP</i>
413	<i>PIPERACICLINA+TAZOBACTAN 4,5</i>	<i>F/A</i>
414	<i>Pirimetamina 25 mg</i>	<i>COMP</i>
415	<i>piridostigmina, Brometo de 60 mg</i>	<i>CPR</i>
416	<i>POLIHEXANIDA</i>	<i>FRS</i>
417	<i>POLIMIXINA B 5.000UI</i>	<i>F/A</i>
418	<i>PREDINIZONA 5MG</i>	<i>CPR</i>
419	<i>Prednisolona, fosfato sódico de, solução oral 1.34 mg/ml 100ml</i>	<i>FRS</i>
420	<i>Prednisona 20mg</i>	<i>CPR</i>
421	<i>Prednisona 5mg</i>	<i>CPR</i>
422	<i>Prolopa 200/50</i>	<i>CPR</i>
423	<i>Prometazina 25mg</i>	<i>CPR</i>
424	<i>PROMETAZINA 25MG/ML 2ML</i>	<i>AMP</i>
425	<i>PROMETAZINA 50MG</i>	<i>CPR</i>
426	<i>Povidona 2,5% solução oftálmica</i>	<i>Fr</i>
427	<i>Propafenona ,Cloridrato 300 mg</i>	<i>CPR</i>
428	<i>Propanolol 1 mg</i>	<i>AMP</i>
429	<i>propatilnitrato 10 mg</i>	<i>CPR</i>
430	<i>PROPOFOL 10MG/ML 20ML</i>	<i>AMP</i>
431	<i>Propranolol, cloridrato 40mg</i>	<i>CPR</i>



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

432	RANITIDINA 15MG/ML 120ML	FRS
433	RANITIDINA 25MG/ML 2ML	AMP
434	Ranitidina, cloridrato 150mg	CPR
435	RINGER COM LACTADO 500ML	FRS
436	RINGER SIMPLES 500ML	FRS
437	RIVAROXABANA 15MG	CPR
438	RIVAROXABANA 20 MG	Comp
439	Rivastigmina 1,5 mg	CPR
440	Rivastigmina 4,5 mg	CPR
441	Rocurônio, Brometo 10 mg/ml 5 ml	Fr/amp
442	ropivacaina 0,75 % 20 ml	FRS
443	ROSUVASTATINA 20MG	CPR
444	Saccharomyces boulardii 100mg	CPR
445	Saccharomyces boulardii 200 mg	ENV
446	Saisparareidratação oral pó para solução oral, composição conforme descrita na RENAM E2006	ENV
447	SALBUTAMOL 2 MG	CPR
448	SALBUTAMOL 0,5MG/ML 1ML	AMP
449	SALBUTAMOL 2MG/ML 100ML	FRS
450	SALBUTAMOL SOLUÇÃO PARA NEBULIZAÇÃO	FRS
451	Salbutamol, sulfato de, aerossol 100 mg/dose	FRS
452	Sertralina 50 mg	CPR
453	SEVOFLURANO 100ML	FRS
454	SEVOFLURANO 250ML	FRS
455	Sildenafil 25 mg	Comp
456	Simeticona 75mg/ml 15ml	FRS
457	Sinvastatina 40mg	CPR
458	Sinvastatina 10mg	CPR



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

459	<i>Sinvastatina 20mg</i>	<i>CPR</i>
460	<i>SOLUÇÃO GELATINA 3,5% 500ML</i>	<i>F/A</i>
461	<i>SUCCINILCOLINA 100MG</i>	<i>F/A</i>
462	<i>Sugamedex Sódico 100 mg 2 ml</i>	<i>AMP</i>
463	<i>SULFACTANTE PULMONAR BOLVINO 25MG/ML 8ML</i>	<i>F/A</i>
464	<i>SULFADIAZINA 500MG</i>	<i>BIS</i>
465	<i>SULFADIAZINA DE PRATA CREME 1% 100GR</i>	<i>TB</i>
466	<i>SULFAMETOXAZOL + TRIMET 400MG + 80MG 60ML</i>	<i>FRS</i>
467	<i>SULFAMETOXAZOL + TRIMET INJ</i>	<i>AMP</i>
468	<i>Sulfametoxazol + Trimetoprima comprimido 400mg + 80mg</i>	<i>CPR</i>
469	<i>Sulfametoxazol + Trimetoprima suspensão oral 40mg + 8mg/ml 100ml</i>	<i>FRS</i>
470	<i>SULFATO DE MAGNESIO 50% AMP</i>	<i>AMP</i>
471	<i>SULFATO DE MORFINA 10 MG</i>	<i>CPR</i>
472	<i>Sulfato de Neomicina + Sulfato de Polimixina B Solução Oftálmica</i>	<i>FRS</i>
473	<i>Sulfato de Neomicina + Sulfato de Polimixina B Solução Oftálmica</i>	<i>TUBO</i>
474	<i>SULFATO FERROSO 125MG/ML 30ML</i>	<i>FRS</i>
475	<i>Sulfato ferroso 25mg/ml 30ml</i>	<i>FRS</i>
476	<i>Sulfato ferroso 40mg</i>	<i>CPR</i>
477	<i>TEICOPLAMINA 400MG</i>	<i>F/A</i>
478	<i>TENECTEPLASE 50 MG</i>	<i>F/A</i>
479	<i>TENOXICAN 20MG</i>	<i>CPR</i>
480	<i>TENOXICAN 20MG 2ML</i>	<i>F/A</i>
481	<i>Teofilina 100 mg</i>	<i>CPR</i>
482	<i>Teofilina 200 mg</i>	<i>CPR</i>
483	<i>Tiabendazol 500 mg</i>	<i>CPR</i>
484	<i>TIABENDAZOL 50MG/G 45GR TÓPICO</i>	<i>FRS</i>
485	<i>Tiabendazol Suspensão Oral 50 mg/ml 60ml</i>	<i>FRS</i>



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

486	<i>Tiamina</i>	<i>CPR</i>
487	<i>ticlopidina, Cloridrato 250 mg</i>	<i>CPR</i>
488	<i>Timolol, Maleato 5%</i>	<i>FRS</i>
489	<i>Timolol, Maleato 5% + Bimatropost</i>	<i>Fr</i>
490	<i>Timolol, Maleato 5% + Dorzalazina</i>	<i>FRS</i>
491	<i>TIOPENTAL 0,5MG</i>	<i>F/A</i>
492	<i>Tioridazina, cloridrato de 50 mg</i>	<i>CPR</i>
493	<i>Tobramicina Colirio (solução estéril)</i>	<i>FRS</i>
494	<i>Tobramicina Pomada oftálmica (tubo)</i>	<i>TUBO</i>
495	<i>topiramato 100 mg</i>	<i>CPR</i>
496	<i>TRAMADOL 50 MG/ML</i>	<i>AMP</i>
497	<i>TRAMADOL 100MG/ML</i>	<i>AMP</i>
498	<i>Tramadol 50 mg</i>	<i>Comp</i>
499	<i>TRAMADOL 50MG/ML</i>	<i>fr</i>
500	<i>travatam colírio</i>	<i>FRS</i>
501	<i>Trazodona, Cloridrato 100 mg</i>	<i>CPR</i>
502	<i>Tropicamida, Colirio</i>	<i>FRS</i>
503	<i>VALPROATO DE SÓDIO 250MG/5ML 100ML</i>	<i>FRS</i>
504	<i>VANCOMICINA 500MG</i>	<i>F/A</i>
505	<i>VARFARINA 5MG</i>	<i>CPR</i>
506	<i>VASOPRESSINA 20UI/ML</i>	<i>AMP</i>
507	<i>Vecurônio Brometo 4 mg/ml - 1 ml</i>	<i>AMP</i>
508	<i>Venlafaxina, Cloridrato 75 mg</i>	<i>CPR</i>
509	<i>Verapamil, cloridrato 80 mg</i>	<i>CPR</i>
510	<i>Vitamina K 1ml</i>	<i>AMP</i>
511	<i>VITAMINA C 200MG/ML 5ML</i>	<i>AMP</i>
512	<i>Vitamina C 500 mg</i>	<i>CPR</i>



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

513	Vitamina C GTS 20ml	FRS
514	VITAMINA COMPLEXO B	AMP
515	Vitaminas complexo B	CPR
517	Vitaminas complexo B GTS	FRS
517	VITELINATO DE PRATA 1% 5ML	FRS



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO F - ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE TRABALHO

Introdução - Entende-se que o Programa de Trabalho é a Proposta Técnica e Econômica com a demonstração do conjunto dos elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequada para caracterizar o perfil da unidade e o trabalho técnico gerencial definido no objeto desta convocação pública.

A concorrente deverá demonstrar a viabilidade técnica e a estimativa das despesas referentes à execução das atividades propostas, com definição de métodos e prazos de execução, assegurando a plena exeqüibilidade do objeto da contratação prevista. O projeto apresentado deverá conter a descrição sucinta, com clareza, da proposta, evidenciando os benefícios econômicos e sociais a serem alcançados pela comunidade, a abrangência geográfica a ser atendida, bem como os resultados a serem obtidos.

Na formulação das Propostas Técnicas e Econômicas, as proponentes deverão computar todas as despesas e custos operacionais relacionados com os serviços a serem executados, especialmente os de natureza tributária (taxas e impostos), trabalhista, previdenciária e securitária (quadros de pessoal), bem como os gastos com o cumprimento das normas pertinentes à Saúde, Segurança e Medicina do Trabalho.

Na formulação da Proposta Técnica e Econômica, as proponentes deverão computar todas as despesas e custos operacionais relacionados com os serviços a serem executados, no limite do montante da parcela variável estimada para contratação do serviço de gestão, sendo vedado o cômputo dos valores relativos à parcela variável para utilização do custeio mensal dos serviços.

Fica esclarecido que a SMS não admitirá qualquer alegação posterior que vise ao ressarcimento de custos não considerados nos preços, ressalvadas as hipóteses de criação ou majoração dos encargos fiscais.

Este Anexo destina-se a orientar os interessados para elaboração do projeto a ser apresentado, que deve conter obrigatoriamente todos os seus itens indicados neste roteiro listados em um índice que apresentará cada item.

A. ÍNDICE DO DOCUMENTO - O Índice deverá relacionar todos os tópicos e as respectivas folhas em que se encontram.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

B. TÍTULO - Proposta Técnica e Econômica para o gerenciamento e execução das atividades e serviços de saúde no Pronto-Socorro Central Doutorº Armando Gomes de Sá Couto (PSC).

C. PROPOSTA DE MODELO GERENCIAL - Este item deverá caracterizar o Modelo Gerencial, descrevendo:

1. As rotinas dos procedimentos dos diversos serviços de saúde que caracterizem os serviços assistenciais das unidades;

2. As rotinas e protocolos referentes a medicamentos e materiais de consumo gerais e médico-hospitalares;

3. O número de comissões ou grupos de trabalho que implantará nas unidades de saúde, especificando nome, conteúdo, membros componentes (apenas enunciar o perfil dos componentes que integram a Comissão), objetivos da Comissão para o primeiro ano de contrato, frequência de reuniões, controle das mesmas pela direção médica etc.;

4. Organização específica da Comissão de Prontuário Clínico: membros que a compõem, organização horária, organização da distribuição de tarefas, etc.;

5. Outras iniciativas e Programas de Qualidade que o proponente já tenha em desenvolvimento ou pense iniciar sua implantação; neste caso deve apresentar um plano de organização específico com definição de alcance, metodologia, tempos de implantação, orçamento previsto etc.;

6. Regimento Interno da Unidade (indicar a forma de publicação do mesmo);

7. Ações voltadas à qualidade relacionadas à satisfação dos pacientes e/ou acompanhantes, implantação de um serviço de acolhimento;

8. Recursos Humanos estimados, apontando, por categoria, a quantidade de profissionais, a carga horária de trabalho e o salário base totais (em reais);

9. Recursos Humanos estimados, apontando, por categoria, a quantidade de profissionais, a carga horária de trabalho e a incidência de encargos patronais de forma separada ao salário base total (em reais);

10. Organização das atividades de apoio, incluindo a sistemática de programas de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

manutenção predial e de equipamentos;

11. Prazos propostos para implantação e para pleno funcionamento de cada serviço proposto (cronograma) de acordo com a atividade prevista;

12. Proposta detalhada de implantação em até dois meses, de cabeamento embutido dos setores hospitalares que necessitem, assim como a colocação de câmeras de segurança, com possibilidade de visualização pela internet com login e senha.

13. Mecanismo de controle para que todos os serviços contratados e materiais de consumo contenham o “atesto” do diretor da unidade. No momento do atesto, o valor unitário de cada item/ insumo/ material de consumo ou permanente deve constar na nota a ser atestada.

14. Mecanismo de controle do patrimoniamento de cada item adquirido, incluindo o código CNES e o setor do hospital na placa de patrimônio de cada um dos itens. Esses itens são os que constam na tabela de equipamentos do CNES / DATASUS, demonstrando também através de planilha, a forma como fora a atualização de cada movimentação de patrimônio.

15. Os protocolos não devem ser impressos. Estes deverão ser anexados a proposta por meio de mídia eletrônica– CD. Devendo o arquivo eletrônico ter um índice que facilite a busca dos protocolos para serem analisados e tenha a fonte de origem informada, mesmo que seja a própria proponente.

D. PROPOSTA DE ATIVIDADE ASSISTENCIAL

As atividades a ser desempenhado pelo Pronto Socorro Central Doutor Armando Gomes de Sá Couto (PSC), correspondem ao gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde da Unidade, garantida a assistência universal e gratuita à população.

Planilha de Estimativa de Custos Mensais PSC (*)

PRESTADORES DE SERVIÇOS	VALORES
AMBULÂNCIA	
CONCESSIONÁRIAS	
LIMPEZA	



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

SERVIÇOS DE APOIO DIAGNÓSTICOS E TERAPÊUTICOS	
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS	
GASES MEDICINAIS	
ACOLHIMENTO	
GESTÃO DE SOFTWARE/ INFORMÁTICA/ SISTEMAS de INFORMAÇÃO	
DIVERSOS	

(*) Os exames radiológicos e laboratoriais previstos são todos aqueles previstos pela tabela SUS para a unidade de terapia intensiva, além dos listados para o PSC, PSI e ambulatório no Termo de Referência.

E. DIMENSIONAMENTO DE PESSOAL

Para compor a avaliação deste item, o proponente deverá preencher o Quadros I e II, conforme modelos a seguir, apresentando-os no corpo de sua Proposta Técnica e Econômica item “Dimensionamento de Pessoal”.

O Dimensionamento de Pessoal também deverá seguir os modelos da planilha abaixo, como ocorrido com o dimensionamento de atividade. Aqui deverá observar-se a necessidade de pessoal de acordo com o percentual de atividade prevista para o período. Assim, esse dimensionamento também deverá ser realizado de acordo com um cronograma de implementação e incremento de pessoal, como realizado para a atividade prevista. Colocar separadamente o dimensionamento para o Pronto Atendimento e para a Unidade de Terapia Intensiva. Assim, esse dimensionamento também deverá ser realizado de acordo com o Anexo II – Projeto Básico e Anexos, além do Anexo VII – Programa de Trabalho, contemplando o cronograma de metas físicas de implementação apresentado, demonstrando a evolução mensal para todo o período do contrato de gestão.

QUADRO I – DIMENSIONAMENTO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE PARA CADA EQUIPE/SETOR DA UNIDADE (a)

Categoria	Carga Horária	Nº	Salário Base	Encargos Totais
------------------	----------------------	-----------	---------------------	------------------------



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Equipe				
Medico Especialista XXXX	40h	XXXXX	XXXXXX	XXXXX
Enfermeiro especialidade XXXX	30h	XXXXX	XXXXXX	XXXXX
ETC	40h	XXXXX	XXXXXX	XXXXX
ETC	30h	XXXXX	XXXXXX	XXXXX

QUADRO II – DIMENSIONAMENTO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE (VALORES COM ENCARGOS E BENEFÍCIOS) (b)

Recursos Humanos	CH	Quantidade	Salário Base	Insalubridade	Adicional Noturno	Totais
Medico Especialista XXXX						
Enfermeiro especialidade XXXX						
ETC						
Total Funcionários						
Total Salários						
Encargos Sociais e Trabalhistas						
INSS Empresa						
INSS terceiros						
FGTS						
Férias + 1/3						
13º Salário						
Rescisórios						
Encargos Fiscais						

F. PONTUAÇÃO TÉCNICA:

As propostas formuladas nos termos estabelecidos, e que atendam às demais exigências estabelecidas neste Edital, serão analisadas pela Comissão para Análise e



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Julgamento da Proposta Técnica - Econômica para o PSC e pontuadas para cada uma das **cinco áreas sujeitas à avaliação**, conforme estabelece os quadros abaixo:

CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO MÁXIMA

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO MÁXIMA
C1 – Organização das Atividades	30
C2 – Qualidade	50
C3 – Experiência e Responsabilidade Técnica	20
C4 – Experiência em Gestão Hospitalar/Urgência e Emergência/Ambulatorial	20
PONTUAÇÃO TOTAL	120

**QUADRO C1.
 ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES**

	ITEM	SUBITEM	PONTUAÇÃO	TOTAL
Critério– C 2 - ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES	Descrição detalhada da organização técnico-administrativa voltada ao desenvolvimento das ações de fomento e gerenciamento das unidades de saúde, objeto do Contrato.	Organograma descritivo dos níveis hierárquicos.	1,0	30
		Descrição de cargos e atribuições.	1,0	
		Procedimentos, Rotinas e Fluxogramas propostos para a equipe de Enfermagem, nos principais setores, para cada uma das unidades objeto deste EDITAL.	3,0	
		Protocolos das especialidades médicas, para os agravos prevalentes, para as unidades de internação e relativas aos procedimentos cirúrgicos previstos, de acordo com as especialidades médicas previstas.	3,0	



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

		Protocolos e Fluxogramas assistenciais, dos agravos prevalentes para Atendimento de Urgências e Emergências, em Unidade pré-hospitalar fixa	3,0
		Protocolos e fluxogramas para ações em saúde de Equipe Multiprofissional (Psicologia, Nutrição, Fisioterapia, Assistente Social, Farmacêutico e Terapeuta Ocupacional).	2,0
		Proposta de Incremento de Atividade, visando melhoria e qualificação das atividades previstas.	3,0
	Dimensionamento	Dimensionamento de Pessoal	1,0
	Descritivo, rotinas e fluxos/protocolos para as atividades dos serviços de terceiros previstos e proposta de monitoramento	Sistema de Informação e suas funcionalidades	1,5
		Monitoramento por câmeras de segurança	0,5
		Pesquisa de satisfação do usuário;	1,0
		Sistema de ponto biométrico	0,5
		Controle de Acesso – Vigilância	0,5
		Higiene e Limpeza	1,0
		Serviço de Diagnóstico por Imagem (USG, Ecodoppler, Endoscopia, Colonoscopia, RX, Tomografia)	2,0
		Serviço de Medicina Diagnóstica (Análises Clínicas, Holter, Mapa)	1,0
		Nutrição e Dietética	1,5
		Manutenção Predial	1,0



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

		Manutenção de Equipamentos	1,0	
		Locação de computadores	0,5	
		Outsourcing de impressão	0,5	
		Locação de veículo com motorista	0,5	

QUADRO - CRITÉRIO C 2- QUALIDADE

	ITEM	SUBITEM	PONTUAÇÃO	TOTAL
Critério – C 3 - ATIVIDADES VOLTADAS PARA QUALIDADE	Apresentação da	Política de gestão da qualidade e apresentação de um plano de organização específico com definição de Comissões Obrigatórias. considerando seu alcance, metodologia, membros que a compõe, ferramentas e cronograma de implantação, segundo perfil das Unidades e Serviços, descrita no Edital;	4,00	50
		Monitoramento de indicadores de desempenho assistencial de qualidade e de produtividade, dentre outros, segundo perfil das Unidades e Serviços, descrita no Edital e Monitoramento de implantação de diretrizes e protocolos clínicos;	6,0	
	proposta da ORGANIZAÇÃO SOCIAL para atividades voltadas à qualidade	Sistemáticas de aplicação de gestão de riscos, ações preventivas e ações corretivas a partir do monitoramento, segundo perfil das Unidades e Serviços, descritos no Edital	4,0	
		Proposta de Serviço de Atendimento ao Usuário e Pesquisa de Satisfação	4,0	
		Proposta de Educação Permanente.	3,0	
		Plano de contingência para as Unidades, com base na análise prospectiva de eventos adversos, segundo perfil das Unidades e Serviços, descritos no Edital	4,0	



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

		Proposta para o monitoramento da implantação de diretrizes e protocolos clínicos	4,0	
		Proposta para o Controle de Infecção Hospitalar;		
		Organização para controle de serviços de apoio, tais como: serviços administrativos, almoxarifado, higiene e limpeza, vigilância – controle de acesso, nutrição e dietética, apoio logístico, bem como da sistemática	6,0	
		de manutenção predial e de equipamentos, para todas as Unidades e Serviços, descritos no Edital (06 itens = 1,0 cada)		
		Política para Sustentabilidade ambiental quanto ao descarte de resíduos	4,0	
		Proposta para o monitoramento do tempo de espera de atendimento;	3,0	
		Proporção de Readmissão de pacientes em até 30 dias;	3,0	
		Sistema de Informação, incluindo Gestão de Agenda e Prontuário Eletrônico do Paciente – PEP, a ser utilizado para melhoria da qualidade de informação, monitoramento e relatórios das atividades assistenciais.	5,0	

QUADRO - CRITÉRIO C 3 - EXPERIÊNCIA E RESPONSABILIDADE TÉCNICA

QUESITO	CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
Formação Acadêmica da Equipe Técnica: mínimo de 01 (um)	Graduação em área(s) afim(ns)	1,0
	Especialização/MBA em área(s) afim(ns)	2,0



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

profissional, em cada critério. Comprovar o vínculo do profissional:	Mestrado ou Doutorado em área(s) afim(ns)	3,0
Formação	Subtotal de pontos - máximo	6,00
Experiência Profissional da Equipe Técnica: mínimo de 1 (um) profissional, em cada critério.	Exerce(m) ou exerceu(ram) atribuições em desenvolvimento de projeto em área afim pelo prazo de mínimo de 12 meses	2,0
	Exerce(m) ou exerceu(ram) atribuições em desenvolvimento de projeto em área afim pelo prazo acima de	3,0
Comprovar tempo de exercício de cada um dos profissionais, apresentados acima, por meio de documentos hábeis.	24 meses completos	
	Exerce(m) ou exerceu(ram) atribuições em desenvolvimento de projeto em área afim pelo prazo mínimo de 36 meses	4,0
	Exerce(m) ou exerceu(ram) atribuições em desenvolvimento de projeto em área afim pelo prazo mínimo de 48 meses	5,0
Experiência Profissional I	Subtotal de pontos-máximo	14,0
Somatória da Formação + Experiência = Nota de Titulação dos Responsáveis Técnicos	Total Máximo	20,0

Nota: os currículos e comprovantes de titulação dos responsáveis técnicos (preferencialmente no formato lattes/cnpq)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

QUADRO - CRITÉRIO C 4 – EXPERIÊNCIA EM GESTÃO HOSPITALAR/URGÊNCIA E EMERGÊNCIA/AMBULATORIAL

QUESITO	CRITÉRIO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
EXPERIÊNCIA ANTERIOR EM GESTÃO	Experiência em GESTÃO DE UNIDADES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, com perfil semelhante assim entendido como unidade hospitalar ou unidade de pronto atendimento	7,5 pontos
	Experiência de 02 anos em GESTÃO DE UNIDADES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, com perfil semelhante, assim entendido como unidade hospitalar ou unidade de pronto atendimento.	7,5 pontos
	Experiência, em GESTÃO DE UNIDADES AMBULATORIAIS, com perfil semelhante ao descrito neste EDITAL e seus ANEXOS.	5,0 pontos
SOMATÓRIA DA EXPERIÊNCIA	Total Máximo	20,0

G. CRITÉRIOS PARA A DESCLASSIFICAÇÃO:

Serão desclassificadas as propostas nas seguintes hipóteses:

- a) Quando não atenderem às exigências constantes deste Edital e de seus Anexos;
- b) Quando contiverem estimativa de despesas para custeio do serviço com valores manifestamente inexeqüíveis.

H. CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:

No julgamento da Pontuação Técnica para a definição da Nota Técnica (NT) será considerado o somatório dos resultados obtidos por cada um dos critérios de avaliação.

$$NT = C1 + C2 + C3 + C4$$

O Julgamento da Proposta Técnica será definido através do ITP (Índice Técnico da Proposta), que consistirá no resultado da apuração obtida na Nota Técnica (NT), dividida pela pontuação Maior de Nota Técnica (MNT) dentre todas as propostas:

$$ITP = \frac{NT}{MNT} \times 10$$

MNT



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Aquelas, cuja **ITP seja inferior a 50%** do total de pontos previstos serão desclassificadas, independentemente dos valores apresentados em suas PROPOSTAS FINANCEIRAS.

No julgamento das Propostas para a definição da **Nota de Preço (NP)**, serão avaliados os Preços Propostos (PP) pelos participantes da seleção, em relação à Proposta de Menor Preço (MP), conforme fórmula a seguir:

$$\text{NP} = \text{MP} \times 10$$

PP

A **Classificação Final (CF)** das propostas far-se-á pela média ponderada da **Nota Final da Proposta Técnica – NFPTec e Nota de Preço (NP)**, mediante a aplicação da seguinte fórmula com os respectivos pesos:

PROPOSTA TÉCNICA: PESO = 70

PROPOSTA DE PREÇOS: PESO = 30

$$\text{CF} = ((\text{ITP} \times 70) + (\text{NP} \times 30))$$

100

Onde:

ITP = Índice Técnico da Proposta

NP = Nota de Preço

Será declarada como vencedora do CHAMAMENTO PÚBLICO de que trata este Edital a entidade cuja Classificação Final (CF) seja a maior dentre as demais.

L. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

Na hipótese da ocorrência de empate na Classificação Final de um ou mais proponentes, os critérios de desempate, aplicados sucessivamente, serão os seguintes:

A maior pontuação obtida através da soma dos pontos atribuídos aos CRITÉRIOS C1 + C2 ;

Persistindo o empate, a maior pontuação para o CRITÉRIO C3;

a) Persistindo o empate, a maior pontuação para o CRITÉRIO C4;

b) Ainda em caso de empate, a Proposta Econômica com o menor valor.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO G - RELAÇÃO DE PATRIMÔNIO

UNIDADE: P S CCORREDOR			
	INVENTÁRIO FÍSICO PERIÓDICO:		
Nº PATRIMÔNIO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR	OBSERVAÇÃO
	Longarina 4 lugares		
	Suporte TV		

UNIDADE: P S C Cozinha			
	INVENTÁRIO FÍSICO PERIÓDICO:		
Nº PATRIMÔNIO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR	OBSERVAÇÃO
			O
	Geladeira Consul 280 L		
	Bebedouro garrafão		

UNIDADE: P S CRH			
	INVENTÁRIO FÍSICO PERIÓDICO:		
Nº PATRIMÔNIO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR	OBSERVAÇÃO
	Ar cond. LG		
59379	Cadeira preta fixa		
	Geladeira Eletro Lux 280		
	Estante de aço 6 prateleiras		
	Mesa de ferro de 1 gav.		
103988 PMSG	Estabilizador		S/uso
	Impressora		S/uso
	CPUS		S/uso
	Arquivo mesa		S/uso
	Impressora HP		
59388	Monitor HP		
	Quadro de aviso		

UNIDADE: PS Central			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Star Enfermagem	INVENTÁRIO FÍSICO PERIÓDICO: 2014		
Nº PATRIMÔNIO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR	OBSERVAÇÃO
	Armário 2 portas		
	TV Samsung		

UNIDADE:			
Faturamento			
PS Central			
	INVENTÁRIO FÍSICO PERIÓDICO:		
Nº PATRIMÔNIO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR	OBSERVAÇÃO
	Frigobar		
	Armário pequena, 1 gaveta, 1 porta		
	Mesa madeira 3 gavetas		
	Cadeira preta fixa		
	CPV.		S/ uso
	No blak		S/ uso
	Armário 2 portas		
	Cabine verde		Doação
53901	Armário 1 gaveta, 1 porta		
	Mesa madeira 3 gavetas		
6054	Ar cond. Central		

UNIDADE:			
STAR ENFERMAGEM			
PS Central			
	INVENTÁRIO FÍSICO PERIÓDICO:		
Nº PATRIMÔNIO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR	OBSERVAÇÃO
	Geladeira Eletrolux dc 35		
	Escada 02 degraus		
132451 PMSG	Mesa 2 gav. Aço		
	Beliche		
	Beliche		
	Beliche		



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: PS Central		ENFERMAGEM	
		INVENTÁRIO FÍSICO PERIÓDICO:	
Nº PATRIMÔNIO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR	OBSERVAÇÃO
	Quadro cortiça GR		
	Quadro cortiça PQ		
7298	Mesa madeira 3 gav.		
	Cadeira fixa bege		
	Cadeira fixa verde	3	
	Estante de 6 prateleiras		
	Mesa de computador		
	CPU		
	Monitor Braview		
	Mesa cinza nova 2 gav.		
	Geladeira Consul 230		
	Suporte soro		
	Mesa cabeceira 1 gav.		
	Retroprojektor		
	Ap. telefone		
	Ar cond. Elgm. 21000 BTVS		
	Cadeira fixa preta		
	Armário 8 portas bege		
	Extintor PQS		
	Extintor AP		

UNIDADE:		FATURAMENTO	
PS Central			
		INVENTÁRIO FÍSICO PERIÓDICO:	
Nº PATRIMÔNIO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR	OBSERVAÇÃO
07502 PMSG	Cadeira preta giratória		
132523	Cadeira preta fixa		
132490	Cadeira preta fixa		
132492	Cadeira preta fixa		
	Cadeira preta fixa		
	Cadeira preta fixa		



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

9194	Mesa de comp.		
05145 FMS	Mesa comp.de madeira		
053456 FMS	Monitor LG		
	CPU neo PC		
103977 PMSG	Estabilizador		
103985 PMSG	Estabilizador		
	Monitor Braview		
	CPU Samsung		
	Monitor LG		
	Mesa de madeira c/ 2 gavetas		
511093	CPU Samsung		
25633 PMSG	Mesa comp. de madeira		

UNIDADE: P S C RH			
INVENTÁRIO FÍSICO PERIÓDICO:			
Nº PATRIMÔNIO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR	OBSERVAÇÃO
5134 FMS	Mesa madeira 3 gavetas		
4206 FMS	Mesa madeira 3 gavetas		
132527	Cadeira preta fixa		
85237	Mesa de computador		
	Cadeira verde		Doação
59378	Cadeira preta		
	Mesa de madeira c/2 gav.		
2810	Arquivo de 4 gav.		
	Mesa de computado		Nova
	Armarinho c/2 porta		
	Cadeira giratória preta		
155566 PMSG	Impressora Samsung		
59387	Monitor		



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO H – LEI MUNICIPAL Nº. 370/2011

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais.

Considerando o disposto no artigo 30, inciso I da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

Considerando que é objetivo da Administração Municipal prestar um serviço de qualidade na defesa do interesse público e do bem comum com o fito de se garantir os direitos fundamentais dos cidadãos insculpidos no Lex Fundamentallis; Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I

DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

SEÇÃO I

DA QUALIFICAÇÃO

Art. 1º O Poder Executivo poderá qualificar como Organizações Sociais as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura, à saúde e ao esporte, atendidos aos requisitos previstos nesta Lei.

§ 1º As Organizações Sociais cujas atividades sejam dirigidas ao ensino poderão atuar exclusivamente em creches e no reforço escolar.

§ 2º As Organizações Sociais cujas atividades sejam dirigidas à saúde poderão atuar exclusivamente em unidades de saúde, nos Hospitais Municipais e nos equipamentos destinados ao Programa de Saúde da Família.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

§ 3º Os contratos de gestão de que trata esta Lei serão submetidos ao controle externo da Câmara dos Vereadores, que o exercerá com o auxílio do Tribunal de Contas, ficando o controle interno a cargo do Poder Executivo.

§ 4º O Poder Executivo poderá qualificar como Organizações Sociais as pessoas jurídicas que já obtiveram tal qualificação perante outros Entes Públicos, observados os requisitos desta lei.

Art. 2º São requisitos específicos para que as entidades privadas referidas no artigo anterior habilitem-se à qualificação como Organização Social:

I - comprovar o registro de seu ato constitutivo, dispondo sobre:

- a) natureza social de seus objetivos relativos à respectiva área de atuação;
- b) finalidade não-lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;
- c) previsão expressa de ter a entidade, como órgãos de deliberação superior e de direção, respectivamente, um Conselho de Administração e uma Diretoria, definidos nos termos do Estatuto, assegurado àquele composição e atribuições normativas e de controle básicos previstos nesta Lei;
- d) previsão de participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de membros da comunidade, de notória capacidade profissional e idoneidade moral;
- e) composição e atribuições da Diretoria da entidade;
- f) obrigatoriedade de publicação anual, no órgão oficial de comunicação do Município, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão com o Município;
- g) em caso de associação civil, a aceitação de novos associados, na forma do Estatuto;
- h) proibição de distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

i) previsão de incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extinção ou desqualificação da entidade, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Município da mesma área de atuação, ou ao patrimônio do Município, na proporção dos recursos e bens por este alocados;

j) comprovação dos requisitos legais para constituição de pessoa jurídica; II - ter sede ou filial localizada no Município de São Gonçalo;

III - estar constituída há pelo menos dois anos no pleno exercício das atividades citadas no caput do art. 1º desta Lei:

IV - comprovar a presença, em seu quadro de pessoal, de profissionais com formação específica para a gestão das atividades a serem desenvolvidas, notória competência e experiência comprovada na área de atuação; e

V - ter a entidade recebido aprovação em parecer favorável, quanto ao preenchimento dos requisitos formais para sua qualificação como Organização Social, do Secretário Municipal da área correspondente.

§ 1º O Poder Público verificará, in loco, a existência e a adequação da sede ou filial da Organização Social, antes de firmar o contrato de gestão.

§ 2º As entidades qualificadas como Organizações Sociais serão incluídas em cadastro que será disponibilizado na rede pública de dados.

SEÇÃO II

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 3º O Conselho de Administração deve estar estruturado nos termos do respectivo Estatuto, observados, para os fins de atendimento dos requisitos de qualificação, os seguintes critérios básicos:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

I - ser composto por:

- a) cinquenta e cinco por cento no caso de associação civil, de membros eleitos dentre os membros ou os associados;
- b) trinta e cinco por cento de membros eleitos pelos demais integrantes do Conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral;
- c) dez por cento de membros eleitos pelos empregados da entidade.

II- os membros eleitos ou indicados para compor o Conselho terão mandato de quatro anos, admitida uma recondução, e não poderão ser:

- a) cônjuge, companheiro ou parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Subsecretários Municipais e Vereadores; e
- b) servidor público detentor de cargo comissionado ou função gratificada;

III - o primeiro mandato de metade dos membros eleitos ou indicados deve ser de dois anos, segundo critérios estabelecidos no Estatuto;

IV - o dirigente máximo da entidade deve participar das reuniões do Conselho, sem direito a voto;

V - o Conselho deve reunir-se ordinariamente, no mínimo, três vezes a cada ano, e extraordinariamente, a qualquer tempo;

VI - os conselheiros não receberão remuneração pelos serviços que, nesta condição, prestarem à Organização Social, ressalvada a ajuda de custo por reunião da qual participem;

VII - os conselheiros eleitos ou indicados para integrar a Diretoria da entidade devem renunciar ao assumirem correspondentes funções executivas.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 4º Para os fins de atendimento dos requisitos de qualificação, devem ser incluídas entre as atribuições privativas do Conselho de Administração:

- I - aprovar a proposta de contraio de gestão da entidade;
- II- aprovar a proposta de orçamento da entidade e o programa de investimentos;
- III - designar e dispensar os membros da Diretoria;
- IV - fixar a remuneração dos membros da Diretoria;
- V - aprovar o Estatuto, bem como suas alterações, e a extinção da entidade por maioria, no mínimo, de dois terços de seus membros;
- VI- aprovar o Regimento Interno da entidade, que deve dispor, no mínimo, sobre a estrutura, o gerenciamento, os cargos e as competências;
- VII - aprovar por maioria, no mínimo, de dois terços de seus membros, o regulamento próprio contendo os procedimentos que deve adotar para a contratação de obras e serviços, bem como para compras e alienações, e o plano de cargos, salários e benefícios dos empregados da entidade;
- VIII - aprovar e encaminhar, ao órgão supervisor da execução do contrato de gestão, os relatórios gerenciais e de atividades da entidade, elaborados pela Diretoria;
- IX- Fiscalizar o cumprimento das diretrizes e metas definidas e aprovar os demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais da entidade, com o auxílio de auditoria externa.

SEÇÃO III

DO CONTRATO DE GESTÃO

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, entende-se por contrato de gestão o instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como Organização Social, com vistas à formação de uma parceria entre as partes para fomento e execução de atividades relativas às áreas citadas no art. 1º desta Lei.

§ 1º A Organização Social da saúde deverá observar os princípios do Sistema Único de Saúde, expressos no art. 198 da Constituição Federal e no art. 7º da Lei nº 8080, de 19 de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

setembro de 1990.

§ 2º O processo de seleção das Organizações Sociais dar-se-á nos termos do art. 24, XXIV, da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, com processo de seleção devidamente regulamentado pelo Poder Executivo.

§ 3º Nas estimativas de custos e preços realizadas com vistas às contratações de que trata esta Lei serão observados, sempre que possível, os preços constantes do sistema de registro de preços, ou das tabelas constantes do sistema de custos existentes no âmbito da Administração Pública, desde que sejam mais favoráveis.

§ 4º O Poder Público Municipal dará publicidade:

I - da decisão de firmar cada contrato de gestão, indicando as atividades que deverão ser executadas;

II - das entidades que manifestarem interesse na celebração de cada contrato de gestão.

§ 5º É vedada a cessão total ou parcial do contrato de gestão pela Organização Social.

§ 6º Ficam excluídas do objeto dos Contratos de Gestão as escolas da rede pública municipal de ensino.

Art. 6º O contrato de gestão celebrado pelo Município, por intermédio da Secretaria Municipal competente conforme sua natureza e objeto, discriminará as atribuições, responsabilidades e obrigações do Poder Público e da entidade contratada e seu extrato será publicado no órgão oficial de comunicação do Município.

Parágrafo Único - O contrato de gestão deve ser submetido, após aprovação do Conselho de Administração, ao Secretário Municipal da área competente.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 7º Na elaboração do contrato de gestão devem ser observados os princípios gerais do art. 37 da Constituição Federal e, também, os seguintes preceitos:

- I - especificação do programa de trabalho proposto pela Organização Social, estipulação das metas a serem atingidas e respectivos prazos de execução bem como previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de qualidade e produtividade;
- II - estipulação dos limites e critérios para a despesa com a remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidas pelos dirigentes e empregados das Organizações Sociais, no exercício de suas funções;
- III - atendimento à disposição do § 2º do art. 5º desta Lei;
- IV - atendimento exclusivo aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, no caso das Organizações Sociais da Saúde.

Parágrafo Único - O Secretário Municipal da pasta competente deverá definir as demais cláusulas necessárias dos contratos de gestão de que for signatário.

SEÇÃO IV

DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO

Art. 8º A execução do contrato de gestão celebrado por Organização Social será fiscalizada pelo Secretário Municipal das áreas correspondentes.

§ 1º O contrato de gestão deve prever a possibilidade de o Poder Público requerer a apresentação pela entidade qualificada, ao término de cada exercício ou a qualquer momento, conforme recomende o interesse público, de relatório pertinente à execução do contrato de gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado da prestação de contas correspondente ao



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

exercício financeiro, assim como suas publicações no órgão oficial de comunicação do Município.

§ 2º Os resultados atingidos com a execução do contrato de gestão serão analisados, periodicamente, por comissão de avaliação indicada pelo Secretário Municipal competente, composta por profissionais de notória especialização, que emitirão relatório conclusivo, a ser encaminhado àquela autoridade e aos órgãos de controles interno e externo.

Art. 9º Os responsáveis pela fiscalização da execução do contrato de gestão, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública por Organização Social, dela darão ciência à Procuradoria Geral do Município, ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público, para as providências relativas aos respectivos âmbitos de atuação, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 10 - Qualquer cidadão, partido político, associação ou entidade sindical é parte legítima para denunciar irregularidades cometidas pelas Organizações Sociais à Administração Municipal, ao Tribunal de Contas ou à Câmara Municipal.

Art. 11 - O balanço e demais prestações de contas da Organização Social devem, necessariamente, ser publicados no órgão oficial de comunicação do Município e analisados pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

SEÇÃO V

DO FOMENTO ÀS ATIVIDADES SOCIAIS

Art. 12 - As Organizações Sociais serão destinados recursos orçamentários e eventualmente, bens públicos necessários ao cumprimento do contrato de gestão.

§ 1º Ficam assegurados às Organizações Sociais os créditos previstos no orçamento e as respectivas liberações financeiras, de acordo com o cronograma de desembolso previsto



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

no contrato de gestão.

§ 2º Poderá ser adicionada aos créditos orçamentários destinados ao custeio do contrato de gestão, parcela de recursos para fins do disposto nesta Lei, desde que haja justificativa expressa da necessidade pela Organização Social.

§ 3º Os bens de que trata este artigo serão destinados às Organizações Sociais, consoante cláusula expressa do contrato de gestão.

Art. 13 - Os bens móveis públicos permitidos para uso poderão ser substituídos por outros de igual ou maior valor, condicionado a que os novos bens integrem o patrimônio do Município.

Parágrafo Único - A permuta de que trata o caput dependerá de prévia avaliação do bem e expressa autorização do Prefeito.

Art. 14 - Fica facultada ao Poder Executivo a cessão especial do servidor para as Organizações Sociais, com ônus para origem, durante a vigência do contrato de gestão.

§ 1º Não será incorporada aos vencimentos ou à remuneração de origem do servidor cedido qualquer vantagem pecuniária que vier a ser paga pela Organização Social.

§ 2º Não será permitido o pagamento de vantagem pecuniária permanente por Organização Social a servidor cedido com recursos provenientes do contrato de gestão, ressalvada a hipótese de adicional relativo ao exercício de função temporária de direção e assessoria.

Art. 15 - São extensíveis, no âmbito do Município, os efeitos dos arts. 12, 13 e 14 desta Lei para as entidades qualificadas como Organizações Sociais pela União, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, quando houver reciprocidade e desde que a legislação local não contrarie as normas gerais emanadas da União, bem como os da legislação



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

específica de âmbito estadual.

SEÇÃO VI

DA DESQUALIFICAÇÃO

Art. 16 - O Poder Executivo poderá proceder à desqualificação da entidade como Organização Social quando verificado o descumprimento das disposições contidas no contrato de gestão.

§ 1º A desqualificação será precedida de processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa, respondendo os dirigentes da Organização Social, individual e solidariamente, pelos danos ou prejuízos decorrentes de sua ação ou omissão.

§ 2º A desqualificação importará reversão dos bens permitidos e do saldo remanescente dos recursos financeiros entregues à utilização da Organização Social, sem prejuízo das sanções contratuais penais e civis aplicáveis à espécie.

Capítulo II

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 17 - A Organização Social fará publicar na imprensa e no órgão oficial de comunicação do Município, no prazo máximo de noventa dias contados da assinatura do contrato de gestão, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de serviços e obras necessários à execução do contrato de gestão, bem como para compras com emprego de recursos provenientes do Poder Público.

Art. 18 - Os Conselheiros e Diretores das Organizações Sociais, não poderão exercer outra atividade remunerada com ou sem vínculo empregatício, na mesma entidade.

Art. 19 - Nas hipóteses de a entidade pleiteante da habilitação como Organização Social existir há mais de cinco anos, contados da data da publicação desta



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Lei fica estipulado o prazo de dois anos para adaptação das normas do respectivo Estatuto ao disposto no art. 3º, incisos I a IV, desta Lei.

Art. 20 - Os requisitos específicos de qualificação das Organizações Sociais serão estabelecidos em Decreto do Poder Executivo, a ser editado no prazo de sessenta dias a contar da publicação desta Lei.

Art. 21 - Todas as publicações feitas no órgão oficial de comunicação do Município, determinadas nesta Lei, deverão também ser disponibilizadas na rede pública de dados.

Parágrafo Único - O Poder Executivo deverá disponibilizar na rede pública de dados relatório pertinente à execução do contrato de gestão, contendo comparativo específico das meias propostas com os resultados alcançados, incluindo a prestação de contas correspondente ao exercício financeiro.

Art. 22 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

APARECIDA PANISSET

Prefeita



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I – DECRETO MUNICIPAL Nº 008/2018

REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 370/2011, QUE DISPÕE SOBRE A QUALIFICAÇÃO DE ENTIDADES COMO ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas pelas Constituições Federal e do Estado do Rio de Janeiro, e pela Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Artigo 1º - Fica aprovado, na forma das normas anexas ao presente Decreto, o Regulamento Geral de Qualificação e Contratação das Organizações Sociais no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de São Gonçalo.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, e revoga o Decreto n.º 232/2015.

São Gonçalo, 17 de janeiro de 2018.

JOSÉ LUIZ NANJI

Prefeito

ANEXO ÚNICO

DISPÕE SOBRE O CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARA GERENCIAMENTO E EXECUÇÃO DE AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM UNIDADES DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO GONÇALO

CAPÍTULO I DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS SEÇÃO I DOS REQUISITOS PARA A QUALIFICAÇÃO

Artigo 1º - O pedido de qualificação como Organização Social será encaminhado ao Secretário Municipal de Saúde, por meio de requerimento escrito, acompanhado dos documentos que comprovem:

- I - ato constitutivo, devidamente registrado, dispondo sobre:
 - a) natureza social de seus objetivos relativos à respectiva área de atuação;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

- b) finalidade não lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;
 - c) previsão expressa de ter a entidade, como órgãos de deliberação superior e de direção, um Conselho de Administração e uma Diretoria, definidos nos termos do Estatuto, assegurado àquele composição e atribuições normativas e de controle básicos previstos nos artigos 3º e 4º da Lei Municipal nº 370/2011;
 - d) previsão de participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de membros da comunidade, de notória capacidade profissional e idoneidade moral;
 - e) composição e atribuições da diretoria da entidade;
 - f) obrigatoriedade de publicação anual, no Diário Oficial do Município, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão com o Município;
 - g) em caso de associação civil, a aceitação de novos associados, na forma do Estatuto;
 - h) proibição de distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade;
 - i) previsão de incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe forem destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extinção ou desqualificação da entidade, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Município da mesma área de atuação, ou ao patrimônio do Município, na proporção dos recursos e bens por este alocados.
- II – comprovar as exigências legais para constituição de pessoa jurídica;
- III – Declaração informando que até a assinatura do instrumento de Contrato de Gestão terá sede ou filial localizada no Município de São Gonçalo; IV-estar constituída e devidamente habilitada para o exercício pleno das atividades citadas no “caput” do art. 1º deste Decreto.
- V – comprovar a presença, em seu quadro de pessoal, de profissionais com formação específica para a gestão das atividades a serem desenvolvidas, notória competência e experiência comprovada na área de atuação.
- Parágrafo único. A entidade pleiteante deverá apresentar quando da apresentação do



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

pedido de qualificação, seu projeto de alteração do estatuto, na forma do art. 3º, incisos I a IV da Lei nº 370/2011; firmando compromisso pela alteração estatutária no prazo legal.

SEÇÃO II

DO PROCEDIMENTO PARA A QUALIFICAÇÃO

Artigo 2º - Fica instituída a Comissão Qualificadora de Organizações Sociais, que terá competência para decidir sobre os requerimentos de qualificação das organizações sociais no âmbito do Município.

§ 1º A Comissão será designada pelo Secretário Municipal de Saúde e Defesa Civil, a quem também caberá a função de presidente.

§ 2º A Comissão se reunirá regularmente em prazo não superior a trinta dias, salvo motivo justificado.

Artigo 3º - A Secretaria Municipal em cuja área de atuação se situar a atividade descrita no artigo 1º da Lei Municipal nº 370/2011, autuará o requerimento e emitirá parecer no prazo de até trinta dias da data do protocolo, quanto ao preenchimento dos requisitos formais para a qualificação.

Artigo 4º - O processo será submetido à Comissão, para análise e decisão quanto à qualificação.

§ 1º A decisão que deferir ou indeferir o pedido de qualificação deverá ser publicada no veículo de comunicação oficial do Município.

§ 2º No caso de deferimento do pedido, o processo será encaminhado para emissão de decreto de qualificação, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da publicação do respectivo despacho.

§ 3º Em caso de indeferimento, a Comissão fará publicar o despacho no Diário Oficial.

§ 4º O pedido de qualificação será indeferido caso a entidade:

- I - não se enquadre, quanto ao seu objeto social, nas áreas previstas no artigo 1º da Lei Municipal nº 370/2011;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

- II - não atenda aos requisitos estabelecidos nos artigos 2º, 3º e 4º da Lei Municipal nº 370/2011 e neste Regulamento;
- III - apresente a documentação discriminada no art. 2º da Lei Municipal nº 370/2011 e neste Regulamento de forma incompleta.

§ 5º Ocorrendo à hipótese prevista no inciso III do § 4º deste artigo, a comissão competente poderá conceder ao requerente o prazo de até 10 (dez) dias para a complementação dos documentos exigidos.

§ 6º As entidades qualificadas como Organizações Sociais serão incluídas em cadastro do Município.

§ 7º A pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, cujo pedido for indeferido, poderá requerer novamente a qualificação, a qualquer tempo, desde que atendidas às normas constantes da Lei Municipal nº 370/2011, bem como deste Decreto.

Artigo 5º - Qualquer alteração da finalidade ou do regime de funcionamento da organização, que implique mudança das condições que instruíram sua qualificação, deverá ser comunicada, com a devida justificação, imediatamente, à Secretaria Municipal competente na respectiva área de atuação, sob pena de cancelamento da qualificação, publicado no Diário Oficial do Município.

Artigo 6º - As entidades que forem qualificadas como Organizações Sociais serão consideradas aptas a assinar contrato de gestão com o Poder Público Municipal e a absorver a gestão e execução de atividades e serviços públicos e de interesse público nos termos da Lei Municipal nº 370/2011, somente mediante celebração de contrato de gestão.

CAPÍTULO II

DO CONTRATO DE GESTÃO SEÇÃO I

DAS CLÁUSULAS NECESSÁRIAS DO CONTRATO DE GESTÃO

Artigo 7º - O contrato de gestão celebrado pelo Município, por intermédio da Secretaria Municipal competente, discriminará as atribuições, responsabilidades e obrigações do Poder Público e da entidade contratada, conforme sua natureza e objeto e terá seu extrato publicado no Diário Oficial do Município.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Parágrafo Único - Poderá figurar como interveniente no contrato de gestão entidade integrante da administração indireta do município.

Artigo 8º - Na elaboração do contrato de gestão devem ser observados os seguintes preceitos:

- I - especificação do programa de trabalho, estipulação das metas a serem atingidas e respectivos prazos de execução, bem como previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de qualidade e produtividade;
- II - estipulação dos limites e critérios para a despesa com a remuneração e vantagens de qualquer natureza que vierem a ser percebidas por dirigentes e empregados das Organizações Sociais, no exercício de suas funções;
- III – disponibilidade permanente de documentação para auditoria do Poder Público;
- IV - atendimento à disposição do § 2º do artigo 5º da Lei Municipal nº 370/2011;
- V – vedação à cessão total ou parcial do contrato de gestão pela Organização Social;
- VI - atendimento exclusivo aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS; VII – o prazo de vigência do contrato, que deverá ser de até 60 (sessenta) meses, observando sempre o cumprimento das metas estabelecidas, com o percentual mínimo de 70% (setenta por cento) das metas definidas para o período anterior;
- VIII - o orçamento, o cronograma de desembolso e as fontes de receita para a sua execução;
- IX – estipulação da política de preços a ser praticada para execução das atividades objeto do contrato de gestão;
- X – vinculação dos repasses financeiros que forem realizados pelo Poder Público ao cumprimento das metas pactuadas no contrato de gestão;
- XI - discriminação dos bens públicos cujo uso será permitido à Organização Social quando houver;
- XII – em caso de rescisão do contrato de gestão, o patrimônio, os legados ou as doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extinção ou desqualificação da



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

entidade, reverterão ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Município, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio do Município, na proporção dos recursos e bens por este alocados. Parágrafo Único - O Secretário Municipal competente deverá definir as demais cláusulas necessárias dos contratos de gestão de que for signatário, atendidas as especificidades da área de atuação objeto de fomento, podendo exigir, inclusive, a apresentação de demonstrações contábeis e financeiras auditadas por auditores independentes.

SEÇÃO II

DA CONVOCAÇÃO PÚBLICA

Artigo 9º - A formalização do contrato de gestão será precedida necessariamente da publicação, no Diário Oficial do Município, de Convocação Pública para Parcerias com Organizações Sociais, da qual constarão:

- I - objeto da (s) parceria (s) que a Secretaria competente pretende firmar, com a descrição sucinta das atividades que deverão ser executadas;
- II - indicação da data-limite para que as Organizações Sociais qualificadas manifestem expressamente seu interesse em firmar o contrato de gestão;
- III - metas e indicadores de gestão;
- IV - limite máximo de orçamento previsto para realização das atividades e serviços, observado o disposto no art. 5º

§ 3º da Lei Municipal nº 370/2011;

- V - critérios técnicos de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública;
- VI - prazo, local e forma para apresentação da proposta de trabalho;
- VII - designação da comissão de seleção; VIII - minuta do contrato de gestão.

Parágrafo Único - As minutas do edital de convocação e do contrato de gestão deverão ser previamente examinadas pela Procuradoria Geral do Município ou, se for o caso de convocação pública pertinente à área da saúde, à Procuradoria-Geral da Fundação Municipal de Saúde.

Artigo 10 - A proposta de trabalho apresentada pela entidade deverá conter os meios e os recursos necessários à prestação dos serviços a serem executados, e, ainda:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

- I - especificação do programa de trabalho proposto;
- II - especificação do orçamento detalhado e de fontes de receita;
- III - definição de metas e indicadores de gestão adequados à avaliação de desempenho e qualidade na prestação dos serviços e respectivos prazos de execução;
- IV - estipulação da política de preços a ser praticada, observado o disposto no art. 5º, §3º, da Lei Municipal nº 370/2011 ou atender ao Sistema de Registro de Preços ou tabelas existentes no município;
- V – percentual mínimo de trabalho voluntário.

Artigo 11 - A data-limite referida no inciso II do art. 9º não poderá ser inferior a quinze dias contados da data da publicação da Convocação Pública no Diário Oficial do Município.

Parágrafo Único - No dia seguinte à data-limite, deverá ser publicada em site oficial a relação das entidades que manifestarem interesse na celebração do contrato de gestão, quando houver.

Artigo 12 - Caso não haja manifestação de interesse por parte das Organizações Sociais regularmente qualifica- das, a Secretaria interessada em firmar a parceria poderá repetir o procedimento de convocação quantas vezes forem necessárias.

Artigo 13 - Na hipótese de uma única Organização Social manifestar interesse na formalização do contrato de gestão objeto da convocação, e desde que atendidas às exigências relativas à proposta de trabalho, o Poder Público poderá celebrar com essa entidade o contrato de gestão.

Artigo 14 - Em envelope próprio, além do certificado de qualificação, a Organização Social que houver manifestado tempestivamente seu interesse em firmar contrato com o Município, deverá apresentar comprovação:

- I - da regularidade jurídica;
- II - da boa situação econômico-financeira da entidade;
- III - da experiência técnica da entidade ou de seu corpo técnico para desempenho da atividade objeto do



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

contrato de gestão;

§ 1º A comprovação da boa situação financeira da entidade, prevista no inciso II deste artigo, far-se-á através do cálculo de índices contábeis usualmente aceitos.

§ 2º A exigência do inciso III deste artigo limitar-se-á à demonstração, pela entidade, de sua experiência técnica e gerencial na área relativa à atividade a ser executada, ou pela capacidade técnica do seu corpo dirigente e funcional, podendo ser exigido, conforme recomende o interesse público, e considerando a natureza dos serviços a serem executados e o tempo mínimo de experiência.

SUBSEÇÃO I COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO

Artigo 15 - A Comissão Especial de Seleção, instituída mediante portaria do Secretário competente, será composta por 03 (três) membros, sendo um deles designado como seu presidente.

Artigo 16 - Compete à Comissão Especial de Seleção:

- I - receber os documentos e programas de trabalho propostos no processo de seleção;
- II - analisar, julgar e classificar os programas de trabalho apresentados, em conformidade com as regras e critérios estabelecidos no edital, bem como declarar a Organização Social vencedora do processo de seleção;
- III - julgar os requerimentos apresentados no âmbito do processo de seleção e processar os recursos;
- IV - dirimir ou esclarecer eventuais dúvidas ou omissões.

SUBSEÇÃO II

JULGAMENTO DOS PROGRAMAS DE TRABALHO

Artigo 17 - No julgamento dos programas de trabalho propostos, serão observados os critérios definidos no edital, conforme índices de pontuação expressamente determinados, cuja soma equivalha à nota dez.

Parágrafo Único – Será considerado vencedor do processo de seleção o programa de trabalho proposto que obtiver a maior pontuação na avaliação, assim considerada a média



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

aritmética das notas lançadas por cada um dos membros da Comissão de Seleção em relação a cada um dos critérios definidos no edital, ao qual deverá ficar objetivamente vinculada.

Artigo 18 - O resultado do julgamento declarando a Organização Social vencedora do processo de seleção será proferido dentro do prazo estabelecido no edital e publicado no Diário Oficial do Município.

Artigo 19 - Decorridos os prazos sem a interposição de recursos ou após o seu julgamento, a Organização Social vencedora será considerada apta a celebrar o contrato de gestão.

Parágrafo único - Os recursos serão interpostos no prazo de 3 dias após a divulgação de que trata o Art. 18.

SUBSEÇÃO III

FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO

Artigo 20 - Havendo ou não prévio processo seletivo, antes da assinatura do respectivo instrumento, o contrato de gestão deverá ser aprovado, em sua redação final:

- I - pelo titular da Secretaria da respectiva área de atuação;
- II - pelo Conselho de Administração da Organização Social, ou órgão equivalente no caso do conselho ainda não tiver sido constituído.

Artigo 21 - A Secretaria competente providenciará a publicação do extrato do contrato de gestão, após sua assinatura, no Diário Oficial, e o disponibilizará no Portal da Prefeitura na Internet.

Parágrafo único - A Secretaria competente deverá, ainda, disponibilizar, por meio eletrônico, as metas e os indicadores de desempenho pactuados, devidamente atualizados no Portal da Prefeitura na Internet.

CAPÍTULO III



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO

Artigo 22 - A execução do contrato de gestão celebra- do por Organização Social será fiscalizada pelo Secretário Municipal das áreas fomentadas correspondentes, com o auxílio de Comissão de Avaliação especialmente designada para este fim.

§ 1º O contrato de gestão deve prever a possibilidade de o Poder Público requerer a apresentação, pela entidade qualificada, ao término de cada exercício ou a qualquer momento, conforme recomende o interesse público, de relatório pertinente à execução do contrato de gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado da prestação de contas correspondente ao exercício financeiro, assim como suas publicações no Diário Oficial do Município.

§ 2º Os resultados atingidos com a execução do contrato de gestão serão analisados, periodicamente, por Comissão de Avaliação indicada pelo Secretário Municipal, composta por profissionais de notória especialização, que emitirão relatório conclusivo, a ser encaminhado àquela autoridade e aos órgãos de controle interno e externo.

Artigo 23 - Os responsáveis pela fiscalização da execução do contrato de gestão, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública por Organização Social, dela darão ciência à Procuradoria Geral do Município, Controlado- ria Geral, Tribunal de Contas do Estado e ao Ministério Público, para as providências relativas aos respectivos âmbitos de atuação, sob pena, de responsabilidade solidária.

Artigo 24 - Qualquer cidadão, partido político, associação ou entidade sindical é parte legítima para denunciar irregularidades cometidas pelas Organizações Sociais à Administração Municipal, ao Tribunal de Contas Estadual ou à Câmara Municipal.

CAPÍTULO IV

DO FOMENTO ÀS ATIVIDADES SOCIAIS SEÇÃO I REPASSE DE RECURSOS

Artigo 25 - Às Organizações Sociais serão destinados recursos orçamentários e, eventualmente, a cessão especial de servidor ou bens públicos necessários ao



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

cumprimento do contrato de gestão.

§ 1º Ficam assegurados às Organizações Sociais os créditos previstos no orçamento e as respectivas liberações financeiras, de acordo com o cronograma de desembolso previsto no contrato de gestão.

§ 2º Poderá ser adicionada aos créditos orçamentários destinados ao custeio do contrato de gestão, parcela de recursos para fins do disposto neste Decreto, desde que haja justificativa expressa da necessidade pela Organização Social, mediante termo aditivo ao contrato que contemple o aumento proporcional da atividade fomentada.

Artigo 26 - As Organizações Sociais poderão captar, com responsabilidade própria, recursos privados para a execução dos contratos de gestão.

SEÇÃO II

PERMISSÃO DE USO DE BENS PÚBLICOS

Artigo 27 - Os bens públicos permitidos para uso vinculado ao contrato de gestão poderão ser substituídos por outros de igual ou maior valor, condicionado a que os novos bens integrem o patrimônio do Município.

Parágrafo único - A permuta de que trata o "caput" dependerá de prévia avaliação do bem e expressa autorização do Prefeito.

Artigo 28 - Não poderão ser objeto de permissão de uso para fins de execução dos serviços objeto de contrato de gestão as escolas da rede pública municipal de ensino.

§ 1º Os bens móveis e imóveis objeto da permissão de uso de que trata o "caput" deste artigo deverão ser previamente inventariados e relacionados circunstanciadamente em anexo integrante do contrato de gestão.

§ 2º As condições para permissão de uso serão aquelas especificadas no contrato de gestão.

Artigo 29 - Fica facultada a extensão, no âmbito do Município, os efeitos dos artigos 12, 13 e 14 da Lei Municipal nº 370/2011, para as entidades qualificadas como Organizações



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Sociais pela União, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, quando houver reciprocidade e desde que a legislação local não contrarie as normas gerais emanadas da União, bem como os da legislação específica de âmbito estadual.

CAPÍTULO V

DA DESQUALIFICAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Artigo 30 - As Secretarias Municipais competentes nas áreas de atuação referidas no art. 1º da Lei Municipal nº370/2011, iniciarão o procedimento para desqualificação da Organização Social, nas hipóteses elencadas neste Decreto.

Artigo 31 - A desqualificação ocorrerá quando a entidade:

- I – deixar de preencher os requisitos que originaria- mente deram ensejo à sua qualificação;
- II – não adaptar, no prazo legal, seu estatuto às exigências dos incisos I a IV do art. 3º da Lei Municipal nº 370/2011;
- III - dispuser de forma irregular dos recursos, bens ou servidores públicos que lhe forem destinados;
- IV - descumprir as normas estabelecidas na Lei Municipal nº 370/2011, neste Decreto ou na legislação municipal a qual deva ficar adstrita.

§ 1º A desqualificação será precedida de processo administrativo conduzido pela Comissão de Qualificação de Organizações Sociais, assegurado o direito de ampla defesa respondendo os dirigentes da Organização Social, individual e solidariamente, pelos danos ou prejuízos decorrentes de sua ação ou omissão.

§ 2º A perda da qualificação como Organização Social acarretará a imediata rescisão do contrato de gestão firmado com o Poder Público Municipal.

§ 3º A desqualificação importará a reversão dos bens cujo uso tenha sido permitido pelo Município e do saldo remanescente de recursos financeiros entregues à utilização da Organização Social, sem prejuízo das sanções contratuais, penais e civis aplicáveis.

CAPÍTULO VI



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 32 - A Organização Social fará publicar na imprensa e no Diário Oficial do Município, no prazo máximo de noventa dias contados da assinatura do contrato de gestão, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de serviços e obras necessários à execução do contrato de gestão, e ainda compras com emprego de recursos provenientes do Poder Público.

Artigo 33 - Os Conselheiros e Diretores das Organizações Sociais não poderão exercer outra atividade remunera- da, com ou sem vínculo empregatício, na mesma entidade.

Artigo 34 - Todas as publicações feitas no Diário Oficial do Município, determinadas na Lei Municipal nº 370/2011.

Parágrafo Único - O Poder Executivo deverá disponibilizar na rede pública de dados relatório pertinente à execução do contrato de gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, incluindo a prestação de contas correspondente ao exercício financeiro.

Artigo 35 - O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes, bem como pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo da execução do contrato de gestão, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do contrato de gestão pelo órgão interessado.

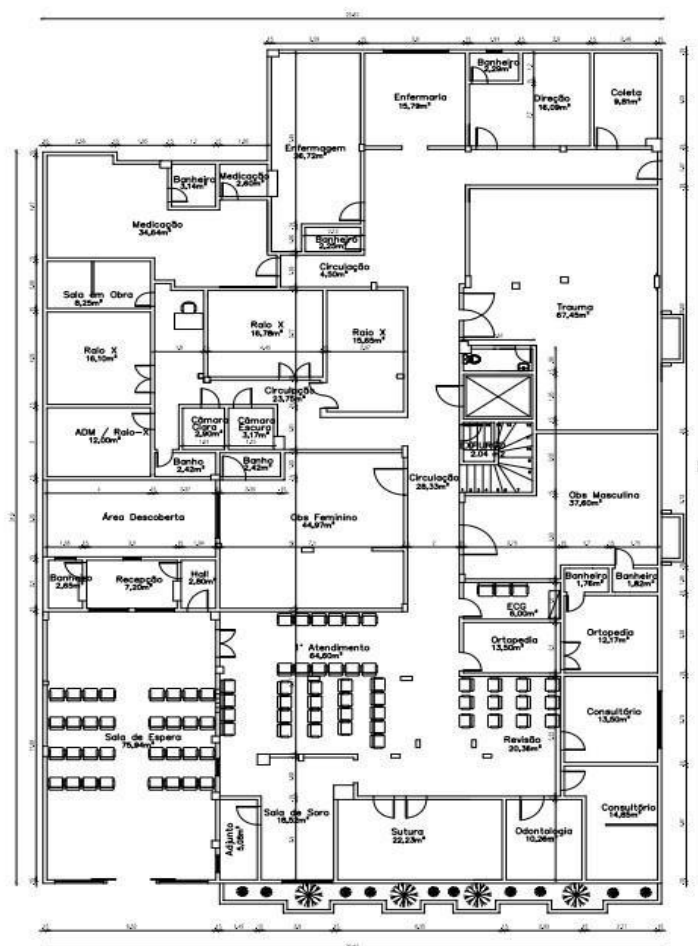
Artigo 36 - A seleção de pessoal, da mesma forma como a contratação de obras e serviços, deve ser posta em prática através de um procedimento objetivo e impessoal.

Artigo 37 - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

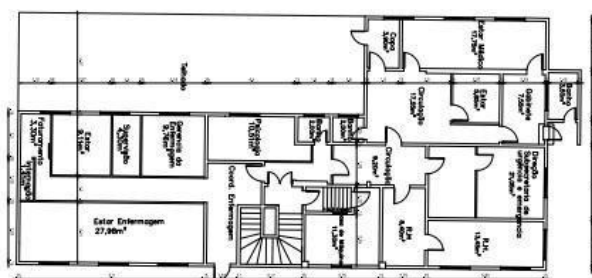


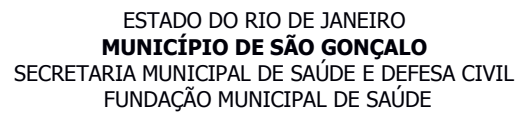
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

**ANEXO J – PLANTA BAIXA UNIDADE MUNICIPAL DE PRONTO ATENDIMENTO -
PRONTO-SOCORRO CENTRAL DR.º ARMANDO GOMES DE SÁ COUTO (PSC).**



1 PLANTA BAIXA - 1º ANDAR
ESC:







ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO II - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 001/2020

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

(em papel timbrado da Organização Social)

À Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo – FMS-SG
(Endereço)

Prezado Presidente,

Pela presente, fica credenciado(a) o(a) Sr(a).
_____, subscritor(a) da carteira de identidade n.º
_____, expedida pelo _____, para representar a Organização
Social _____, inscrita no Cadastro Nacional
de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o n.º _____, no
Chamamento Público n.º 001/2020, a ser realizada em __/__/2020, podendo
para tanto praticar todos os atos necessários, inclusive prestar
esclarecimentos, receber notificações, interpor recursos e manifestar-se sobre
a sua renúncia e eventual desistência.

Atenciosamente,

São Gonçalo, _____ de _____ de 2020.

REPRESENTANTE LEGAL DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

(Nome, cargo e carimbo da Organização Social)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO III - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 001/2020

MODELO DE DECLARAÇÃO/ATESTADO DE VISITA (MODELO)

(em papel timbrado da Organização Social)

(Nome da Organização Social)

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ n.º _____.

(endereço da Organização Social)

(nome completo e qualificação do representante legal da Organização Social),
DECLARO que o(a) Sr(a). (nome completo e qualificação do profissional
indicado da Organização Social), profissional indicado por essa Organização
Social, realizou visita para fins de vistoria técnica ao (local ou equipamento
visitado), acompanhado do respectivo responsável, tendo tomado ciência de
todas as condições locais para o cumprimento das obrigações inerentes ao
objeto da Chamamento Público n.º 001/2020, as quais serão consideradas
quando da elaboração da proposta que vier a ser apresentada.

São Gonçalo, _____ de _____ de 2020.

Agente Público

Profissional Indicado pela Organização Social



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO IV - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 001/2020

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE
FATO SUPERVENIENTE**

(em papel timbrado da Organização Social)

(Nome da Organização Social)

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

(endereço da Organização Social)

DECLARAMOS, sob as penalidades cabíveis, que não existe fato
superveniente ao cadastramento que possa impedir nossa habilitação.

São Gonçalo, _____ de _____ de 2020.

REPRESENTANTE LEGAL DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

(Nome, cargo e carimbo da Organização Social)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO V - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 001/2020

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO DE
PESSOA DA DIRETORIA DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL EM OUTRA
FUNDAÇÃO PRIVADA OU ASSOCIAÇÃO**

(em papel timbrado da Organização Social)

(Nome da Organização Social)

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

(endereço da Organização Social)

DECLARAMOS, sob as penalidades cabíveis, que em nossa Diretoria não há pessoa que participe de outra Fundação Privada ou e que não somos controlados por grupo de pessoas físicas ou jurídicas que controla outra Organização Social.

São Gonçalo, _____ de _____ de 2020.

REPRESENTANTE LEGAL DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

(Nome, cargo e carimbo da Organização Social)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO VI - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 001/2020

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A ORGANIZAÇÃO SOCIAL NÃO POSSUI EM SEUS QUADROS FUNCIONAIS, PROFISSIONAIS QUE TENHAM OCUPADO CARGO INTEGRANTE DOS 1º E 2º ESCALÕES DA ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL NOS ÚLTIMOS 12 MESES

(em papel timbrado da Organização Social)

(Nome da Organização Social)

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

(endereço da Organização Social)

DECLARAMOS, sob as penalidades cabíveis, que a Organização Social não possui quadros funcionais, profissionais que tenham ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da estrutura da administração pública municipal nos últimos 12 meses.

São Gonçalo, _____ de _____ de 2020.

REPRESENTANTE LEGAL DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

(Nome, cargo e carimbo da Organização Social)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO VII - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 001/2020

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A INSTITUIÇÃO NÃO POSSUI EM SUA DIRETORIA PESSOA QUE PARTICIPE DE OUTRA ORGANIZAÇÃO SOCIAL E DE QUE NÃO É CONTROLADA POR GRUPO DE PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS QUE CONTROLA OUTRA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

(em papel timbrado da Organização Social)

(Nome da Organização Social)

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

(endereço da Organização Social)

DECLARAMOS, sob as penalidades cabíveis, que a Organização Social não possui em sua diretoria pessoa que participe da diretoria de outra Organização Social e de que não é controlada por grupo de pessoas físicas ou jurídicas que controla outra organização social.

São Gonçalo, _____ de _____ de 2020.

REPRESENTANTE LEGAL DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

(Nome, cargo e carimbo da Organização Social)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO VIII - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 001/2020

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A INSTITUIÇÃO NÃO EMPREGA
MENOR DE DEZOITO ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU
INSALUBRE, E DE QUE NÃO EMPREGA MENOR DE DEZESSEIS ANOS**
(em papel timbrado da Organização Social)

(Nome da Organização Social)

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

(endereço da Organização Social)

DECLARAMOS, sob as penalidades lei, que a Organização Social não
emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e
de que não emprega menor de 16 (dezesseis) anos.

São Gonçalo, _____ de _____ de 2020.

REPRESENTANTE LEGAL DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

(Nome, cargo e carimbo da Organização Social)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
ANEXO IX - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º
001/2020

TERMO DE PERMISSÃO DE USO

**TERMO DE PERMISSÃO DE USO DO IMÓVEL
SITUADO À RUA _____ Nº. _____ NO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO, NESTE ESTADO E
DOS BENS MÓVEIS, QUE ENTRE SI CELEBRAM: 1)
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO
GONÇALO, COMO PERMITENTE, E
2) _____, COMO PERMISSIONÁRIO, NA
FORMA ABAIXO:**

Aos ____ dias do mês de _____ de 2020, a Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 39.260.120/0001-63, domiciliada à Av São Gonçalo, n.º 100, G2, Boa Vista – São Gonçalo/RJ, CEP 24466-315, doravante designado simplesmente **PERMITENTE**, neste ato representado pelo seu representante legal, Senhor(a) (nome), (nacionalidade), (profissão), (estado civil), subscritor(a) da cédula de identidade n.º _____, devidamente inscrito(a) sob o n.º _____, e, de outro lado a Organização Social (nome), pessoa jurídica de direito público privado, sem fins lucrativos, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º _____ CNES n.º _____, domiciliada à _____, doravante designado simplesmente **PERMISSIONÁRIA**, neste ato representado pelo seu representante legal, Senhor(a) (nome), (nacionalidade), (profissão), (estado civil), subscritor(a) da cédula de identidade n.º _____,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

devidamente inscrito(a) sob o n.º _____, é assinado o presente TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE IMÓVEL E DE BENS MÓVEIS a título precário, na forma do constante no procedimento administrativo n.º _____/_____ e que se regerá pelas seguintes normas: Lei Orgânica do Município de São Gonçalo, promulgada em 04 de abril de 1990, com suas atualizações e na forma do instrumento convocatório, aplicando-se a este Termo, irrestrita e incondicionalmente, suas disposições, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Constitui objeto desta permissão de uso o imóvel de propriedade do Município, localizado à Rua Praça Estephanea de Carvalho, S/N, Zé Garoto, São Gonçalo – RJ, e os bens móveis.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESTINAÇÃO DOS BENS

2.1 Os bens que terão o uso permitido através do presente instrumento destinar-se-ão, exclusivamente, à prestação de assistência à saúde de usuários do SUS, vedada a sua destinação para finalidade diversa, sob pena de rescisão de pleno direito do presente instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

3.1 A presente permissão de uso se rege pelo disposto na Lei Orgânica do Município de São Gonçalo, promulgada em 04 de abril de 1990, com suas atualizações, bem como pelas demais normas legais em vigor ou



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

que venham a ser posteriormente editadas sobre a utilização de imóveis do patrimônio municipal.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO

4.1 A presente permissão de uso será válida apenas enquanto estiver o em vigor o contrato de gestão, do qual é parte integrante.

CLÁUSULA QUINTA – DA CONSERVAÇÃO DOS BENS

5.1 Obriga-se o PERMISSIONÁRIO a conservar os bens que tiverem o uso permitido, mantendo-os permanentemente limpo e em bom estado de conservação, incumbindo-lhe, ainda, nas mesmas condições, a sua guarda, até a efetiva devolução.

CLÁUSULA SEXTA – DAS MONTAGENS, CONSTRUÇÕES, BENFEITORIAS

6.1 É vedado ao PERMISSIONÁRIO realizar construções ou benfeitorias, sejam estas de quaisquer naturezas, sem prévia e expressa autorização da PERMITENTE, devendo-se subordinar eventual montagem de equipamentos ou a realização de construções também às autorizações e aos licenciamentos específicos das autoridades estaduais e municipais competentes;

6.2 Finda a permissão de uso, reverterão automaticamente ao patrimônio do PERMITENTE, sem direito à indenização ou à retenção em favor do PERMISSIONÁRIO, todas as construções, benfeitorias, equipamentos



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

e/ou instalações existentes no imóvel, assegurado ao PERMITENTE, contudo, o direito de exigir a sua reposição à situação anterior e a indenização das perdas e danos que lhes venham a ser causadas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1 Obriga-se o PERMISSIONÁRIO a assegurar o acesso aos bens que tenham o uso permitido aos servidores da PERMITENTE, ou de quaisquer outras repartições estaduais, incumbidos de tarefas de fiscalização geral, ou em particular, da verificação do cumprimento das disposições do presente termo.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES PARA COM TERCEIROS

8.1 A PERMITENTE não será responsável por quaisquer compromissos ou obrigações assumidos pelo PERMISSIONÁRIO com terceiros, ainda que vinculados ou decorrentes do uso dos bens objeto deste termo. Da mesma forma, a PERMITENTE não será responsável, seja a que título for, por quaisquer danos ou indenizações a terceiros, em decorrência de atos do PERMISSIONÁRIO ou de seus empregados, visitantes, subordinados, prepostos ou contratantes.

CLÁUSULA NONA – DOS OUTROS ENCARGOS

9.1 O PERMISSIONÁRIO fica obrigado a pagar toda e qualquer despesa, tributos, tarifas, custas, emolumentos ou contribuições federais, estaduais



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

ou municipais, que decorram direta ou indiretamente deste termo ou da utilização dos bens e da atividade para a qual a presente permissão é outorgada, inclusive encargos previdenciários, trabalhistas e securitários, cabendo ao PERMISSIONÁRIO providenciar, especialmente, os alvarás e seguros obrigatórios e legalmente exigíveis;

9.1 O PERMISSIONÁRIO não terá direito a qualquer indenização por parte da PERMITENTE, no caso de denegação de licenciamento total ou parcial da atividade que se propõe a realizar no imóvel objeto deste termo.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESTRIÇÕES OUTRAS NO EXERCÍCIO DOS DIREITOS DESTA PERMISSÃO

10.1 O PERMISSIONÁRIO reconhece o caráter precário da presente permissão e obriga-se, por si, seus herdeiros e sucessores:

10.1.1 a restituir o imóvel e os bens móveis a PERMITENTE, nas condições previstas na cláusula 13, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado do recebimento do aviso que lhe for dirigido, sem que haja necessidade do envio de qualquer interpelação ou notificação judicial, sob pena de desocupação compulsória por via administrativa;

10.1.2 a não usar os bens senão na finalidade prevista na cláusula segunda deste termo;

10.1.3 a não ceder, transferir, arrendar ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, inclusive a seus eventuais sucessores, os bens



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

objeto desta permissão ou os direitos e obrigações dela decorrentes,
salvo com expressa e prévia decisão autorizativa da PERMITENTE
e assinatura de termo para tal finalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES DE DEVOLUÇÃO

11.1 Finda a qualquer tempo a permissão de uso deverá o PERMISSIONÁRIO restituir os bens em perfeitas condições de uso, conservação e habitabilidade;

11.2 Qualquer dano porventura causado aos bens que tiverem o uso permitido será indenizado pelo PERMISSIONÁRIO, podendo a PERMITENTE exigir a reposição das partes danificadas ao estado anterior ou o pagamento do valor correspondente ao prejuízo em dinheiro, como entender melhor atenda ao interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DEVOLUÇÃO DOS BENS

12.1 O PERMISSIONÁRIO ficará sujeito à multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do CONTRATO DE GESTÃO, se findada por qualquer das formas aqui previstas a permissão de uso e o PERMISSIONÁRIO não restituir os bens na data do seu termo ou sem a observância das condições em que o recebeu;

12.2 A multa incidirá até o dia em que os bens forem efetivamente restituídos ou retornem àquelas condições originais, seja por providências do PERMISSIONÁRIO, seja pela adoção de medidas por parte da PERMITENTE. Nesta última hipótese, ficará o PERMISSIONÁRIO também



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

responsável pelo pagamento de todas as despesas realizadas para tal finalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA REMOÇÃO DE BENS

13.1 Terminada a permissão de uso ou verificado o abandono do imóvel pelo PERMISSIONÁRIO, poderá a PERMITENTE promover a imediata remoção compulsória de quaisquer bens não incorporados ao seu patrimônio, que não tenham sido espontaneamente retirados do imóvel, sejam eles do PERMISSIONÁRIO ou de seus empregados, subordinados, prepostos, contratantes ou de terceiros.

13.1.1 Os bens anteriormente mencionados poderão ser removidos pela PERMITENTE para local de sua escolha, não ficando este responsável por qualquer dano que aos mesmos venham a ser causados, antes, durante ou depois da remoção compulsória, nem tampouco pela sua guarda, cujas despesas ficam a cargo do PERMISSIONÁRIO;

13.1.2 Se esses bens não forem retirados pelos respectivos proprietários, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias após a data de sua remoção, poderá a PERMITENTE, mediante decisão e a exclusivo critério do Senhor(a) Presidente do Permitente:

13.1.2.1 doá-los, em nome do PERMISSIONÁRIO, a qualquer instituição de beneficência ou, quando de valor inexpressivo, deles dispor livremente;

13.1.2.2 vendê-los, ainda em nome do PERMISSIONÁRIO,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

devendo, nessa hipótese, empregar a quantia recebida para o ressarcimento de qualquer débito do PERMISSIONÁRIO para com a PERMITENTE ou de despesas incorridas, depositando eventual saldo positivo, em nome do PERMISSIONÁRIO, na Secretaria Municipal de Fazenda. Para a prática dos atos supra-mencionados, concede o PERMISSIONÁRIO, neste ato, a PERMITENTE, poderes bastantes, com expressa dispensa da obrigação de prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO DE PLENO DIREITO

14.1 A presente permissão de uso estará rescindida de pleno direito com o término da vigência do Contrato de gestão.

14.1.1 Além do término do contrato de gestão, o descumprimento, pelo PERMISSIONÁRIO, de qualquer das obrigações assumidas dará a PERMITENTE o direito de considerar rescindida de pleno direito a presente permissão, mediante aviso com antecedência de 30 (trinta) dias;

14.1.2 Rescindida a permissão, a PERMITENTE, de pleno direito, se reintegrará na posse do imóvel e de todos os bens móveis afetados à permissão, oponível inclusive a eventuais cessionários e ocupantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS NOTIFICAÇÕES E INTIMAÇÕES

15.1 O PERMISSIONÁRIO será notificado das decisões ou dos despachos proferidos ou que lhe formulem exigências através de qualquer uma das seguintes formas:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.1.1 Publicação no Diário Oficial do Município, com a indicação do número do processo e nome do PERMISSIONÁRIO;

15.1.2 por via postal, mediante comunicação registrada e endereçada ao PERMISSIONÁRIO, com aviso de recebimento (A.R.);

15.1.3 pela ciência que do ato venha a ter o PERMISSIONÁRIO:

15.1.3.1 no processo, em razão de comparecimento espontâneo ou a chamado de repartição do MUNICÍPIO;

15.1.2.3 por meio do recebimento de auto de infração ou documento análogo.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – DO RITO PROCESSUAL

16.1 A cobrança de quaisquer quantias devidas a PERMITENTE e decorrentes do presente Termo, inclusive multas, far-se-á pelo processo de execução, mediante inscrição em Dívida Ativa, na forma da lei;

16.2 Por essa via a PERMITENTE poderá cobrar não apenas o principal devido, mas ainda juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, atualização monetária, multa contratual, fixada em 10% (dez por cento) do valor do débito, e honorários de advogado, pré-fixados estes em 20% (vinte por cento) do valor em cobrança, além das custas e despesas do processo.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES JURÍDICO-PESSOAIS

17.1 O PERMISSIONÁRIO apresenta, neste ato, toda a documentação legal comprovando o atendimento das condições jurídico-pessoais indispensáveis à lavratura deste Termo, que, lido e achado conforme, é rubricado e assinado pelas partes interessadas, pelas testemunhas e por mim que o lavrei.

São Gonçalo, _____ de _____ de 2020.

Fundação Municipal de Saúde

Organização Social

Testemunhas:

1. Nome: _____;

Identidade: _____;

CPF: _____;

Endereço: _____.

2. Nome: _____;

Identidade: _____;

CPF: _____;

Endereço: _____.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO X - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 001/2020

MINUTA DE CONTRATO DE GESTÃO

CONTRATO DE GESTÃO ENTRE A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO GONÇALO E A ORGANIZAÇÃO SOCIAL_____, COM VISTAS À GESTÃO, GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE NO ÂMBITO DO PRONTO-SOCORRO CENTRAL DR. ARMANDO GOMES DE SÁ COUTO (PSC)

Aos _____ dia do mês de _____ do ano de 2020, a **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO GONÇALO (FMS-SG)**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 39.260.120/0001-63, domiciliada à Av São Gonçalo, n.º 100, G2, Boa Vista, São Gonçalo – RJ, CEP 24466-315, neste ato representada por seu Presidente, (nome completo), (nacionalidade), (profissão), (estado civil), portador da carteira de identidade n.º ____– expedida pelo (órgão/UF), devidamente inscrito(a) no CPF sob o n.º _____, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a Organização Social_____, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º _____



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

_____, domiciliada à (endereço completo),
representada por (nome do representante legal da organização social),
(nacionalidade), (profissão), (estado civil), subscritor(a) da cédula de identidade
n.º _____ – expedida pelo (órgão/UF), devidamente
inscrito(a) no CPF sob o n.º _____, doravante
denominada **CONTRATADA**, nos autos do procedimento administrativo n.º

_____/_____, após Chamamento Público n.º 001/2020, homologado
por despacho do Presidente da Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo
(FMS-SG), datado de __/__/2020, publicado no DO em __/__/2020,
resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE GESTÃO**, que se regerá pelas
seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA– LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1.1 Este CONTRATO DE GESTÃO se rege por toda legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como integrante do presente termo, especialmente pela Lei Municipal n.º 370/2011, regulamentada pelo Decreto Municipal n.º 008/2018, pela Lei Federal n.º 8.080/1990, regulamentada pelo Decreto Federal n.º 7.508/2011; e, no que couber, pelas normas da Lei Federal n.º 8.666/1993 e suas alterações, pela Lei Complementar Federal n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições do Edital de Chamamento Público e de seus anexos, tais como o Projeto Básico, e o Programa de Trabalho da CONTRATADA e pelas disposições deste CONTRATO DE GESTÃO;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

1.2 A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em sujeitar-se incondicional e irrestritamente às suas prescrições, sistema de penalidades e demais regras nelas constantes ainda que não expressamente transcritas neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

21 O objeto deste contrato é a GESTÃO, GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE no âmbito do PRONTO-SOCORRO DR. ARMANDO GOMES DE SÁ COUTO (PSC), consoante com o Projeto Básico (Anexo I do Edital) e Programa de Trabalho da Organização Social (Anexo Técnico F), que fazem parte integrante do presente ajuste, e cronograma de desembolso previsto neste CONTRATO DE GESTÃO;

22 O presente objeto poderá sofrer alterações quantitativas e qualitativas, nos termos das regras previstas no Edital e de seus anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA – PROGRAMA DE TRABALHO, METAS E INDICADORES

3.1 O Projeto Básico e o Programa de Trabalho são partes integrantes do presente CONTRATO DE GESTÃO, contendo sua especificação, estipulação das metas a serem atingidas e respectivos prazos e regime de execução, bem como previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
qualidade e produtividade;

3.2 As metas físicas especificadas no Projeto Básico (Anexo I do Edital) poderão ter adequações no escopo pela administração pública de acordo com a disponibilidade orçamentária.

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO

4.1 O prazo inicial de vigência do Contrato de Gestão, decorrente do presente Chamamento Público, será de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura;

4.2 O prazo do Contrato de Gestão poderá ser prorrogado, na forma do artigo 57, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93, depois de demonstrada a consecução dos objetivos contratuais e das metas estabelecidas, mediante a aprovação da gestão pela Comissão Técnica de Fiscalização (CTF) e pela Autoridade Administrativa supervisora e, ainda, a indicação, garantia e aprovação dos recursos orçamentários necessários para as despesas.

4.3 O prelúdio da prestação de serviço se dará por meio de ordem de início.

CLÁUSULA QUINTA – RECURSOS FINANCEIROS

5.1 Para o cumprimento das metas e objetivos pactuados neste CONTRATO DE GESTÃO, a CONTRATANTE



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

repassará à CONTRATADA, na forma e nas condições do cronograma de desembolso, o valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) à título de investimento, sendo R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) pagos na data de assinatura do contrato de gestão, mediante as ações definidas pela Secretária de Saúde, e os R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) restantes pagos após a comprovação dos gastos do valor total da primeira parcela de investimento na unidade.

5.2 Ademais serão pagos a contratada o valor global de R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais), diluídos em parcelas mensais de R\$ 3.750.000,00 (três milhões setessentos e cinquenta mil reais), cuja despesa prevista para o presente exercício será atendida pela seguinte dotação orçamentária:

Programa de

Trabalho n.º

Natureza da

Despesa n.º

Fonte n.º

5.3 Os recursos repassados à CONTRATADA serão depositados em conta bancária vinculada ao _____, agência _____, conta corrente _____;

5.4 A movimentação dos recursos que forem repassados à CONTRATADA se dará em conta corrente específica e exclusiva, no (nome da instituição financeira) referida na



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

cláusula anterior, de modo que não sejam confundidos com os seus recursos de outra origem. Os respectivos extratos de movimentação mensal deverão ser encaminhados mensalmente à CONTRATANTE;

5.5 Os saldos do CONTRATO DE GESTÃO, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados:

5.5.1 em cadernetas de poupança se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês;

5.5.2 em fundos de curto prazo; e/ou

5.5.3 em operações com títulos públicos federais.

5.6 As aplicações financeiras nos produtos da cláusula anterior serão feitas sempre na mais vantajosa remuneração do capital, em conformidade com a adequação do prazo disponibilizado à aplicação, cotejada com sua taxa de retorno;

5.7 A liberação dos recursos se dará mensalmente, sendo a primeira parcela liberada no ato da assinatura do presente CONTRATO DE GESTÃO, obedecido o seguinte cronograma:

Estimativa de Valores Unitários, Matas Física e Cronograma de Desembolso

Itens de	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12	Total
Custeio													
A – Pessoal													
Salários													
Outras Formas de Contratações													



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Encargos													
Provisionamentos (13 Salário e Férias)													
Provisionamentos (Rescisão)													
Benefícios													
Outras (HE, AN e Insal)													
Total (A)													

B - Materiais e Medicamentos													
Medicamentos													
Materiais de Consumo													
Dieta Interal e Parainteral													
Outras (a especificar)													
Total (B)													

C - Área de Apoio													
Água e Esgoto													
Alimentação													
Coleta de Resíduos Hospitalares													
Energia Elétrica													
Exames Laboratoriais e de Imagem													
Hemodiálise													
Lavanderia													
Limpeza PJ													
Prest. Serviços - Apoio Adm.													
Segurança Patrimonial e Vigilância													
Seguros													
Telefone													

Transporte - Ambulância /Veículos													
Uniforme													
Manutenção Equip. Hosp.													
Manutenção Predial													
Outras (a especificar)													



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Total (C)													
------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

D - Gerenciais e Administrativas													
Assessoria Jurídica													
Auditorias Contábil, Fiscal e Financeira													
Contabilidade													
Educação Continuada													
Material de Escritório													
Tecnologia da Informação													
Outras (Rateio da OS)													

Total (D)													
------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Total do Custeio (a+b+c+d) = e													
---------------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

F - Itens de investimentos*													
Outras (a especificar)													

TOTAL GERAL DO CONTRATO DE GESTÃO = E+F	X.XX X.XX X,XX	X.XX X.XX X,XX	X.XX X.XX X,XX	X.XX X.XX X,XX	X.XX X.XX X,XX	X.XX X.XX X,XX	X.XX X.XX X,XX	X.XX X.XX X,XX	X.XX X.XX X,XX	X.XX X.XX X,XX	X.XX X.XX X,XX	X.XX X.XX X,XX	X.XXX. XXX,X X
--	----------------------	----------------------	----------------------	----------------------	----------------------	----------------------	----------------------	----------------------	----------------------	----------------------	----------------------	----------------------	----------------

5.8 As parcelas serão repassadas em estrita conformidade com o programa de trabalho aprovado, salvo autorização prévia da CONTRATADA, podendo ser retidas até o saneamento de impropriedades nas seguintes hipóteses:

5.8.1 Quando não tiver havido comprovação de boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida;

5.8.2 Quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos e atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

5.8.3 Nas demais hipóteses previstas neste CONTRATO DE GESTÃO.

5.9 Os valores correspondentes aos repasses financeiros estão vinculados ao cumprimento das metas pactuadas no programa de trabalho, cabendo à Comissão de Técnica de Fiscalização (CFT) verificar o percentual de atendimento das aludidas metas;

5.10 A CONTRATADA poderá captar, com responsabilidade própria, recursos privados para a execução deste CONTRATO DE GESTÃO, hipótese em que haverá redução equivalente dos repasses a serem realizados pela CONTRATANTE ou alteração do programa de trabalho para a formalização do incremento proporcional das metas em relação aos recursos obtidos. Ambas as situações dependem da celebração de termo aditivo;

5.11 Fica vedada a utilização dos repasses orçamentários destinados a este CONTRATO DE GESTÃO para o custeio de taxa de administração;

5.12 Os repasses orçamentários destinados ao pagamento de despesas de natureza administrativa e/ou gerenciamento não poderão ultrapassar o percentual de 6% (seis por cento) do valor global do CONTRATO DE GESTÃO, sendo vedada a utilização de tais recursos para o pagamento de despesas não atreladas ao objeto do presente CONTRATO DE GESTÃO. Tais despesas serão detalhadas no programa de trabalho e somente serão pagas se forem discriminadas, justificadas e



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
documentalmente comprovadas;

5.13 O montante de recursos orçamentários previstos e repassados à CONTRATADA a título de provisionamento deverá ser depositado em conta específica, preferencialmente em conta de poupança, que só poderá ser movimentada com prévia autorização da CONTRATANTE, ficando vedada a utilização desses recursos para custear despesas que não sejam oriundas de processos rescisórios ou de provisionamentos obrigatórios;

5.14 Fica facultado requerimento de ressarcimento previsto no artigo 32 da Lei Federal n.º 9.656/1998

CLÁUSULA SEXTA – REPASSES ORÇAMENTÁRIOS

6.1 Os repasses serão realizados de acordo com o cronograma de desembolso estabelecido na cláusula 5.7.

CLÁUSULA SÉTIMA – REPACTUAÇÃO

7.1 Por ocasião da prorrogação na forma da cláusula 4.2, em havendo interesse público que justifique o aumento do custo nominal do contrato de gestão e dotação orçamentária específica para esse fim, os repasses financeiros para consecução dos objetivos do contrato de gestão poderão ser reajustados;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

7.2 No caso das despesas e custos atrelados à mão de obra principal utilizada no objeto do contrato de gestão, deverá ser demonstrada de forma analítica a variação dos custos conforme acordo ou convenção coletiva de regência da categoria;

7.3 Em relação aos demais custos e despesas previstos no contrato de gestão, será observado como limite para reajuste a variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - Especial (IPCA-E) do IBGE;

7.4 Fica vedada a inclusão de benefícios não previstos no programa de trabalho, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva;

7.5 O pleito deverá ser apresentado por meio de planilha analítica, sendo submetida à análise da CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 Disponibilizar à CONTRATADA os meios necessários à execução do presente objeto, conforme previsto neste CONTRATO DE GESTÃO e em seus anexos.

8.2 Realizar o repasse de recursos na forma disposta no Projeto Básico, no Programa de Trabalho e na cláusula 5.7 deste CONTRATO DE GESTÃO;

8.3 Exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização e controle da execução do presente CONTRATO DE GESTÃO, bem como da aplicação dos recursos



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

repassados, na forma disposta no Projeto Básico, no programa de trabalho e neste CONTRATO DE GESTÃO.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Desenvolver em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde a implantação e/ou execução das atividades, objeto do presente CONTRATO DE GESTÃO, observando as condições e obrigações estabelecidas no Projeto Básico, no Programa de Trabalho e na legislação aplicável;

9.2 Adotar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução do objeto deste CONTRATO DE GESTÃO, inclusive as que possam afetar os serviços a cargo de eventuais concessionários;

9.3 Responsabilizar-se, civil e criminalmente, independentemente da adoção de eventuais medidas preventivas, pelos danos e prejuízos, de qualquer natureza, inclusive materiais, morais e estéticos, que causar a Administração Pública ou a terceiros, decorrente de atos praticados em decorrência da execução do objeto deste CONTRATO DE GESTÃO, respondendo por si e por seus sucessores pela obrigação de pagar as indenizações eventualmente cabíveis, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização empreendida pela CONTRATANTE;

9.4 Atender às diretrizes, determinações e exigências formuladas pela CONTRATANTE;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

9.5 Cumprir as metas relacionadas no programa de trabalho;

9.6 Providenciar a publicação na imprensa e no Diário Oficial do Município, no prazo máximo de 30 dias (trinta dias) corridos a contar da assinatura do presente CONTRATO DE GESTÃO, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de obras, serviços e compras a serem realizadas com recursos públicos, o qual observará a política de preços apresentada no programa de trabalho, bem como, sempre que possível, os preços constantes de atas de registro de preços ou das tabelas constantes do sistema de custos existentes no âmbito da Administração Pública, desde que sejam mais favoráveis;

9.7 Elaborar, submeter à aprovação do Conselho de Administração e encaminhar à CONTRATANTE, na forma e prazo por ela estabelecidos, os relatórios de execução do contrato de gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados;

9.8 Arcar com os acréscimos decorrentes de atraso de pagamentos a que dê causa, tais como juros ou qualquer tipo de correção/atualização dentre outros;

9.9 Bem administrar os bens móveis e imóveis públicos a ela cedidos;

9.10 Responsabilizar-se pelos custos previstos no Projeto Básico e no Programa de Trabalho, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais sociais e comerciais resultantes, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do CONTRATO DE GESTÃO pela CONTRATANTE;

9.11 Zelar para que os recursos financeiros repassados



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

pela CONTRATANTE sejam exclusivamente aplicados na consecução dos objetivos e metas previstos no programa de trabalho, atentando para a observância do princípio da economicidade;

9.12 Prestar contas dos recursos repassados pela CONTRATANTE, na forma prescrita no presente CONTRATO DE GESTÃO;

9.13 Prestar, sempre que solicitado, quaisquer outras informações sobre a execução, inclusive financeira deste CONTRATO DE GESTÃO;

9.14 Produzir, guardar e disponibilizar à CONTRATANTE, na forma e prazo por ela estabelecidos, quaisquer dados, informações e documentos;

9.15 Permitir a supervisão, fiscalização e avaliação da CONTRATANTE, por meio de seus órgãos de controle interno, sobre o objeto do presente CONTRATO DE GESTÃO;

9.16 Permitir que os órgãos de Controle Interno e Controle Externo do Poder Público Municipal tenham amplo e irrestrito acesso à documentação contábil e financeira da entidade como um todo, e à decorrente do contrato de gestão, com azo no artigo 22, § 2º, do Decreto Municipal n.º 008/18;

9.17 Não exigir de terceiros, seja a que título for, quaisquer valores em contraprestação relativos às atividades públicas gratuitas desenvolvidas;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

9.18 Manter atualizadas as informações cadastrais junto à CONTRATANTE, comunicando à mesma e às Comissões Qualificadora de Organizações Sociais e Técnica de Fiscalização de quaisquer alterações nos seus atos constitutivos;

9.19 Manter a boa ordem e guarda dos documentos originais que comprovem as despesas realizadas para a execução do presente CONTRATO DE GESTÃO;

9.20 Utilizar processo seletivo para a contratação de pessoal, estipulando e tornando públicos, previamente, os critérios objetivos e impessoais, de natureza técnica que serão adotados;

9.21 Responsabilizar-se pela contratação do pessoal necessário à execução das atividades, respeitando o disposto no Projeto Básico e no programa de trabalho, observando as normas legais vigentes, em especial as trabalhistas e previdenciárias, anotando e dando baixa nas respectivas carteiras profissionais, quando for o caso;

9.22 Adotar valores compatíveis com os níveis médios de remuneração, praticados na rede privada, no pagamento de salários e de vantagens de qualquer natureza aos seus empregados e dirigentes;

9.23 Responsabilizar-se, na forma do CONTRATO DE GESTÃO, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização do objeto do CONTRATO DE GESTÃO até o seu término, respondendo integral e exclusivamente, em juízo ou fora dele, isentando a



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE de quaisquer obrigações, presentes ou futuras, desde que os repasses de recursos financeiros tenham obedecido ao cronograma estabelecido neste CONTRATO DE GESTÃO:

9.23.1 Em caso de ajuizamento de ações trabalhistas contra a CONTRATADA, decorrentes da execução do presente CONTRATO DE GESTÃO, com a inclusão do Município de São Gonçalo ou de Entidade da Administração Pública Indireta como responsável subsidiário ou solidário, a CONTRATANTE poderá reter, dos repasses devidos, o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

9.23.2 No caso da existência de débitos tributários ou previdenciários, decorrentes da execução do presente CONTRATO DE GESTÃO, que possam ensejar responsabilidade subsidiária ou solidária da CONTRATANTE, os repasses devidos poderão ser retidos até o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

9.23.3 As retenções previstas nas cláusulas 9.22.1 e

9.23.2 poderão ser realizadas tão logo tenha ciência a CONTRATANTE da existência de ação trabalhista ou de débitos tributários e previdenciários e serão



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

destinadas ao pagamento das respectivas obrigações caso a CONTRATANTE seja compelido a tanto, administrativa ou judicialmente, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à CONTRATADA;

9.23.4 Eventuais retenções previstas nas cláusulas 9.22.1 e 9.22.2 somente serão liberadas pela CONTRATANTE se houver justa causa devidamente fundamentada;

9.23.5 As multas decorrentes dos pagamentos em atraso das obrigações de responsabilidade da CONTRATADA serão arcadas por essa última, desde que o repasse tenha obedecido ao cronograma de desembolso.

9.24 Manter as condições de habilitação, de regularidade fiscal e qualificação exigidas na convocação pública durante todo prazo de execução do CONTRATO DE GESTÃO;

9.25 Os equipamentos e instrumentos necessários para a realização dos serviços contratados deverão ser mantidos pela CONTRATADA em perfeitas condições;

9.26 Os equipamentos, instrumentos e quaisquer bens permanentes que porventura venham a ser adquiridos com recursos repassados em decorrência deste CONTRATO DE GESTÃO serão automaticamente incorporados ao patrimônio do CONTRATANTE, hipótese em que a CONTRATADA deverá entregar a documentação necessária



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

ao processo de incorporação dos referidos bens, no prazo de três dias úteis após a aquisição, juntamente com declaração emitida pela CONTRATADA de que os bens estão fisicamente na unidade onde se desenvolve o contrato de gestão e em perfeitas condições de uso;

9.27 Apresentar a consolidação de todos os contratos de prestação de serviço por ela mantidos (RET – Relação de Tomadores/Obras) e conceder a outorga eletrônica para acesso ao extrato individualizado de cada empregado utilizado no contrato com a CONTRATANTE;

9.28 Efetivar contratação de serviços de natureza continuada como limpeza, segurança, conectividade, além de todo e qualquer serviço que impacte positivamente no alcance das metas, desde que não impliquem na cessão parcial ou total do objeto deste contrato, respeitadas a economicidade e a eficiência financeira do CONTRATO DE GESTÃO, em conformidade com o programa de trabalho e com o regulamento próprio para a contratação de obras, serviços e compras;

9.29 Não distribuir, sob nenhuma forma, lucros, excedentes financeiros ou resultados entre seus dirigentes, associados, membros do Conselho de Administração ou empregados;

9.30 Nas hipóteses de extinção do CONTRATO DE GESTÃO, cooperar integralmente com as demandas do grupo de transição criado para esse fim, por meio da indicação de representantes e de disponibilização de quaisquer informações solicitadas pela CONTRATANTE;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

9.31 Comprometer-se a guardar sigilo de todas as informações assistenciais ou de cunho administrativo, relacionadas à execução do presente CONTRATO DE GESTÃO, seja verbalmente ou por escrito, em forma eletrônica, textos, desenhos, projetos, fotografias, gráficos, plantas, planos, programas de computador ou qualquer outra forma, fornecendo- as a terceiros somente com a prévia autorização da CONTRATANTE ou sob sua demanda;

9.32 Atender às exigências da CONTRATANTE acerca da plena utilização de sistemas informatizados para execução das atividades de gestão assistencial, administrativa e econômico-financeira, já adotados ou que venham a ser implantados ao longo da execução deste CONTRATO DE GESTÃO, para fins de controle e monitoramento, permitindo o acesso de profissionais previamente indicados pela CONTRATANTE;

9.33 Os sistemas informatizados utilizados pela CONTRATADA deverão permitir customizações que possibilitam sua integração com outros sistemas que a CONTRATANTE já utilize ou que venha a utilizar durante a vigência deste CONTRATO DE GESTÃO;

9.34 Disponibilizar a CONTRATANTE, a qualquer tempo, as informações pertinentes ao acompanhamento e atingimento das metas previstas no Contrato de Gestão;

9.35 Apresentar a CONTRATANTE, no prazo por ele definido, o Plano Estratégico para a sua ação nos anos de 2017 e 2018, observando a proposta orçamentária e cronograma de desembolso dos recursos a



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

serem repassados apresentados no programa de trabalho;

9.36 Prestar os serviços de saúde que estão especificados no Projeto Básico e no Programa de Trabalho, de acordo com o estabelecido neste CONTRATO DE GESTÃO, na Lei Federal n.º 8.080/1990, regulamentada pelo Decreto Federal n.º 7.508/2011, e na Lei Federal n.º 8.142/1990, com observância dos princípios do SUS, e em especial:

9.36.1 Universalidade de acesso aos serviços de saúde;

9.36.2 Integralidade de assistência, entendida como sendo o conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso, em atuação conjunta com os demais equipamentos do Sistema Único de Saúde existentes no Município;

9.36.3 Gratuidade de assistência, sendo vedada a cobrança em face de pacientes ou seus representantes, responsabilizando-se a CONTRATADA por cobrança indevida feita por seu empregado ou preposto;

9.36.4 Preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral;

9.36.5 Igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie;

9.36.6 Direito de informação às pessoas assistidas sobre sua saúde;

9.36.7 Divulgação de informações quanto ao



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

potencial dos serviços de saúde e a sua utilização pelo usuário;

9.36.8 Fomento dos meios para participação da comunidade por intermédio de Conselhos Gestores Locais e demais fóruns de participação popular;

9.36.9 Prestação dos serviços com qualidade e eficiência, utilizando-se dos equipamentos de modo adequado e eficaz.

9.37 Na prestação dos serviços de saúde, a CONTRATADA deverá observar:

9.37.1 Respeito aos direitos dos pacientes, atendendo-os com dignidade de modo universal e igualitário;

9.37.2 Manutenção da qualidade na prestação dos serviços;

9.37.3 Respeito à decisão do paciente em relação ao consentimento ou recusa na prestação de serviços de saúde, salvo nos casos de iminente perigo de morte ou obrigação legal;

9.37.4 Garantia do sigilo dos dados e informações relativas aos pacientes;

9.37.5 Garantia do direito de assistência religiosa e espiritual aos pacientes, por ministro de qualquer culto religioso;

9.37.6 Esclarecimento dos direitos aos pacientes, quanto aos serviços oferecidos;

9.37.7 Responsabilidade civil e criminal pelo risco de sua atividade;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

9.37.8 Inserção obrigatória dos procedimentos autorizados e dos medicamentos dispensados nos protocolos terapêuticos estabelecidos pelas instâncias municipal, federal e estadual.

9.38 Receber médicos residentes vinculados à Comissão de Residência Médica da Secretaria Municipal de Saúde ou a Universidades conveniadas;

9.39 Apoiar a integração territorial dos equipamentos de saúde da Área de Planejamento Local, visando à melhoria e maior eficiência na prestação dos serviços de saúde pública;

9.40 Estabelecer controle e a apuração da frequência dos empregados da CONTRATADA, por meio de Registro Biométrico de Ponto, que deverá ser implementado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias da assinatura do Contrato de Gestão;

9.41 Prestar assistência em situações de surto ou emergência em Saúde Pública declaradas pela CONTRATADA;

9.42 Apoiar e integrar o Complexo Regulador da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSDC);

9.43 Afixar, em lugar visível da unidade municipal de saúde objeto deste CONTRATO DE GESTÃO, aviso que contenha:

9.43.1 O símbolo, o nome designativo da Unidade de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Saúde cuja gestão tenha assumido, os logos oficiais do Município, da CONTRATANTE e do Sistema Único de Saúde;

9.43.2 Informação sobre a sua natureza de organização social qualificada no âmbito do Município de São Gonçalo;

9.43.3 Indicação de que os serviços prestados são gratuitos e pertencem ao Sistema Único de Saúde.

9.44 Apoiar e promover a realização de pesquisas com pacientes, desde que haja aprovações prévias da Comissão de Ética e Pesquisa da Secretaria Municipal da Saúde e Defesa Civil (SEMSDC) e do Conselho Nacional de Ética e Pesquisa.

CLÁUSULA DÉCIMA - PRESTAÇÃO DE CONTAS

10.1 A prestação de contas será apresentada até o 10º (décimo) dia de cada mês, sendo a última entregue até 30 (trinta) dias após o término do presente CONTRATO DE GESTÃO, acompanhada do comprovante de devolução do saldo, se houver;

10.2 A prestação de contas será instruída com os seguintes documentos:

10.2.1 Relatórios de execução financeira, discriminando o resumo da movimentação de valores, indicando o saldo inicial, o valor de cada despesa efetivamente paga no período e o saldo atual acumulado;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.2.2 Relatórios indicativos demonstrando a produção contratada e realizada, bem como os resultados dos indicadores e das metas estabelecidos;

10.2.3 Relação de pagamentos, incluindo o detalhamento das despesas administrativas, indicando os números e datas dos cheques emitidos, identificando a numeração dos comprovantes de pagamentos ou o tipo de comprovante;

10.2.4 Conciliação do saldo bancário;

10.2.5 Cópia do extrato da conta corrente bancária e da aplicação financeira realizada na forma da cláusula quinta, referente ao período compreendido entre a última prestação de contas e a atual;

10.2.6 Folha de pagamento discriminando o nome, números do RG, CPF, PIS, CNES e CTPS, função, carga horária, salário e benefícios do pessoal contratado (inclusive de servidor cedido em função temporária de direção ou assessoria, se for o caso), acompanhada da correspondente relação de pagamento enviada ao banco;

10.2.7 Cópia das guias de pagamento e respectivos comprovantes de pagamento de obrigações junto ao Sistema de Previdência



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Social (GPS), FGTS, de outros encargos e
das rescisões de contrato de trabalho, e
respectivas CTPS, devidamente anotadas;

10.2.8 Cópia de todos os comprovantes de pagamentos relacionados no inciso II deste parágrafo, bem como de todos os contracheques devidamente assinados pelos empregados, podendo estes ser substituídos pela forma prevista no art. 1º da Portaria MTE nº 3.281/84, consolidada pelo art. 3º da Lei 9.528/1997, de 10/12/1997 e suas alterações;

10.2.9 Projeção de expectativa de custo de rescisão dos contratados pelo regime da CLT com projeção de encargos fiscais, sociais e trabalhistas;

10.2.10 A Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, que deverá ser atualizada antes do término do seu prazo de validade de 180 dias;

10.2.11 Cópia de todos os contratos celebrados no período;

10.2.12 Relação dos bens permanentes adquiridos, identificando a numeração dos comprovantes de pagamentos ou o tipo de comprovante, com recursos provenientes do presente CONTRATO DE GESTÃO;

10.2.13 Documentação comprobatória da



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
utilização dos repasses financeiros destinados
ao pagamento de despesas administrativas;

10.2.14 A documentação comprobatória prevista na cláusula 12.2.13 deverá ser acompanhada de mapa de rateio especificando os valores e os percentuais rateados entre os contratos firmados com a CONTRATANTE e outros entes;

10.2.15 Eventuais pagamentos realizados em favor de profissional autônomo deverão ser comprovados mediante cópia do recibo pertinente e do documento de identificação profissional.

10.3 O repasse da parcela subsequente ficará condicionado à apresentação da prestação de contas na forma do parágrafo primeiro e do cumprimento de eventuais prescrições contidas no Projeto Básico;

10.4 A prestação de contas somente será recebida pela CONTRATANTE se estiver instruída com todos os documentos e formalidades descritos nesta Cláusula;

10.5 No caso de erro nos documentos apresentados, serão devolvidos à CONTRATADA, ficando o repasse da parcela subsequente condicionado à reapresentação válida desses documentos;

10.6 Cada folha da prestação de contas deverá



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

conter rubrica do representante legal da CONTRATADA, bem como de contabilista habilitado, capacitado pelo Conselho Regional de Contabilidade respectivo. Caso a prestação de contas ocorra em via eletrônica, em Painel de Gestão, deverá ser apresentada declaração assinada pelo representante legal da CONTRATADA e pelo contabilista habilitado de que os documentos e informações apresentados são fidedignos e que a prestação de contas foi corretamente realizada;

10.7 A prestação de contas deverá ser efetuada levando em consideração que todos os recursos usados na execução do objeto do presente CONTRATO DE GESTÃO deverão ser contabilizados, com identificação de sua origem e de seu destino, por meio de contabilidade auditada por profissional legalmente habilitado;

10.8 A CONTRATANTE poderá requerer a apresentação, ao término de cada exercício ou a qualquer momento, conforme recomende o interesse público, de relatório pertinente à execução do CONTRATO DE GESTÃO, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado da prestação de contas correspondente ao exercício financeiro, assim como suas publicações no Diário Oficial do Município;

10.9 Caberá à CONTRATADA promover, até 1º de agosto de cada ano, a publicação integral, no Diário Oficial do Município, dos relatórios financeiros e de execução deste CONTRATO DE GESTÃO, aprovados



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
pelo Conselho de Administração;

10.10 O relatório de prestação de contas poderá servir de subsídio para o acompanhamento das ações desenvolvidas, monitoramento e avaliação, bem como da movimentação financeira e patrimonial referentes ao CONTRATO DE GESTÃO;

10.11 A CONTRATADA deverá manter em boa ordem e guarda todos os documentos originais que comprovem as despesas realizadas no decorrer do CONTRATO DE GESTÃO;

10.12 A prestação de contas a que se refere a presente cláusula, será realizada por meio de apresentação dos relatórios oficiais de acompanhamento do Contrato de Gestão constantes da Proposta Técnica.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – CESSÃO E
ADMINISTRAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS

11.1 Ficam desde já cedidos à CONTRATADA, em caráter eminentemente precário, a título de cessão de uso e pelo prazo de vigência deste CONTRATO DE GESTÃO, os bens móveis e imóveis, equipamentos e instalações do Pronto Socorro Dr. Armando Gomes de Sá Couto (PSC), identificados, inventariados, avaliados e descritos quanto ao seu estado de conservação, em anexo;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

112 É vedado o uso e a destinação dos bens cedidos para finalidades não vinculadas ao alcance das metas e dos objetivos previstos neste instrumento;

113 Obriga-se a CONTRATADA em relação aos bens imóveis cedidos:

113.1 Conservá-los, mantendo-os limpos e em bom estado, incumbindo-lhe também devolvê-lo, ao final deste CONTRATO DE GESTÃO em perfeitas condições de uso e conservação, sob pena de, a critério da CONTRATANTE, pagar os prejuízos, ou consertar os danos;

113.2 Assegurar o acesso dos servidores públicos encarregados da fiscalização do CONTRATO DE GESTÃO e do bem cedido;

113.3 Pagar todas as despesas que direta ou indiretamente decorram do uso do bem cedido, inclusive tributos, tarifas e preços públicos;

113.4 Retirar às suas expensas, caso solicitado pela CONTRATANTE, eventuais bens adquiridos com recursos

próprios, que se encontrem no bem cedido, ainda que a ele provisoriamente agregados;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

1135 Providenciar o seguro contra incêndio às suas despesas, apresentando a CONTRATANTE a respectiva apólice devidamente quitada, a qual deverá ser renovada na data em que expirar o prazo de seu vencimento.

114 Os bens móveis cedidos na forma desta cláusula poderão, mediante prévia avaliação e expressa autorização do Prefeito, ser alienados e substituídos por outros de igual ou maior valor, que serão automaticamente incorporados ao patrimônio do Município de São Gonçalo, sob a administração da Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo (FMS-SG);

115 A aquisição de bens móveis ou a instalação de bens imobilizados no bem imóvel cedido, adquiridos com recursos deste CONTRATO DE GESTÃO, bem como as benfeitorias realizadas serão incorporados ao patrimônio municipal, sem possibilidade de indenização ou retenção, condicionada a retirada à prévia autorização da CONTRATANTE;

116 A Contratante poderá ceder com ônus para origem, conforme artigos 14, da Lei Municipal n.º 370/2011, e 25 do Decreto Municipal n.º 008/2018, e demais disposições legais aplicáveis, servidores de seu quadro, objetivando a execução do mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SUBCONTRATAÇÃO

12.1 É vedada a subcontratação, total ou parcial, do



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

objeto principal do CONTRATO DE GESTÃO pela
CONTRATADA;

12.2 Nos casos de subcontratação de serviços auxiliares, a subcontratada será responsável, solidariamente com a CONTRATADA, pelas obrigações descritas na cláusula nona (no que couber), especialmente pelos encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, nos limites da subcontratação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FISCALIZAÇÃO

13.1 A fiscalização da execução do CONTRATO DE GESTÃO caberá a CONTRATANTE, em especial à Comissão Técnica de Fiscalização (CTF), nomeada pelo Presidente da Fundação Municipal de São Gonçalo, a quem incumbirá a prática de todos os atos próprios ao exercício da atividade fiscalizatória;

13.2 A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades;

13.3 Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame das especificações dos serviços, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas. O silêncio implica total



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

aceitação das condições estabelecidas;

13.4 A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne à execução do objeto do CONTRATO DE GESTÃO;

13.5 A fiscalização, por meio de relatório trimestral ou a qualquer momento, analisará todas as questões pertinentes à execução do CONTRATO DE GESTÃO, em especial o emprego adequado dos recursos públicos repassados e os resultados obtidos na sua execução, por meio dos indicadores de desempenho estabelecidos, e seu confronto com as metas pactuadas e com a economicidade;

13.6 No caso do não atingimento das metas pactuadas ou da verificação de qualquer desconformidade na execução do CONTRATO DE GESTÃO, a Fiscalização deverá encaminhar relatório ao Presidente da Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FORÇA MAIOR

14.1 Os motivos de força maior que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as metas pactuadas, deverão ser comunicados a CONTRATANTE, na primeira oportunidade e por escrito, sob pena de não serem aceitas pela Fiscalização;

14.2 Os motivos de força maior poderão justificar a suspensão da execução do CONTRATO DE GESTÃO e a alteração do



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa de Trabalho, desde que por termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 Pelo descumprimento total ou parcial de obrigação assumida no programa de trabalho e neste CONTRATO DE GESTÃO, a CONTRATANTE poderá, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções previstas no artigo 87 combinado com o artigo 116, ambos da Lei Federal n.º 8.666/1993, garantida prévia defesa:

15.1.1 Advertência;

15.1.2 Multa de mora no valor de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do CONTRATO DE GESTÃO ou, se for o caso, do saldo não atendido do CONTRATO DE GESTÃO;

15.1.3 Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do CONTRATO DE GESTÃO ou do saldo não atendido do CONTRATO DE GESTÃO, conforme o caso, e, respectivamente, nas hipóteses de descumprimento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de rescisão por culpa da CONTRATADA;

15.1.4 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

15.1.6 Perda de qualificação como organização social no âmbito do Município de São Gonçalo.

15.2 A imposição das sanções administrativas previstas nesta cláusula dependerá da gravidade do fato que as motivar, consideradas as circunstâncias objetivas relacionadas ao caso concreto;

15.3 As sanções previstas nas cláusulas 15.1.1, 15.1.4 e 15.1.6 poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nas cláusulas 15.1.2, 15.1.3 e 15.1.4 e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do CONTRATO DE GESTÃO, garantida defesa prévia ao interessado;

15.4 As multas previstas nas cláusulas 15.1.2 e 15.1.3 não possuem caráter compensatório, e, assim, o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas;

15.5 As multas deverão ser recolhidas junto à Secretaria Municipal de Fazenda no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da notificação de sua imposição à CONTRATADA ou, na impossibilidade da notificação, da publicação no Diário Oficial do Município de São Gonçalo.

15.6 As sanções estabelecidas nos incisos 15.1.4 e 15.1.5 são de competência do Presidente da Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo, e a estabelecida no inciso 15.1.6 é de competência da



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Comissão Qualificadora de Organizações Sociais.

15.7 As sanções previstas nos incisos 15.1.4 e 15.1.5 poderão também ser aplicadas à CONTRATADA caso, em processos seletivos ou negócios

jurídicos administrativos firmados com a Administração Pública direta ou indireta de qualquer nível federativo, tenha:

15.7.1 Sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;

15.7.2 Demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de outros atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - RECURSOS

16.1 A CONTRATADA poderá apresentar, sempre sem efeito suspensivo:

16.1.1 Pedido de Reconsideração a ser interposto perante a autoridade que proferiu a decisão, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da ciência da decisão;

16.1.2 Recurso a autoridade imediatamente superior a ser interposto e encaminhado através da autoridade que proferiu a decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis da ciência do indeferimento



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

do Pedido de Reconsideração.

16.2 O provimento do recurso importará apenas a invalidação dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - RESCISÃO

17.1 A CONTRATANTE, garantidos o contraditório e a ampla defesa prévia, mediante decisão fundamentada, poderá rescindir o CONTRATO DE GESTÃO na hipótese de seu descumprimento total ou parcial, bem como do Programa de Trabalho, e ainda:

17.1.1 Se houver má gestão, culpa, dolo ou violação de Lei ou do Estatuto Social por parte da CONTRATADA;

17.1.2 Na hipótese de não atendimento às recomendações de correntes da Fiscalização;

17.1.2 Se houver alterações do Estatuto da CONTRATADA que impliquem modificação das condições de sua qualificação como Organização Social ou de execução deste CONTRATO DE GESTÃO;

17.1.3 Se houver a perda da qualificação como Organização Social;

17.1.4 Na hipótese de a CONTRATADA não obter no mínimo 50



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

(cinquenta) pontos na avaliação da execução das metas em 03
(três) relatórios consecutivos.

17.2 Na hipótese de rescisão, a CONTRATADA deverá, imediatamente, devolver ao patrimônio da CONTRATANTE os bens cujo uso foi cedido, prestar contas da gestão dos recursos recebidos, procedendo à apuração e à devolução do saldo existente;

17.3 Na decretação da rescisão, a CONTRATADA ficará sujeita a multa de até 20% (vinte por cento) do valor do CONTRATO DE GESTÃO, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - RESILIÇÃO UNILATERAL PELO CONTRATANTE

18.1 Em caso de rescisão unilateral por parte da CONTRATANTE, a CONTRATADA fará jus exclusivamente ao ressarcimento dos danos materiais comprovadamente demonstrados, desde que o repasse tenha obedecido ao cronograma de desembolso.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - PUBLICAÇÃO

19.1 A publicação do inteiro teor deste instrumento no Diário Oficial do Município de São Gonçalo será providenciada pela CONTRATANTE no prazo máximo de vinte dias da assinatura;

19.2 O inteiro teor deste instrumento, bem como as metas e os



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

indicadores de desempenho pactuados, devidamente atualizados, serão disponibilizados no Portal da Prefeitura do Município de São Gonçalo na *Internet*.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - CONTROLE INTERNO E EXTERNO

20. A CONTRATANTE providenciará a remessa de cópias do presente instrumento ao órgão de Controle Interno do Município no prazo de 5 (cinco) dias, contados da sua assinatura, e ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação de seu extrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - FORO

21.1 Fica eleito o foro Central da Comarca de São Gonçalo do Estado do Rio de Janeiro, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas deste CONTRATO DE GESTÃO que não puderem ser resolvidas administrativamente pelas partes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1 A contagem dos prazos será feita em dias corridos, sendo excluído o dia de início e incluído o de vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente na CONTRATANTE.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

E, por estarem, assim, justas e acordadas, firmam as partes o presente CONTRATO DE GESTÃO em 3 (três) vias de igual teor e forma e para os mesmos fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

São Gonçalo, _____ de _____ de 2020.

Fundação Municipal de Saúde São Gonçalo

Organização Social

Testemunhas:

1. nome: _____;
Identidade: _____;
CPF: _____;
Endereço: _____.

2. Nome: _____;
Identidade: _____;
CPF: _____;
Endereço: _____.